



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
INSTITUTO DE CULTURA E ARTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

HÁLWARO CARVALHO FREIRE

**O MÉTODO COMBINATIVO ENTRE ANALOGIA E IMAGINAÇÃO NA OBRA
CRÍTICA DA RAZÃO PURA DO FILÓSOFO ALEMÃO IMMANUEL KANT**

FORTALEZA
2019

HÁLWARO CARVALHO FREIRE

O MÉTODO COMBINATIVO ENTRE ANALOGIA E IMAGINAÇÃO NA OBRA
CRÍTICA DA RAZÃO PURA DO FILÓSOFO ALEMÃO IMMANUEL KANT

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia do Curso de Filosofia da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Filosofia. Área de concentração: Metafísica.

Orientador: Prof. Dr. Konrad Utz.

FORTALEZA

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

F933m Freire, Hálvaro Carvalho.

O método combinativo entre analogia e imaginação na obra crítica da razão pura do filósofo alemão Immanuel Kant / Hálvaro Carvalho Freire. – 2019.

107 f.

Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Instituto de cultura e Arte, Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Fortaleza, 2019.

Orientação: Prof. Dr. Konrad Utz.

1. Analogia. 2. Imaginação. 3. Síntese. 4. Tempo. 5. Intuições. I. Título.

CDD 100

HÁLWARO CARVALHO FREIRE

O MÉTODO COMBINATIVO ENTRE ANALOGIA E IMAGINAÇÃO NA OBRA
CRÍTICA DA RAZÃO PURA DO FILÓSOFO ALEMÃO IMMANUEL KANT

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia do Curso de Filosofia da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Filosofia. Área de concentração: Metafísica.

Aprovada em: ___/___/_____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Konrad Utz (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Kleber Carneiro Amora
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof^a. Dr^a. Marly Carvalho Soares
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Prof. Dr. Edson Ferreira da Costa
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Prof. Dr. José Edmar Lima Filho
Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA)

Dedico esta Tese à minha mãe e ao meu pai, Maria e José, por proporcionarem a qualidade dos meus estudos durante todo esse tempo.

AGRADECIMENTOS

À minha mãe e ao meu pai, por me terem presenteado com a vida, pelas palavras de conforto, pelo incentivo e pela presença em todos os momentos da minha vida. Agradeço pela paciência e compreensão com minha ausência durante essa longa jornada.

À minha amada esposa, Camila, deixo um agradecimento especial, pelo apoio incondicional durante toda essa caminhada, por ser minha luz nos momentos em que me encontrava angustiado, por tornar meus dias mais leves e felizes, por tanto amor e cuidado que recebi. Nada disso teria sentido se você não existisse na minha vida. Sem você nenhuma conquista valeria a pena.

Ao professor Konrad Christoph Utz, pela paciência e atenção em ajudar, pelas observações essenciais ao texto e por ter acreditado em minha pesquisa.

Ao professor Kleber Carneiro Amora, pela amizade e apoio, pela apresentação apreciável da filosofia de Kant, pelos grupos de estudos, pelos preciosos conhecimentos transmitidos nas aulas e por, ainda na graduação, ter sido o primeiro a incentivar minha pesquisa. Meu respeito e admiração pela sua serenidade, pelo seu Dom no ensino da Filosofia, inibindo sempre a vaidade em prol da simplicidade e eficiência.

À prof^a. Dr^a. Marly, pelas suas contribuições na defesa, pelo seu exemplo incansável de perseverar na Filosofia e mostrar a importância da mesma.

Ao prof. Dr. Edson, pela sua amizade e companheirismo durante boa parte da minha caminhada no doutorado, pelas angústias divididas e pelas contribuições e análises na minha defesa.

Ao prof. Dr. Edmar, pela sua atenção, pelas suas considerações oportunas na defesa e por transparecer uma simplicidade singular.

Ao meu querido amigo, Daniel, por todos os momentos que me ajudou, pelas palavras de incentivo, pelas correções do texto, por ser uma pessoa de coração infinito.

Aos meus amigos brasileiros/alemães Alan, Gabi e Patrícia, por me fazer suportar a sensação de solidão na minha estadia em Halle-Alemanha, pelo acolhimento nos melhores e piores momentos de quem sabe o que é morar fora. Alan, sem você não teria conseguido ter tanto êxito na minha estadia. Gabi, sem seu acolhimento e carinho a caminhada seria 100% mais difícil. Muito obrigado meus queridos (as).

Ao meu orientador na Martin Luther Universität Halle, Prof. Dr. Heiner F. Klemme, por

ter apoiado e debatido minha pesquisa, à todas as discussões do seu magnífico Seminar für Philosophie.

À CAPES e à FUNCAP, pelo indispensável apoio financeiro. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

“Vou levando assim, que o acaso é amigo do meu coração quando fala comigo, quando eu sei ouvir”.

Rodrigo Amarante

RESUMO

A presente pesquisa investiga a relação entre o “conceito” de analogia e a faculdade de imaginação na obra *Crítica da Razão Pura* do filósofo alemão Immanuel Kant. Esta investigação busca mostrar as conexões entre analogia e imaginação, tendo como pano de fundo a síntese e o tempo. Em primeiro lugar, procuramos compreender qual é exatamente a função sintética da faculdade de imaginação em diálogo com a Dedução Transcendental A e B da CRP. Com isso, trabalhamos as funções sintéticas (apreensão, reprodução e reconhecimento) como primeira parte da vinculação entre a faculdade da sensibilidade e a faculdade do entendimento. Além disso, o procedimento adotado inclui ainda analisar a relação entre o capítulo do Esquematismo Transcendental e os Princípios Puros do Entendimento, especificamente, as Analogias da experiência, como segunda parte do elo entre representações sensíveis e representações conceituais. Após a análise destes capítulos, sugerimos um método combinativo entre analogia e imaginação como uma credencial ou uma alternativa para o debate entre conceitualistas e não-conceitualistas no que diz respeito às relações de intuições e conceitos na obra supracitada. Defendemos, assim, em última instância, que o método combinativo entre analogia e imaginação resguarda os elementos fundamentais (síntese e tempo) para a associação entre intuições e conceitos.

Palavras-chave: Analogia. Imaginação. Síntese. Tempo. Intuições. Conceitos.

ABSTRACT

This research investigates the relationship between the "concept" of analogy and the faculty of imagination in the Critical Pure Reason work by the German philosopher Immanuel Kant. This research seeks to show the connections between analogy and imagination, against the background of synthesis and time. First, we seek to understand exactly what is the synthetic function of the faculty of imagination in dialogue with CRP Transcendental Deduction A and B. With this, we work the synthetic functions (apprehension, reproduction and recognition) as the first part of the link between the faculty of sensibility and the faculty of understanding. Moreover, the procedure adopted also includes analyzing the relationship between the chapter of Transcendental Schematism and the Pure Principles of Understanding, specifically the Analogies of experience, as a second part of the link between sensitive representations and conceptual representations. Following the analysis of these chapters, we suggest a combinatory method between analogy and imagination as a credential or alternative to the debate between conceptualists and non-conceptualists regarding the relations of intuitions and concepts in the aforementioned work. Thus, we argue, ultimately, that the combinatory method between analogy and imagination safeguards the fundamental elements (synthesis and time) for the association between intuitions and concepts.

Keywords: Analogy. Imagination. Synthesis. Time. Intuitions. Concepts.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
2	CAPÍTULO 1 – A FACULDADE DE IMAGINAÇÃO COMO PREÂMBULO DO PENSAMENTO ANALÓGICO.....	19
2.1	Introdução ao capítulo.....	19
2.2	A faculdade de imaginação e seu poder de sintético no conhecimento.....	20
2.3	A problemática da imaginação nas duas edições da CRP: um campo em discussão.....	21
2.4	A atividade sintética da faculdade de imaginação.....	27
2.4.1	<i>A síntese e as representações puras e a priori</i>	27
2.5	Síntese de apreensão.....	31
2.5.1	<i>Síntese de reprodução e analogias</i>	39
2.5.2	<i>Síntese de reprodução</i>	39
2.6	Síntese de reconhecimento.....	46
3	CAPÍTULO 2 – A ARTICULAÇÃO DAS ANALOGIAS DA EXPERIÊNCIA NOS PRINCÍPIOS PUROS DO ENTENDIMENTO.....	51
3.1	Introdução ao capítulo.....	51
3.1.1	<i>Esquematismo transcendental</i>	51
3.2	A esquematização dos conceitos puros do entendimento.....	59
3.3	A esquematização das categorias de relação e o sentido das analogias da experiência.....	63
3.3.1	<i>O conceito de causalidade em questão</i>	63
3.4	Esquemas da relação e as analogias da experiência.....	66
3.4.1	<i>A primeira analogia da experiência</i>	68
3.4.2	<i>Segunda analogia da experiência</i>	72
4	CAPÍTULO 3 – O MÉTODO COMBINATIVO DE IMAGINAÇÃO E ANALOGIA COMO A RELAÇÃO INTERDEPENDENTE ENTRE SENSIBILIDADE E ENTENDIMENTO NA CRP.....	81
4.1	Conceitualismo e não-conceitualismo: um debate em aberto.....	81
4.2	O método combinativo como uma alternativa ao debate em questão.....	84

4.3	Analogia e imaginação: aplicando o método.....	89
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	95
	REFERÊNCIAS.....	100

1 INTRODUÇÃO

O pensamento por analogia possui uma tradição teórico-filosófica que não pode ser negada. A analogia como figura do discurso aparece nas comparações dos versos homéricos, desabrocha em *Da Natureza* de Empédocles e no corpus hipocrático. Ganha uma primeira versão formalizante em Arquitas de Tarento e retorna nos diálogos da segunda navegação de Sócrates de Platão, no inquérito sobre a alma e as Ideias, onde Sócrates se confronta com o ‘pré-socratismo’ dos seus interlocutores.¹

O conceito de analogia ganha relevância na discussão filosófica do período antigo quando empregada inicialmente por Platão e posteriormente por Aristóteles. Platão utiliza esse conceito para indicar a igualdade das relações entre as quatro formas do conhecimento que distinguiu no livro VII da República.²

A ciência e a dianóia pertencem à esfera da inteligência assim como a crença e a conjectura pertencem à esfera da opinião. Enquanto a primeira tem como objeto o Ser, a segunda tem como objeto o vir-a-ser. Para Platão, dessa maneira, o Ser está para o vir-a-ser assim como a inteligência para a opinião e a inteligência está

¹ Não é nosso intuito fazer uma análise pormenorizada do conceito de analogia nestes filósofos, mas apenas fazer notar que o conceito sobre o qual nos debruçamos nesta tese é carregado por uma tradição que antecede Kant. Bruno Snell analisou várias ocorrências da analogia de Homero aos pré-socráticos onde constrói uma trajetória da passagem da concepção mítica ao pensamento lógico. Snell, B. *A cultura grega e as origens do pensamento europeu*. Trad. Pérola de Carvalho. São Paulo: Perspectiva, 2001, p. 195-228. Há também a presença do pensamento analógico na teoria de Pitágoras, como bem nota Friedrich Nietzsche, ao afirmar que: a contribuição original dos pitagóricos é, pois, uma invenção extremamente importante; a significação do número e, portanto, a possibilidade de uma investigação exata em física. Nos outros sistemas de física, tratava-se sempre de elementos e de sua combinação. As qualidades nasciam por combinação ou por dissociação; agora, enfim, afirma-se que as qualidades residem na diversidade das proporções. Mas esse pressentimento estava ainda longe da aplicação exata. Contentou-se, provisoriamente, com analogias fantasiosas. Os pré-socráticos. Crítica Moderna. Friedrich Nietzsche Trad. de Rubens Rodrigues Torres Filho. (p. 70).

² Como se observa na seguinte passagem: “Bastará, então, chamar ciência à primeira divisão, conhecimento discursivo à segunda, fé à terceira e imaginação à quarta; as duas últimas denominaremos opinião, e as duas primeiras, inteligência. A opinião terá por objeto a mutabilidade, e a inteligência, a essência. Devemos acrescentar que a essência está para a mutabilidade como a inteligência está para a opinião, a ciência para a fé e o conhecimento discursivo para a imaginação. Quanto à *analogia* dos objetos a que se aplicam estas relações e à divisão em cada esfera, a da opinião e a do inteligível, deixemos isso, amigo, a fim de não nos lançarmos em discussões muito mais longas do que aquelas que tivemos”. (REPÚBLICA, LIVRO VII. p. 326, grifo nosso). Ainda no livro VII encontra-se a seguinte declaração do diálogo: “Toma, pois, uma linha cortada em dois segmentos *desiguais*, um representando o gênero visível e outro o gênero inteligível, e secciona de novo cada segmento *segundo a mesma proporção*; terás então, classificando as divisões obtidas conforme o seu grau relativo de clareza ou obscuridade, no mundo visível, um primeiro segmento, o das imagens – denomino imagens primeiro as sombras, depois os reflexos que avistamos nas águas, ou à superfície dos corpos opacos, polidos brilhantes, e toda as representações similares; tu me compreendes?” (p. 367).

para a opinião assim como a ciência está para a crença e a dianóia para a conjectura.³

Temos um exemplo claro do significado de uma analogia como proporção geométrica aos moldes da matemática. A fórmula $a/b=c/d$ se aplica, portanto, facilmente ao exemplo de Platão, onde o primeiro termo a se relaciona com o segundo b , assim como o terceiro c se relaciona com o quarto d . Segundo Resende⁴, a criação de uma teoria das proporções, iniciou-se com o pitagórico Arquitas de Tarento (440-360), matemático contemporâneo de Platão, que forneceu pela primeira vez uma teoria, inicialmente musical, na qual ele subdividia as proporções em três tipos: *proporção aritmética*, quando o primeiro termo excede o segundo tanto quanto o segundo excede o terceiro ($a - b = b - c$); *proporção geométrica*, quando o primeiro se relaciona com o segundo como o terceiro a um quarto ($a/b = c/d$), se os termos médios não forem iguais a proporção é dita *descontínua* e se forem iguais é dita *contínua* ($a/b = b/c$); e a terceira forma, *proporção harmônica* quando o primeiro excede o segundo por uma parte dele mesmo e o segundo excede a um terceiro pela mesma parte ($a/b = a/x$, $b/c = b/x$).⁵

O raciocínio por analogia utilizado por Platão e Aristóteles em momentos fundamentais de seus problemas metafísicos estabelece que essa forma de pensar foi um conceito chave nas compreensões filosóficas do período antigo.

É no sentido de proporção e identidade de relações que Santo Agostinho afirmou que: “ao nome grego analogia chamaram os nossos proporção”.⁶ Os

³ Cf. VII, 14 p. 534 -536.

⁴ Cf. 2008.p.4/5.

⁵ Os textos, ou as fontes, onde podemos encontrar referências ao pitagórico Arquitas de Tarento foram reunidos e traduzidos por J. P. Dumont em “Archytas”. In: *Les Présocratiques*. Paris: Gallimard, 1988, p. 518-539

⁶ De Musica. L. I, c. 12, nº. 23 (ML 32, 1097). Santo Agostinho. De Musica. In: Corpus Christianorum. S. Latina, Turnholt, Typographi Brepols Editores Pontificii, 1970. Podemos notar a presença do pensamento analógico na seguinte passagem em A Trindade. (Trad. Frei Augustinho Belmonte. 4. ed. São Paulo: Paulus, 2008. “Sim, naturalmente vãos foram todos os homens que ignoraram Deus e que, partindo dos bens visíveis, não foram capazes de conhecer Aquele que é, nem considerando as obras, de reconhecer o Artífice. Mas foi o fogo, ou o vento, ou o ar sutil, ou a abóbada estrelada, ou a água impetuosa, ou os luzeiros do céu, príncipes do mundo, que eles consideraram como deuses! Se fascinados por sua beleza, os tomaram por deuses, aprendam quanto lhes é superior o Senhor dessas coisas, pois foi a própria fonte da beleza que os criou. E se os assombrou sua força e atividade, calculem quanto mais poderoso é Aquele que as formou, pois a grandeza e a beleza das criaturas fazem, *por analogia*, contemplar seu autor” (grifo nosso, p. 13, 15). A história humana se faz assim entre o que se vislumbra e o que está velado do Mistério da Trindade. Dela, afirma WILLIAMS, 2001, p. 299. Tradução nossa: “tudo o que temos é uma espécie de analogia estrutural da unidade de presença, produção e mútua auto organização que é a vida divina”. “Todo lo que tenemos es una especie de analogía estructural de la unidad de presencia, producción y mutua auto organización que es la vida divina”. WILLIAMS, R. “De Trinitate”. In: FITZGERALD, A. (org.). Diccionario de San Agustín: San Agustín a través del tiempo. Burgos: Monte Castelo, 2001, p.1291-1301.

escolásticos traduziram a palavra grega logos por *proportio* e o termo analogia (que mais apropriadamente deveria ser traduzida por *proportio*) por *proportionalitas*. É neste sentido que Boécio declarou que “a proporção é certa relação e quase continência de dois termos entre si, e a composição que se faz das proporções é proporcionalidade”.⁷

A tradição tomista do período medieval-tardio atribui historicamente uma doutrina da analogia do ser na *Metafísica* de Aristóteles. Tomás de Aquino, apoiado em seus comentários de Aristóteles, estabelece o novo cânon da terminologia com a sua doutrina da analogia, onde esta é definida como um caso intermediário entre a univocidade e a equivocidade.⁸ Como bem atenta Resende⁹, o problema típico da filosofia antiga, a relação entre o Um e o Múltiplo, foi posto em relação ao problema do Criador e da criatura. De maneira geral, a doutrina da analogia do Ser estabelece que este ser se estende na diversidade hierarquizada do real sem perder sua unidade, no que cada ente participa do ser, a saber, participa na proporção (analogia) de sua perfeição.¹⁰

Para Franco Júnior. H¹¹, na Europa medieval, a visão analógica de mundo estava presente tanto na cultura erudita quanto na vulgar, sobretudo no nível cultural comum àqueles dois polos, zona que é denominada como cultura intermediária, na qual clérigos e leigos encontravam e criavam elementos compreensíveis aos dois grupos, apesar de todas suas diferenças sociais, econômicas, políticas e funcionais.

⁷ SEVERINO BOÉCIO. De Arithmetica, L. II, c. 40. (ML 63, 1145-1146). La proporción es una relación y por así decir definición de dos términos entre sí, cuya reunión en cuanto que se establece, es algo proporcional. De las proporciones. Capítulo XL. P. 140.

⁸ Cf. 2008.p.171. Em uma passagem muito comentada da *Metafísica* (V, 6, 1016b 30-35 e 1017a 1-5), a analogia é definida como uma unidade discursiva transgenérica, capaz de operar entre gêneros, ainda que não nos possibilite o conhecimento de nenhuma essência. E é justamente essa característica da analogia que a promove como forte candidata para unificar as relações entre as categorias, os gêneros supremos, além dos quais temos apenas a palavra ser. Aristóteles denomina as categorias de gêneros supremos do ser, ou seja, que são os gêneros mais gerais sobre os quais existe somente a unidade da palavra ser (2008.p.174). Ainda seria possível pensarmos o uso do raciocínio por analogia no sentido de igualdade de relações, isto é, as coisas em Ato não são todas iguais entre si, mas são iguais por analogia, no sentido que todas têm a mesma relação com os termos que servem, respectivamente, de potências. Da mesma maneira, Aristóteles diz que elementos e princípios das coisas não são os mesmos, mas só análogos, no sentido de que são as mesmas relações que têm entre si, por exemplo, "no caso da cor, a forma será o branco; a privação, o negro; a matéria, a superfície; no caso da noite e do dia, a forma será a luz, a privação será a escuridão e a matéria será o ar" (*Met*, 12, 4, 1.070 b 18). Evidentemente, o branco, o negro e a superfície não são, respectivamente, o mesmo que luz, escuridão e ar, mas é idêntica a relação entre essas duas tríades de coisas (como entre muitíssimas outras tríades): relação que é expressa com os princípios de forma, privação e matéria.

⁹ Cf. 2008,172.

¹⁰ Cf. *Ibid*, p.173.

¹¹ Cf. 2019, n2. Modelo e imagem. O pensamento analógico medieval. p. 3/5.

O pensamento por analogia também aparece nos escritos de Nicolau de Cusa. Em sua obra *Douta ignorância*, Nicolau afirma que o conhecimento acessível ao homem é possibilitado por uma análise comparativa, que só entende ou julga tendo como pressuposto algo certo e conhecido.¹² O único conhecimento acessível ao sujeito seria, portanto, através de conjecturas. Para o filósofo, a forma conjectural do mundo provém da mente humana tal como a realidade do mundo provém da mente divina.¹³ Em Descartes¹⁴ o recurso à analogia e à conjectura reaparece com um pouco mais de frequência, como em suas cartas com destino a Morin.¹⁵

Podemos resumir essa descrição como preâmbulo da seguinte maneira: podemos dizer que do grego αναλογία, analogia pode ser interpretada como uma palavra que indica proporção matemática, identidade entre as relações que unem os termos de dois ou mais conjuntos, e correspondência, semelhança entre domínios heterogêneos possibilitados pela percepção de certa unidade entre eles. Logo, o pensamento analógico é um método extensivo que depende mais das propriedades sintáticas do conhecimento do que de seu conteúdo específico. Ele busca similitudes entre seres, coisas e fenômenos, todos conectados em uma totalidade que os ultrapassa e é comum a cada elemento. Tais pontos estruturais presentes em todo componente do universo decorrem de uma realização primordial, de uma unidade

¹² Nicolau de Cusa, *De docta ignorantia*, Lib. I, cap. I (*Opera*, Parisiis, 1514, reimpr.: Frankfurt a.M., 1962): “Omnes autem investigantes in comparatione praesuppositi certi, proportionabiliter incertum iudicant. Comparativa igitur est omnis inquisitio, medio proportionis utens.” Sobre o conceito de analogia em Nicolau Cusa, veja-se: Giovanni Santinello, “Riflessioni sul concetto de analogia nel pensiero moderno”, in *Metafore dell'invisibile. Ricerche sull'analogia*, Brescia, 1984, 34-58; Werner Schulze, *Zahl, Proportion, Analogie. Eine Untersuchung zur Metaphysik und Wissenschaftshaltung des Nikolaus von Kues*, Münster, 1978.

¹³ “Coniecturas a mente nostra, uti realis mundus a divina infinita ratione, prodire oportet. Dum enim humana mens, alta dei similitudo, fecunditatem creatricis naturae, ut potest, participat, ex se ipsa, ut imagine omnipotentis formae, in realium entium similitudine rationalia exserit. Coniecturalis itaque mundi humana mens forma existit ut realis divina.” Nicolau de Cusa, *De coniecturis I*, cap. I, in *Opera omnia* (Felix Meiner, Hamburg), III, 1972, 7.

¹⁴ “Eu, todavia, quero que se considerem as suposições que aqui exponho apenas como hipóteses. Com efeito, para que não pareçamos demasiado arrogantes se, ao filosofar acerca de coisas tão importantes, afirmamos que inventamos a verdade a seu respeito, preferi deixar isto no meio-termo e propor tudo aquilo que vou escrever como hipótese. A qual, ainda que a consideremos falsa, julgo que valeu bem a pena, se tudo aquilo que dela se deduz concordar com os experimentos e assim recolhemos dela tanto de utilidade para a vida como de conhecimento da verdade”. Descartes, *Principes de la Philosophie*, ed. Adam-Tannery, IX, 123.

¹⁵ Escreve Descartes: “É verdade que as comparações que costumam usar-se na filosofia da Escola, ao explicarem as coisas intelectuais pelas corporais, as substâncias pelos acidentes, ou pelo menos uma qualidade por uma outra de uma outra espécie [...] elas são o meio mais próprio que o espírito humano pode ter para explicar a verdade das questões físicas, ao ponto que, quando se afirma algo respeitante à natureza que não pode ser explicado por nenhuma tal comparação, eu penso saber por demonstração que ela é falsa”. Descartes, *Correspondance*, ed. Ch. Adam-G. Milhaud, Paris, 1936, III, p.66-68.

básica de tudo, escalonada por semelhanças dos termos análogos entre si e por referência deles ao termo primeiro, ao protótipo.

Pretendemos aqui, demonstrar que a natureza e a função da analogia na *Crítica da razão pura*¹⁶, do filósofo alemão Immanuel Kant, se afasta de uma utilização para fins de uma ontologia hierárquica ou de uma simpatia universal dos elementos e dos seres, o que cairia num uso predominantemente metafísico e teológico. Nosso objetivo é explicitar a função epistemológica da analogia enquanto um procedimento próprio do espírito humano na teoria kantiana do conhecimento. Nossa tese discorda, assim, da visão que afirma que a partir do século XVII a semelhança, e com ela a analogia, é repelida para os confins do saber, para a zona das suas fronteiras mais reduzidas e mais humildes.¹⁷

O pensamento analógico surge aos poucos na *CRP*. Mesmo inserido no bojo da discussão de uma filosofia transcendental¹⁸ esta forma de pensar não está certamente entre os pontos mais discutidos por uma vasta gama de comentadores da referida obra desde a primeira publicação (1781). Traçando uma determinada estrutura argumentativa acerca da função do pensamento por analogia na *CRP*, busca-se aqui retomar e analisar alguns argumentos expostos por Kant sobre essa forma de pensar, destacando relações internas que suas premissas têm com outras partes da obra. Nosso propósito é dar o lugar de destaque que pensamos que as *analogias* merecem no âmbito de uma *Crítica da razão da pura*.

Nosso interesse é compreender como as analogias participam do conhecimento racional, isto é puro. Kant entende tal conhecimento não como um conhecimento de objetos puros, mas como um conhecimento puro de objetos. A ideia principal na *CRP* não é demonstrar como a razão conhece um objeto puro, mas antes como esta se “utiliza” de sua estrutura própria na compreensão e na aplicação de suas

¹⁶ A partir de agora usaremos a abreviação *CRP* para indicar a obra *Crítica da Razão Pura*. As páginas serão indicadas com A, quando se referir à edição de 1781 e B, quando se tratar da segunda edição, de 1787.

¹⁷ *Les mots et les choses*, Paris, 1966 (trad. port., Portugália, Lisboa, s.d., p.78). Esta tese foi sustentada por vários intérpretes franceses do cartesianismo (L. Brunschvicg, É. Gilson, H. Gouhier), sendo de destacar Jean-Luc Marion, *Sur la théologie blanche de Descartes. Analogie, création des vérités éternelles et fondement*, Paris, 1981 (p.14,428-429,432-439,453- 454).

¹⁸ A filosofia transcendental é aquela que “considera apenas o entendimento e a própria razão num sistema de todos os conceitos e princípios que se referem a objetos em geral, sem pressupor objetos que fossem dados (ontologia)” (*CRP*, A 845 B 873). Assim, em outra passagem, afirma Kant: “chamo de transcendental todo conhecimento que se ocupa em geral, não tanto de objetos, mas de nosso modo de conhecimento de objetos na medida em que esse deve ser possível a priori” (*CRP* B25).

formas como condições de possibilidade do conhecimento dos objetos da experiência possível. A natureza da *Crítica* consiste, assim, em definir com clareza a possibilidade do conhecimento *a priori*, o alcance e seus limites por meio de um exame da própria faculdade do conhecimento, não por decisão arbitrária, mas mediante suas leis eternas e imutáveis.¹⁹

Tendo isso em vista, nosso propósito inicial é demonstrar como o pensamento *por analogia* participa desse processo racional puro em algumas partes fundamentais da *CRP*, a saber, na Analítica Transcendental e na Analítica dos Princípios. Partimos da defesa de que há uma aproximação indissociável, pouco explorada, entre a faculdade de imaginação e suas funções (síntese e esquema) com o pensamento por analogia enquanto princípio puro do entendimento. Demonstrando tal relação, acreditamos revelar o caráter imprescindível das analogias na constituição das condições de possibilidade da experiência possível.

Nossa argumentação que será exposta no decorrer dos capítulos considera que sem a função que a faculdade de imaginação desempenha na *CRP* não seria possível o completo entendimento da função do pensamento por analogia na referida obra. Sustenta-se aqui que o papel que o pensamento analógico desempenha na *Crítica*, especificamente até a parte da Analítica transcendental, acerca da constituição do conhecimento teórico-especulativo e da significação deste, ficaria insuficiente sem a compreensão da faculdade de imaginação. Para tanto, percorre-se aqui um caminho que pensamos ser o que nos levará com mais êxito para nosso objetivo.

Em nosso primeiro capítulo analisaremos as funções sintéticas de apreensão, reprodução e reconhecimento na Dedução Transcendental tendo em vista que o resultado dessas atividades nos conduzirá à compreensão da primeira função da analogia, a saber, participar da constituição das condições de possibilidade da experiência possível por meio da síntese e da intuição interna da sensibilidade, o tempo. Nos trechos em que certas funções analógicas não estão tão claras, foi estabelecido um paralelo auxiliar com a primeira edição da *CRP*, datada de 1781, e com os *Prolegômenos a toda ciência que se queria apresentar como ciência* (1783).

¹⁹ Com efeito, a razão empreende a mais difícil de suas tarefas: “a do conhecimento de si mesma e da constituição de um tribunal que lhe assegure as pretensões legítimas e, em contrapartida, possa condenar-lhe todas as presunções infundadas [...] Esse tribunal outra coisa não é que a própria *Crítica da Razão Pura*” (*CRP* A XI-XII).

Ainda no primeiro capítulo procuramos fundamentar a relação que o pensamento por *analogia* terá com a atividade sintética na *CRP*, apontando para um detalhe especial no modo como Kant entende os três modos de sínteses: a *apreensão* na intuição, a *reprodução* na imagem e a *reconhecimento* no conceito. Nossa interpretação parte da perspectiva de que a análise de tais sínteses torna-se fundamental quando se quer alcançar o pensamento por *analogias* enquanto *princípio puro do entendimento*. Com efeito, a inspiração dessa alternativa está na localização da intuição pura interna da sensibilidade, o tempo, em tais modos sintéticos, o que permite avaliarmos as *analogias* como um procedimento que pensa os estados de permanência, ação e interação causais em correspondência com os modos temporais de duração, sucessão e simultaneidade na condição de possibilidade da experiência possível nos *princípios puros do entendimento*.

Os resultados do primeiro capítulo nos conduzem para a investigação acerca da função do esquematismo transcendental nos *princípios puros do entendimento*, examinado no segundo capítulo, onde o lugar destinado às analogias da experiência aparece de maneira textualmente mais explícita nos textos de Kant. Destacamos a compreensão deste princípio como um ponto fundamental na constituição da experiência possível, destacando o caráter *regulativo* na constituição do conhecimento. Há uma discussão neste capítulo sobre a concepção de Kant acerca da doutrina humeana da causalidade em diálogo com o grupo de categorias da relação e os esquemas desta. O pensamento de Kant sobre o conceito de causalidade enquanto determinado por uma regra de sequência temporal nos direciona para a discussão das Analogias da experiência enquanto determinação objetiva de um dos aspectos da ordem do tempo, sendo eles: permanência, sucessão e simultaneidade.

Compreendemos que a abordagem sobre a faculdade de imaginação a partir do ponto de vista da sua função sintética e da sua atividade esquemática é o fio condutor e a complementaridade do pensamento por analogia apresentado na *Analítica Transcendental*, especificamente nos *Princípios Puros do Entendimento*, nas *Analogias da Experiência*. Com base nesta análise poderemos perceber a contribuição original que Kant deixou tanto na compreensão desta faculdade como na função do pensamento analógico para a história da filosofia e a relação. O objetivo desta tese é, portanto, aprofundar a reflexão kantiana acerca da imaginação e relacioná-la como uma etapa necessária no que tange o pensamento por analogia nos *Princípios Puros do Entendimento*. O que nos motiva a realizar essa investigação é a

compreensão do papel decisivo que esse método combinativo entre imaginação e analogia possui no interior da CRP que, numa leitura mais apressada sobre o tema em questão poderia passar despercebido, o que conduziria a um erro irrevogável para a compreensão da constituição do conhecimento legítimo na referida obra. Fundamentado o método combinativo entre e imaginação e analogia partimos para o nosso último capítulo. Neste, debate-se sobre a concepção conceitualista e não-conceitualista da formação do conhecimento objetivo na filosofia de Kant. Defendemos que é possível, através do nosso método combinativo, defender uma harmonia entre intuições e conceitos nesse debate contemporâneo acerca da teoria kantiana do conhecimento.

Por fim, essa tese defende que se a epistemologia kantiana pressupõe as condições necessárias da unidade sintética do múltiplo da intuição em uma experiência possível²⁰, esse papel só é cumprido plenamente ao combinar a função sintética e esquemática da faculdade de imaginação com o princípio puro do entendimento das *analogias* da experiência.

²⁰ Cf. CRP, A158 B197.

2 CAPÍTULO 1 – A FACULDADE DE IMAGINAÇÃO COMO PREÂMBULO DO PENSAMENTO ANALÓGICO

2.1 Introdução ao capítulo

O título deste capítulo pode ser entendido de duas maneiras: como uma reflexão em torno do significado da faculdade de imaginação na CRP e como uma introdução ao pensamento por analogia na Analítica dos princípios. Ambos os propósitos são solidários. Partimos da compreensão que é fundamental para o conhecimento transcendental uma aproximação entre a faculdade de imaginação e o pensamento analógico. Sob esse pressuposto, nossa intenção consiste em entender como, através da síntese²¹ e do esquema²² (funções da faculdade de imaginação), podemos entrar no pensamento por analogia.

Explicitaremos a seguir que tanto a faculdade de imaginação como o pensamento por analogia trabalha por meio de um elemento em comum. No caso da imaginação é o tempo, comum à sensibilidade e ao entendimento, que torna possível a relação heterogênea dessas faculdades por meio dos esquemas transcendentais. No caso das analogias da experiência, o tempo torna-se necessário para a compreensão dos estados de permanência, sucessão e relação recíproca nos princípios puros do entendimento. Tanto a imaginação, por meio dos esquemas, como o pensamento analógico, utiliza a semelhança entre domínios heterogêneos possibilitados pela percepção de certa unidade entre eles.

Nosso objetivo neste capítulo é o de apresentar o significado da faculdade de imaginação a partir de sua função de síntese, uma vez que defendemos que esta análise nos direcionará para um terreno seguro na compreensão do pensamento por

²¹ Neste capítulo iremos expor os três modos sintéticos da faculdade de imaginação que aparecem na primeira edição da CRP (1781): apreensão, reprodução e reconhecimento. Sobre a escolha da edição A da CRP em tal intento, justificaremos adiante.

²² A preocupação principal dos esquemas transcendentais consiste na relação da subsunção de um objeto sob um conceito. Para Kant, toda representação de um objeto deve ser homogênea a um conceito, isto é, o conceito precisa conter o que é representado no objeto a ser subsumido. O problema que se põe é que as categorias, comparadas com as intuições, são apenas formas possíveis para um material dado. Neste sentido, as categorias são heterogêneas com relação às intuições. O começo do argumento de Kant para uma prova da aplicação das categorias aos fenômenos está justamente na noção de tempo. Daí a importância de apresentarmos primeiramente os modos sintéticos da faculdade de imaginação, pois, como se verá, o tempo estará presente em todos os tipos de sínteses, uma vez que este é uma condição formal da multiplicidade e, portanto, da ligação de todas as representações. Cf. A 137 B 176.

analogia. Assim, neste capítulo, repensamos o papel da síntese não apenas como função refinada pela faculdade de imaginação, mas como caminho que leva diretamente ao pensamento analógico e à compreensão de uma unidade legítima do conhecimento. Esse primeiro capítulo esboça o início de um quadro no qual se harmoniza a síntese imaginativa e suas funções com o pensamento analógico na retomada dessa função sintética, acrescentando-se o elemento do tempo, para pensar os estados de permanência, sucessão e relação recíproca nos princípios puros do entendimento.

2.2 A faculdade de imaginação e seu poder de sintético no conhecimento

A faculdade de imaginação surge aos poucos na CRP. Em sua primeira definição, Kant afirma ser esta uma faculdade de síntese em geral.²³ Atribuir à imaginação uma função sintética é encarregá-la uma atividade essencial, uma vez que síntese é o ato de juntar diversas representações e conceber sua multiplicidade num conhecimento.²⁴ Ao caracterizar a imaginação como uma faculdade sintética já em sua primeira declaração, Kant deixa claro que esta faculdade não pode ser tratada como àquela responsável em promover meras ilusões e, por assim dizer, que apenas dificultaria o processo de formação do conhecimento.²⁵ Ao contrário, aos olhos do filósofo de Königsberg esta faculdade terá um papel decisivo e abrangente na teoria

²³ Afirma Kant: “A síntese em geral é, como veremos mais adiante, um simples efeito da imaginação, função cega, embora imprescindível, da alma, sem a qual nunca teríamos conhecimento algum, mas da qual muito raramente temos consciência”. CRP A 78 B 103. Como percebe-se, essa passagem é inalterada nas duas edições da CRP.

²⁴ A função da síntese transcendental constitui a parte central da *Analítica dos Conceitos* da CRP, pois sem esta atividade não seria possível explicar o próprio conhecimento, uma vez que este nada mais é que um todo de representações ligadas e comparadas entre si. Cf. CRP, A 79 B 105. Como veremos adiante, nada pode ser sintetizado sem a espontaneidade das categorias. Ou seja, a conexão entre predicados intelectuais e intuição sensível não existiria sem um ato sintético. Mostrar-se-á adiante que na primeira edição da CRP, datada de 1781, Kant afirma ser a imaginação a faculdade responsável pela síntese do conhecimento. Enquanto na segunda edição da obra, 1787, o filósofo delega tal poder à faculdade do entendimento. Em nosso primeiro capítulo, especificamente quando tratamos dos modos sintéticos de apreensão, reprodução e reconhecimento, estamos trabalhando com a edição A, 1781, pois são estes modos sintéticos, reduzidos textualmente na edição B, 1787, que utilizaremos para aproximar a relação que percebemos entre imaginação e analogia.

²⁵ É possível percebermos essa postura no pensamento de Descartes, especificamente na Segunda Meditação em que afirmava o filósofo: “imaginar é basicamente contemplar a figura ou a imagem de uma coisa corporal” (Descartes, 1996, p.22). O caráter duvidoso da imaginação consiste em sua vinculação com aquilo que origina nossos erros, as sensações. O conhecimento de mim mesmo, como coisa pensante, só será alcançado à medida que me afastar dessa reunião de membros que se chama corpo humano, ou seja, afastar-me das coisas que são “fingidas e inventadas pela imaginação” (ibid., p.22), pois os termos “fingir e imaginar” logo me chamam a atenção do meu erro. Claro que imagino, mas só porque eu sou é que eu imagino.

do conhecimento. Este papel, por sua vez, perpassará duas faculdades do conhecimento, sensibilidade e entendimento.

Outra definição que caracteriza a faculdade de imaginação é a de produzir esquemas. Como a faculdade de sensibilidade não pode *pensar* os objetos e a faculdade do entendimento não pode *intuí-los*²⁶, Kant encarrega aos esquemas, que são produtos da imaginação, a função de mediar intuições e conceitos.

2.3 A problemática da imaginação nas duas edições da CRP: um campo em discussão

A investigação acerca do papel da imaginação na *CRP* nos remete a uma questão mais abrangente, a saber, a reedição desta obra elaborada por Kant em 1787. A primeira versão desta obra, 1781, não foi bem recebida pela maioria dos leitores de sua época. Segundo Kant, isto se deve ao fato de que tais leitores simplesmente não a folhearam e não tiveram o prazer de a repensarem, pelo o motivo da obra parecer ser árida, obscura, contrária a todos os conceitos habituais e, além disso, demasiadamente extensa. Kant demonstrou seu descontentamento com a recepção desta primeira edição da *CRP* na obra: *Prolegômenos a toda a Metafísica futura que se queria apresentar como ciência, 1783*. Como afirma nesta passagem: “não esperava ouvir da parte de um filósofo queixas por causa da falta de [...] entretenimento e agrado, quando se trata da existência de um conhecimento [...] indispensável à humanidade”.²⁷

Os motivos que levaram Kant a escrever uma nova versão da *CRP* seis anos mais tarde são indeterminados e causam confusão entre muitos intérpretes da obra, gerando diferentes visões. É evidente que este intervalo entre uma edição e outra, ou seja, entre os seis anos que antecedem a segunda edição, não são marcados apenas por uma revisão e discussão desta obra, pelo contrário, houve uma

²⁶ Para Kant, o sujeito é constituído por uma receptividade, que é a capacidade de receber representações, mediante a maneira que somos afetados pelos objetos (Cf. *CRP*, A 19 B 33); e por uma espontaneidade, que é a capacidade de produzir representações (Cf. *CRP*, A 51 B 75). Sobre a receptividade encontra-se a faculdade da sensibilidade e sobre a espontaneidade se expressa à faculdade do entendimento. Pela primeira faculdade (sensibilidade) temos as intuições, onde nos é *dado* um objeto. Pela segunda (entendimento) temos os conceitos, onde o objeto é *pensado*. Deste modo, sem a sensibilidade, não poderíamos intuir nenhum objeto; e sem o entendimento nenhum objeto seria pensado. O sujeito é constituído, portanto, por intuições e conceitos, de modo que só pela sua reunião se obtém conhecimento.

²⁷ Kant (1998, p. 40).

profunda produção filosófica por parte de Kant neste período. Foram publicadas obras como: *Prolegômenos a toda a Metafísica futura* (1783), a *Fundamentação da Metafísica dos Costumes* (1785) e os *Princípios Metafísicos da ciência da natureza* (1786). Neste sentido, não há dúvidas que Kant resolveu escrever uma nova edição da CRP tanto para preencher algumas lacunas deixadas na primeira edição como para consolidar seus pensamentos até aquele momento.

Como bem nota Kuehn, Kant não escreveu todas as obras que antecedem a segunda versão da CRP por receio de não viver o suficiente para apresentar todo o seu pensamento, o filósofo estava na verdade preocupado com as bases e os fundamentos que essas publicações poderiam dar tanto as obras já publicadas quanto as que ainda viriam. Desta forma, durante todo esse período Kant lutou para ter seu pensamento reconhecido no cenário filosófico de sua época.²⁸ Na edição de 1787 da CRP Kant apresenta alguns aspectos distintos da edição anterior em sua filosofia. São ampliadas algumas partes da *Introdução* e algumas citações do capítulo da *Estética transcendental*. São retiradas passagens sobre os modos sintéticos no capítulo da *Dedução dos conceitos puros do entendimento*. Além disso, é acrescentado no capítulo da *Analítica transcendental*, a “*Refutação ao idealismo*” e a “*Observação geral sobre o sistema dos princípios*”.²⁹ As mudanças nas quais destacaremos adiante serão as relativas ao capítulo da *Dedução dos conceitos puros do entendimento*.

Já no prefácio à primeira edição da CRP, Kant admite que este capítulo fora o que lhe custou mais esforços, o qual considerava a investigação mais importante para estabelecer os fundamentos da faculdade do entendimento.³⁰ Como afirma o filósofo nesta passagem: “No decurso do meu trabalho encontrei-me quase sempre indeciso sobre o modo como a este respeito devia proceder”.³¹ Neste mesmo prefácio, Kant atenta para uma divisão da *Dedução dos conceitos puros do entendimento*.³² A primeira parte, diz respeito ao entendimento puro, considerando

²⁸ Cf. *Kant's critical philosophy and its reception – the first five years (1781–1786)* in: The Cambridge Companion to Kant and Modern Philosophy, p. 630).

²⁹ Cf. CRP, A XVI.

³⁰ Cf. CRP, A XVII.

³¹ CRP, A XVIII.

³² A primeira formulação do problema fundamental da Dedução dos conceitos puros do entendimento, a saber, como é possível aplicar conceitos *a priori* a objetos dados, é feita por Kant já na Carta destinada a Marcus Hertz de 1772. Como bem observa Longuenesse (2000. p. 22), já nesta carta Kant expõe o problema entre a relação de conceitos *a priori* e objetos dados, que pode ser resumido de uma maneira bem mais elaborada nove anos mais tarde, ou seja, na primeira edição da CRP. Porém, há uma diferença fundamental entre os dois textos, enquanto que na carta de 1772 Kant concebia a relação entre representação e objeto apenas de maneira causal, esta associação é explicada na CRP

sua possibilidade e as faculdades cognitivas em que este se relaciona. Em vista do seu conteúdo, essa parte é chamada de Dedução subjetiva. Já a segunda parte, deveria expor e tornar compreensível a objetividade dos conceitos puros *a priori* do entendimento. Ou seja, neste momento, Kant não investigará como é possível o entendimento, mas sim o quanto este pode conhecer independentemente da experiência. Essa segunda parte é denominada de Dedução objetiva, uma vez que demonstrará a validade objetiva das categorias do entendimento.

No aspecto subjetivo da Dedução, Kant irá expor detalhadamente três modos de sínteses, a saber, a síntese de *apreensão* na intuição, a síntese de *reprodução* na imagem e a síntese de *reconhecimento* no conceito. Será por meio destes modos sintéticos, como veremos na primeira parte do nosso primeiro capítulo, que a imaginação terá seu papel traçado na primeira edição da *CRP*. O problema que se apresenta é que a maior parte da explicação dada por Kant a respeito destes modos sintéticos na *segunda seção da Dedução dos conceitos puros do entendimento* é suprimida no texto de 1787. Muitos intérpretes se dedicaram no estudo desse aspecto subjetivo e o poder dado à faculdade de imaginação na edição A da *CRP*, como Heidegger, especificamente na obra *Kant e o problema da metafísica*³³, e Ernest Cassirer. Ambos os filósofos concordaram em um ponto fundamental da filosofia kantiana, a saber, que a faculdade de imaginação possui um papel central na *CRP*.³⁴

como uma relação necessária e *a priori*, como veremos mais adiante.

³³ HEIDEGGER, Martin. *Kant y el problema de la Metafísica*. México: Fondo de Cultura Económica, 1996. Heidegger observa a *CRP* como uma obra em que é discutido os fundamentos da subjetividade humana, afirmando que o aspecto subjetivo da edição A é a subseção de um capítulo da obra que mais representa essa finalidade. Para Heidegger, Kant entra no que seria mais fundamental no ser humano, pois descobre, na Analítica Transcendental o fundamento humano, a faculdade de imaginação e através dela o tempo. (Cf. 1996, § 41). Muitas das teses defendidas por Heidegger se baseiam na seguinte citação da edição A que, apesar de extensa, se faz-se necessária mencioná-la, diz Kant: “Esta unidade sintética pressupõe, contudo, uma síntese, ou inclui-a, e se a primeira deve ser necessariamente *a priori*, a última deve ser também uma síntese *a priori*. A unidade transcendental da apercepção reporta-se, portanto, à síntese pura da imaginação, como a uma condição *a priori* da possibilidade de toda a composição do diverso num conhecimento. A *síntese produtiva da imaginação*, porém, só pode ter lugar *a priori*, pois a síntese reprodutiva repousa sobre as condições da experiência. O princípio da unidade necessária da síntese pura (produtiva) da imaginação é, pois, anteriormente à apercepção, o fundamento da possibilidade de todo o conhecimento, particularmente da experiência. Ora, chamamos transcendental a síntese do diverso na imaginação, quando, em todas as intuições, sem as distinguir umas das outras, se reporta *a priori* simplesmente à ligação do diverso, e a unidade desta síntese chama-se transcendental quando, relativamente à unidade originária da apercepção, é representada como necessária *a priori*. Como esta última serve de fundamento à possibilidade de todos os conhecimentos, a unidade transcendental da síntese da imaginação é a forma pura de todo o conhecimento possível, mediante o qual, portanto, todos os objetos da experiência possível devem ser representados *a priori*”. *CRP* A 118.

³⁴ É possível perceber esse ponto em comum a esses dois filósofos quando Cassirer diz: “concordamos em um ponto, de todas as maneiras, a saber, que a imaginação produtiva também a mim me parece que de fato tem importância central em Kant. Tenho levado essa convicção a raiz de meus trabalhos

Alinha-se a essa interpretação do aspecto subjetivo da Dedução o comentário de Schopenhauer ao afirmar que o texto da segunda edição da Dedução foi mutilado, corrompido e, de certo modo, não autêntico.³⁵

Kant menciona a síntese no texto da edição B, 1787, como uma operação da faculdade do entendimento, que não parte nem dos sentidos, nem dos objetos.³⁶ A faculdade de imaginação aparece, assim, de duas maneiras diferentes: na edição A como o princípio da unidade necessária da síntese pura, anteriormente a apercepção pura e como fundamento da possibilidade de todo o conhecimento³⁷ e na edição B, 1787, a imaginação aparece como auxiliar do entendimento no processo sintético, perdendo seu caráter de originária da edição A.³⁸ A síntese, portanto, aparece envolvida com diferentes faculdades em ambas as edições, o que torna essa discussão pertinente.

Há uma linha de interpretação que argumenta que na segunda versão da Dedução, ao invés de Kant descrever detalhadamente os processos sintéticos, este passa a dar um maior destaque ao tema da lógica, em especial a caracterização lógica do juízo. Podemos citar dois representantes desta perspectiva, Longuenesse³⁹ e Herbert James Paton.⁴⁰ Para ambos, Kant apresenta esta tendência no título do § 19, no qual afirma que: “a forma lógica de todos os juízos consiste na unidade objetiva da apercepção dos conceitos aí contidos”. Isto ficará mais claro quando explicarmos o papel da imaginação na segunda edição da CRP, que fará parte do nosso primeiro capítulo.

com o simbólico, que não se pode solucionar sem voltar-se para a virtude da imaginação produtiva”. Essa afirmação de Cassirer encontra-se no debate entre ele e Heidegger nas *Conferências Davosianas*. Há um anexo com o texto desse debate na edição espanhola citada de *Kant e o problema da Metafísica*.

³⁵ Morujão, F. Alexandre cita essa passagem de Schopenhauer no prefácio à edição portuguesa da CRP, Calouste Gulbenkian.1994.VII.

³⁶ Como podemos observar na seguinte passagem: “toda a ligação, acompanhada ou não de consciência, quer seja ligação do diverso da intuição ou de vários conceitos, quer, no primeiro caso, seja uma intuição sensível ou não sensível, é um ato do entendimento a que aplicaremos o nome genérico da *síntese* para fazer notar, ao mesmo tempo, que não podemos representar coisa alguma como sendo ligada no objeto se não a tivermos nós ligado previamente e também que, entre todas as representações, a *ligação* é a única que não pode ser dada pelos objetos, mas realizada unicamente pelo próprio sujeito, porque é um ato da sua espontaneidade”. CRP B 130.

³⁷ Como foi citado na nota 33.

³⁸ Kant denomina dois novos termos para falar sobre síntese nessa edição: a síntese intelectual e a síntese figurada. A primeira concerne à apercepção pura, na qual liga os conceitos puros do entendimento à essa unidade. Já a segunda, figurada, refere-se a síntese da imaginação que tem como função unir a multiplicidade da intuição e dar correspondência sensível aos conceitos.

³⁹ 2000. p. 55.

⁴⁰ 1936, p. 240.

R.P.Wolf, em *Kant's Theory of Mental Activity*⁴¹, faz uma análise da teoria kantiana do conhecimento e constata que o capítulo da Dedução *dos conceitos puros do entendimento* é enigmático, muitas vezes até controverso e por isso torna-se a parte mais complexa e mais difícil de compreensão que um filósofo já escreveu. Dada a complexidade deste capítulo e as diversas visões acerca deste, faremos, aqui, uma análise que foi e que ainda é discutida pela maioria dos comentadores de Kant.

Há alguns comentadores que defendem que o aspecto subjetivo da Dedução de 1781 não faz falta alguma na segunda versão da Dedução em 1787. Representando tal linha de interpretação, Loparic afirma que o elemento principal da Dedução não se encontra no aspecto subjetivo, mas sim na parte objetiva. Para ele, o problema fundamental na CRP é “o *que* e *quanto* o entendimento e a razão podem conhecer e não *como* é possível a capacidade de pensar ela mesma”.⁴² O primeiro problema, segundo Loparic, é respondido pela dedução transcendental de operações e conceitos *a priori*, enquanto o segundo, que pertence à dedução subjetiva, pode ser deixado de lado. A partir disto, afirma: “posso atribuir menos importância às questões sobre a natureza de nossas faculdades cognitivas [...] e concentrar-me principalmente nas operações produtoras do conhecimento, suas regras e seus possíveis resultados”.⁴³ Apesar de apresentar detalhadamente os três modos sintéticos (apreensão, reprodução e reconhecimento) e reconhecer a importância do aspecto subjetivo exposto por Kant em 1781 para o todo da Dedução transcendental, Paton, em *Kant's Methaphysic of the Experience* (1983) também enxerga na segunda versão da Dedução transcendental um caminho mais seguro para refletir sobre os conceitos puros e *a priori*.⁴⁴ Nessa mesma linha de raciocínio Höffe, mesmo considerando que a Dedução transcendental das categorias é o único capítulo que Kant reformulou completamente para a segunda edição, reconhece que a nova versão (1787) não contém apenas a ideia diretriz, mas também os elementos fundamentais da demonstração.⁴⁵

Em outro viés de interpretação se encontram alguns comentadores que defendem a autonomia e a cooperação do aspecto subjetivo para uma compreensão

⁴¹ Cf. 1982, p. 80.

⁴² Cf. 2000. p. 93-94.

⁴³ Cf. 2000. p. 94.

⁴⁴ Cf. 1936. p. 242. Paton defende tal posição baseado na afirmação que Kant fez no prefácio da primeira edição da CRP. (Cf. CRP, A XVI).

⁴⁵ Cf. 2005.p.95.

geral da Dedução Transcendental, na qual nos aproximamos mais, uma vez que trabalharemos na análise dos modos sintéticos expostos na edição A como elo para compreensão das analogias da experiência. Segundo Wolf⁴⁶, o aspecto subjetivo da Dedução transcendental é a chave para a interpretação de toda a *CRP*, dado que será neste aspecto que Kant examinará as faculdades com que o entendimento se envolverá na formação do conhecimento *a priori*. Para ele, só com a compreensão deste ponto que podemos explicar o significado do termo síntese e esclarecer as partes mais difíceis do papel da imaginação. Seguindo essa mesma linha interpretativa, Ewing⁴⁷ afirma que a segunda edição da Dedução, deixa uma lacuna no argumento ao não tratar do aspecto subjetivo inserido na primeira edição.

Andrew Brook⁴⁸ vai mais além e assume a postura de que a Dedução subjetiva e objetiva não faz parte de argumentos distintos, uma vez que a compreensão de como a mente deve ser (aspecto subjetivo) é indispensável para realização da demonstração da validade objetiva das categorias (aspecto objetivo).

Ao longo de nossa exposição, discutiremos tanto alguns traços do aspecto subjetivo presentes na segunda edição da Dedução em sua parte objetiva como vice-versa. Como dissemos rapidamente acima, há dois aspectos da Dedução na primeira edição, o subjetivo e o objetivo. Porém, tal divisão só se encontra no prefácio, ou seja, Kant não delimita claramente o começo e o final de cada parte no decorrer do próprio capítulo da Dedução. Segundo Paton⁴⁹, todas as referências à imaginação são um sinal claro que estamos sempre lidando com o aspecto subjetivo na edição A. Com opinião semelhante, Wolf⁵⁰ afirma que a seção dois do capítulo da Dedução transcendental é a que melhor representa a análise tanto da formação das representações, como o papel traçado por Kant no que se refere à imaginação.

Neste sentido, nossa análise na primeira parte deste capítulo se concentra na seção dois, *Dos Princípios a Priori da Possibilidade da Experiência*, da primeira edição, 1781, do capítulo da Dedução. Porém, daremos sequência a este capítulo com uma pequena análise do § 14, uma vez que este servirá de base para o que irá ser explicado nas seções seguintes. Assim, este capítulo investiga o papel dos modos sintéticos na primeira edição da Dedução da *CRP*, que definirá a função da

⁴⁶ Cf. 1982, p. 80.

⁴⁷ Cf. 1974, p. 70.

⁴⁸ Cf. 1997, p. 120.

⁴⁹ Cf. 1936, p. 241.

⁵⁰ Cf. 1982, p. 81.

imaginação nesta edição. Em seguida, analisamos a faculdade de imaginação na edição B e as possíveis semelhanças entre as duas edições.

2.4 A atividade sintética da faculdade de imaginação

2.4.1 A síntese e as representações puras e a priori

Antes de analisarmos os modos sintéticos na primeira edição da *Dedução Transcendental*, que corresponde ao aspecto subjetivo, vale notar como o conceito de síntese foi introduzido por Kant pela primeira vez no referido capítulo. Kant já dava indícios da importância da síntese no § 10. Neste parágrafo o filósofo expôs a sua divisão da Lógica em geral e transcendental. A primeira, que abstrai de todo o conteúdo do conhecimento, é considerada pelo filósofo como uma lógica apenas formal. Em contrapartida a essa lógica, Kant propõe uma lógica transcendental, que se depara com um diverso intuído pela sensibilidade e, deste modo, uma lógica que já fornece uma matéria aos conceitos puros do entendimento.⁵¹ Contudo, a condição para que o diverso da sensibilidade seja convertido em conhecimento é que este seja recebido e ligado de uma determinada maneira.

Este ato de juntar, umas às outras, diversas representações e conceber a sua diversidade num conhecimento é chamado por Kant, no significado mais geral da palavra, de síntese.⁵² Esta síntese do diverso ainda não produz um conhecimento propriamente dito, uma vez que este é de início “grosseiro” e “confuso”. Porém, afirma Kant, é à síntese “que temos de atender em primeiro lugar, se quisermos julgar sobre a primeira origem do nosso conhecimento”.⁵³ A argumentação de Kant para mostrar a possibilidade dos conceitos *a priori* levando em consideração as faculdades subjetivas começa no §14, intitulado *A passagem à Dedução Transcendental das Categorias*. Neste parágrafo, Kant expõe os únicos dois modos pelos quais é possível que a

⁵¹ Para uma leitura sobre a lógica transcendental kantiana cf. Leo Lugarini, *La logica trascendentale kantiana* (Milano - Messina: Principato, 1950); Giorgio Tonelli, *Kant's Critique of Pure Reason within the Tradition of Modern Logic* (Hildesheim: Olms, 1994); Paul Guyer, *The Cambridge Companion to the Critique of Pure Reason* (Cambridge: Cambridge University Press, 2010).

⁵² Cf. CRP A 76 B 102.

⁵³ CRP, A 78 B 103. Tem-se nesta pequena passagem a importância da síntese que é comum em ambas as edições da CRP. Nota-se que nesta passagem, comum a ambas as edições, Kant menciona apenas uma síntese que se relaciona com o diverso intuído pela sensibilidade (síntese de apreensão), deixando de lado os outros dois modos (síntese de reprodução e reconhecimento) no qual só expõe no decorrer da primeira *Dedução* (1781), mais especificamente, na segunda seção do capítulo da *Dedução dos Conceitos Puros do Entendimento*.

representação e os seus objetos se relacionem. O primeiro modo é quando apenas o objeto possibilita a origem das representações. Já o segundo, se dá de maneira contrária. Na primeira condição, a relação entre representação e objeto nunca é possível *a priori*. No segundo caso, porém, a representação será necessariamente *a priori* e só mediante esta será possível conhecer algo como objeto.

Kant não aceita o primeiro tipo de representação, no qual o objeto a possibilita, uma vez que se esta postura fosse assumida, o filósofo se assemelharia a Locke⁵⁴ e Hume.⁵⁵ Em relação ao primeiro filósofo, para Kant, este encontrou na experiência a origem dos conceitos puros do entendimento e, neste sentido, procedeu de maneira inconsequente. Já Hume, reconheceu que para tais conceitos seria necessário conceber uma origem *a priori*, porém, essa necessidade subjetiva era resultado de uma frequente associação na experiência, que seria o hábito. A derivação empírica a que ambos recorreram, não condiz com a realidade dos conhecimentos científicos *a priori* que o sujeito possui, ou seja, os da *matemática pura* e os da *ciência geral da natureza*, sendo, por conseguinte, refutados.⁵⁶

Kant assume então, que só através de representações puras e *a priori* podemos conhecer os objetos. A compreensão das representações puras e *a priori*, únicas que podem fundamentar o conhecimento, é de fundamental importância, visto que uma das tarefas da síntese consistirá em organizar tais representações. As representações se ordenam a partir da atividade sintética, caso contrário, estas não estabeleceriam um conhecimento, uma vez que este é um todo de representações conectadas e ligadas entre si.⁵⁷ Kant continua sua argumentação no § 14, afirmando que só há duas maneiras para o conhecimento de um objeto: “a primeira é a *intuição*, pela qual é dado o objeto, mas só como fenômeno; a segunda é o *conceito*, pelo qual é pensado um objeto”.⁵⁸ A discussão que se pretende ter aqui está em torno justamente da ligação destas condições para o processo do conhecimento.

Existe um retorno ao argumento da origem das representações na segunda seção da *Dedução dos conceitos puros do entendimento*, intitulada *Dos Princípios a*

⁵⁴ A crítica de Kant ao modo empírico de conceber a origem das representações e dos conceitos puros do entendimento encontra-se em B 127/8. Acerca da visão crítica de Kant sobre o empirismo vale ressaltar o artigo *Porque Kant jamais levou o ceticismo a sério como doutrina filosófica* de PEREIRA, R.H.S. Sképsis, ano III, nº5, 2010.

⁵⁵ Sobre a crítica de Kant a Hume, veremos em nosso segundo capítulo.

⁵⁶ Cf. CRP, A 94 B 127/128.

⁵⁷ Cf. CRP, A 93 B 126.

⁵⁸ CRP, A 93 B 125.

priori da possibilidade do entendimento. Nesta seção, Kant nos fala de uma tripla síntese, que se apresenta de maneira necessária para todo o conhecimento: “A síntese de *apreensão* das representações como modificação do espírito na intuição; [a síntese] da *reprodução* dessas representações na imaginação e [a síntese] da sua *reconhecimento* no conceito”.⁵⁹ Mas não basta sentenciar. Essa passagem pode nos conduzir a dois caminhos distintos. O primeiro indicaria a existência de três sínteses independentes uma das outras e originadas por faculdades diferentes.⁶⁰ Já no segundo, há uma tripla síntese e, neste sentido, haveria uma única síntese que possuiria suas subdivisões.

Em uma passagem presente em ambas as edições da CRP, Kant afirma que a síntese em geral é “o simples efeito da imaginação, uma função cega, embora indispensável da alma”.⁶¹ Embasado nesta afirmação, o caminho aqui a ser percorrido será o de assumir os três modos de sínteses, não como iguais, mas pertencendo propriamente a um e mesmo ato, o da imaginação transcendental.

Assumindo isto, poderemos constatar ao longo de nossa exposição que a síntese da imaginação terá um caráter mais autônomo na primeira edição do que na segunda. Todavia, em ambas as edições, a síntese em geral, como já foi referido, será um efeito da imaginação. Quando esta síntese opera na sensibilidade, origina uma representação chamada intuição; quando ela reproduz essa intuição, forma uma imagem, que garante a permanência de uma intuição mesmo sem sua presença na experiência; e por fim, essa síntese reconduz tal imagem a um conceito, em uma representação universal e necessária provida pelo entendimento. Deste modo, essas sínteses não representam funções de três faculdades distintas, mas são apenas operações da imaginação que, por sua vez, age de maneira distinta em cada faculdade do conhecimento.

Poder-se-ia pensar que estes modos sintéticos diminuiriam o papel do entendimento no decorrer da primeira versão da Dedução transcendental. Entretanto, são os conhecimentos puros e *a priori* (categorias) do entendimento que “encerram a

⁵⁹ CRP, A 97/98.

⁶⁰ Como podemos constatar na seguinte passagem existente apenas na edição de 1781: Há, porém, três fontes primitivas (capacidades ou faculdades da alma), que encerram as condições de possibilidade de toda a experiência e que, por sua vez, não podem ser derivadas de qualquer outra faculdade do espírito; são os *sentidos*, a *imaginação* e a *apercepção*. Sobre elas se fundam 1) a *sinopse* do diverso *a priori* pelos sentidos; 2) a *síntese* do diverso pela imaginação; finalmente, 3) a *unidade* dessa síntese pela apercção originária. Todas estas faculdades, têm, além de um uso empírico, um uso transcendental, que apenas se refere à forma e unicamente é possível *a priori*. CRP, A 94/95.

⁶¹ CRP A 78 B 103.

unidade necessária da síntese pura da imaginação, relativamente a todos os fenômenos possíveis”.⁶² Tornaremos mais clara essa visão no decorrer deste capítulo, onde mostraremos a argumentação de Kant sobre os modos sintéticos, necessários para a objetividade do conhecimento.

No final do § 14, será possível notar o começo da diferença entre as versões de 1781 e de 1787 da Dedução transcendental. A análise da sinopse estará inserida neste contexto e aparecerá antes mesmo de qualquer síntese. Segundo Kant⁶³, os sentidos, a imaginação e a apercepção são três capacidades ou faculdades da alma humana que encerram as condições de possibilidade de toda a experiência. Sobre cada capacidade ou faculdade se fundam três elementos diferentes. A *sinopse* do diverso pelos sentidos. A *síntese* do diverso pela imaginação. E, por fim, a *unidade* dessa síntese pela a apercepção originária. Todas estas capacidades têm, além de um uso empírico, uma função transcendental, ou seja, que se refere apenas à forma e unicamente é possível *a priori*.⁶⁴

Tal divisão destas capacidades/faculdades foi retirada seis anos mais tarde, na segunda edição da CRP. Apesar de ser mencionada poucas vezes no decorrer da primeira versão da Dedução Transcendental, a sinopse terá um vínculo relevante com as fontes primitivas do conhecimento, uma vez que esta se relacionará diretamente com a percepção do múltiplo. Esta sinopse, apesar de não ter a característica de sintetizar o conhecimento, possui uma capacidade de envolver várias sensações ao mesmo tempo, o que será significativo no ato de apreensão dos múltiplos. Neste sentido, por meio da sinopse ainda não se tem um múltiplo unificado, mas esta desempenha um papel considerável na receptividade de múltiplas sensações.

Compreendemos os modos sintéticos de apreensão, reprodução e reconhecimento como atividades em que as *analogias* se utilizam para pensar a experiência nos *Princípios Puros do Entendimento*, como veremos mais adiante. Identificamos que a localização da intuição pura interna da sensibilidade, o tempo, em todas essas sínteses é fundamental e se faz necessária e, destarte, é o que permitirá avaliarmos as *analogias* como um procedimento que nos permite pensar os estados de permanência, ação e interação causais em *analogia* com os modos temporais de

⁶² CRP, A 119.

⁶³ Cf. CRP, nota de rodapé de A 95.

⁶⁴ Cf. CRP, A 94/95.

duração, sucessão e simultaneidade na condição de possibilidade da experiência possível nos *Princípios Puros do Entendimento*. Com efeito, nosso intuito aqui é o de se deter nas passagens dos modos sintéticos da Dedução dos conceitos puros do entendimento tendo em vista que o pensamento por *analogias* terá relações diretas com a atividade sintética na CRP.

2.5 Síntese de apreensão

A síntese de apreensão é o primeiro nível da explicação de Kant sobre a ligação das diversas representações rumo ao conhecimento e a primeira parte do aspecto subjetivo da Dedução Transcendental, exposto na edição de 1781. Kant não separa claramente as partes destinadas aos aspectos subjetivo e objetivo da Dedução Transcendental na primeira edição. Porém, todas as referências às atividades sintéticas são um sinal claro de que estamos lidando com o aspecto subjetivo da Dedução.⁶⁵ Um dos principais focos que daremos aqui sobre esta atividade sintética diz respeito à representação do tempo, forma pura da sensibilidade. Feito isto, esperamos posteriormente fazer notar a presença da apreensão sintética nas *analogias* da experiência. Por ora, investigaremos a *apreensão* em relação com a intuição.

O argumento explorado aqui e o primeiro passo na análise de tal síntese consiste na seguinte observação: independentemente da origem das representações, se estas chegam ao sujeito empiricamente ou formam-se de maneira *a priori*, estas, enquanto fenômenos, estão subordinadas ao tempo, correspondente ao sentido interno.⁶⁶ Este argumento, enfatizado por Kant logo no começo da exposição da síntese de *apreensão*, já é um indício da importância que o tempo terá no decorrer da explanação sobre a *apreensão* dos fenômenos. Esta intuição pura e *a priori* acompanha não apenas a primeira síntese, mas também as demais, como será constatado mais adiante.

O tempo possui um papel fundamental na *apreensão* dos fenômenos, uma vez que a formação das representações do sujeito transcendental são modificações do espírito em seu sentido interno. Como afirma Kant: “todos os nossos

⁶⁵ Para Paton é no aspecto subjetivo que Kant se preocupa com o entendimento em si mesmo, com a sua possibilidade e com os poderes de cognição a qual este repousa (cf. 1973, p. 241).

⁶⁶ Cf. CRP, A 99.

conhecimentos estão, em última análise submetidos [...] ao tempo, no qual devem ser conjuntamente ordenados, ligados e postos em relação”.⁶⁷ Deve-se ainda ressaltar, que: “esta é uma observação geral que se deve pôr absolutamente, como fundamento, em tudo o que vai seguir-se”.⁶⁸

Podemos depreender que para Kant, toda intuição contém nela mesma um múltiplo que, contudo, não pode ser representado como tal se não existir no sujeito uma capacidade de distinguir uma série sucessiva nas impressões em que este apreende. Somente quando distinguimos o tempo na série de impressões sensíveis é que podemos perceber momentos diferentes uns dos outros. Este é o primeiro passo na *apreensão* do múltiplo intuído, a saber, notar os diversos momentos da diversidade intuída. Com isso, o sujeito é capaz de alcançar o segundo passo, que consiste em organizar unidades distintas, ou seja, formar a unidade da intuição deste múltiplo distinguido.⁶⁹

O múltiplo é, portanto, compreendido, até este lugar, como uma série percebida devido ao nosso sentido interno, a saber, o tempo. Declara Kant:

Toda intuição contém em si um diverso que, porém, não teria sido representado como tal, se o espírito não distinguisse o tempo na série das impressões sucessivas, pois, *como encerrada num momento*, nunca pode cada representação ser algo diferente da unidade absoluta.⁷⁰

Nota-se, na citação acima, que a síntese de *apreensão* está diretamente ligada às impressões sensíveis. Kant menciona tal relação também na *segunda analogia da experiência*, que tem como princípio a *sucessão do tempo segundo a lei da causalidade*. O argumento explorado no capítulo dos *princípios do entendimento puro* diz: “A apreensão do diverso dos fenômenos é sempre sucessiva [...] percebo que os fenômenos se seguem uns aos outros pelo seu contrário no estado

⁶⁷ CRP, A 99.

⁶⁸ Ibid.

⁶⁹ Anton Friedrich Koch em *Espaço e Tempo em Kant e Hegel* (2009) observa que Kant não teve a intenção de compreender o tempo a partir de uma temporalidade originária. Para Koch: “Kant tem como evidente em relação ao tempo apenas aquilo que [...] chama de série B, ou seja, uma exterioridade recíproca linear de pontos temporais que devem ser ordenados pela relação entre o ser-anterior e o ser-posterior” (2009, p. 72). Koch pensa com McTaggart (1908) no fato de que o tempo é também essencialmente série A, na qual os acontecimentos são diferenciados enquanto futuros, presentes e passados. A série B, aquela que nos vem primeiramente à mente quando pensamos no tempo, é uma sobreposição de duas concepções originárias do tempo. Uma das duas é a concepção básica do desaparecimento do tempo como exterioridade ou justaposição recíproca dos pontos no tempo sem diferença qualitativa em relação à direção, ou seja, sem a seta do tempo (cf. 2009, p. 70). Para ver a posição mais aprofundada de Mc Taggart conferir a análise de Rodrigo Cid em *Mc Taggart e o problema da realidade do tempo* in: Argumentos. 2011.

⁷⁰ CRP, A 99. *Grifo nosso*.

precedente”.⁷¹

Elucidar o pensamento por *analogia* neste momento não é de pouca relevância. A análise de Kant sobre a síntese de *apreensão* e a relação indissociável desta com o tempo nos conduz a pensar adiante, que as *analogias* da experiência funcionam como um desdobramento deste argumento sobre esta atividade sintética apresentada ainda na Dedução Transcendental. Embora a segunda *analogia* seja a mais reconhecida e explorada por boa parte dos comentadores de Kant⁷², vemos a necessidade das *analogias* serem devidamente compreendidas em conjunto quando as contextualizamos em relação com o tempo, pois como afirma o próprio filósofo, ainda na exposição da Estética Transcendental:

Essa intuição interna se não apresenta como figura, procuramos suprir essa falta *por analogias* e representamos a sequência do tempo por uma linha contínua, que se prolonga até o infinito e cujas diversas partes constituem uma série que tem apenas uma dimensão e concluímos dessa linha para todas as propriedades do tempo, com exceção de uma só, a saber, que as partes da primeira são simultâneas e as do segundo sucessivas.⁷³

O que pode nos auxiliar neste argumento, o qual será explorado melhor em nosso segundo capítulo, é que as três *analogias* dizem respeito a uma questão fundamental, as condições de determinação do tempo nos modos de duração, sucessão e coexistência. A síntese de *apreensão* apresenta-se neste momento da *Crítica* vinculada com a intuição empírica ou a percepção, enquanto com as *analogias* nos movemos de uma consideração das condições transcendentais da percepção para os princípios puros do entendimento ou às condições transcendentais que essa faculdade opera. As condições transcendentais da percepção envolvem assim uma *apreensão* sintética guiada pelo tempo, ao passo que compreendemos que só com as *analogias* passamos para a ordem do tempo correspondente a estas percepções.

Com efeito, Kant se refere a ligação de duas percepções no tempo, sendo que esta ligação não é obra do simples sentido e da intuição, mas é aqui o produto da atividade sintética da *apreensão*, que determina esse sentido interno, no que diz respeito à relação de tempo.⁷⁴ Neste sentido, através da *apreensão*, situam-se um antes e um depois nas relações entre percepções o que, porém, ainda fica

⁷¹ Cf. CRP A 190, B 234.

⁷² Para se ter uma compreensão de alguns trabalhos já clássicos, veja-se, a título de exemplo, Strawson (1966), Melnick (1973), Allison (1983) e Guyer (1987).

⁷³ Cf. CRP, A 33 B 50. *Grifo nosso*.

⁷⁴ *Ibid.*

indeterminada é a relação objetiva dos fenômenos que se sucedem uns aos outros.⁷⁵

Compreendemos que a apreensão será, pois, a primeira forma de relação da faculdade da sensibilidade com o múltiplo dado intuitivamente. Tal síntese, mediante a representação do tempo, apropria-se dos múltiplos da intuição e os concebe enquanto contendo cada qual seu determinado momento em uma série sucessiva de instantes. Ou seja, somente através da intuição interna, que podemos distinguir um momento diferente de outro momento, e assim perceber a sucessão das coisas. Kant pode agora afirmar que somente quando o sujeito distingue o tempo nas representações é que este pode perceber e transformar a multiplicidade recebida pela sensibilidade.⁷⁶

A consequência dessa síntese da imaginação em relação com as intuições dadas da sensibilidade é a formação de um tempo único. Ou seja, os conceitos puros do entendimento terão a primeira relação com as intuições por meio da unificação do tempo.

Neste sentido, esta atividade da imaginação deve ser pressuposta ou pelo menos inclusa no que diz respeito à unidade sintética do múltiplo, uma vez que sua síntese possibilita ligar diversas representações por meio da unificação das intuições puras de espaço e tempo. As formas puras do entendimento, categorias, não podem dar unidade ao múltiplo intuído, pois necessitam da ajuda da imaginação para que possam ter uma intuição *determinada*.

⁷⁵ Efetivamente, o conceito que irá implicar tal determinação só pode ser um conceito puro do entendimento, que não se encontra na percepção e é aqui “o conceito da *relação de causa e efeito*, em que a causa determina o efeito no tempo, como consequência, e não como algo que simplesmente pudesse ter precedência na imaginação. (Cf. CRP, A 190 B 234). Iremos trabalhar mais nessa determinação conceitual e a relação que esta tem com as representações intuitivas, com a imaginação e com as analogias da experiência em nosso segundo capítulo.

⁷⁶ Na edição B, Kant introduz a síntese transcendental da imaginação e um duplo aspecto desta faculdade: ora ela se relacionará com a faculdade da sensibilidade e, em outro momento, com a faculdade do entendimento. Num primeiro instante, a síntese da imaginação tem sua atividade regulada pelo entendimento. Este, como espontaneidade, determina o sentido interno (passivo) de acordo com a unidade sintética da percepção. Ou seja, o entendimento, através da síntese transcendental da imaginação, pode pensar *a priori* a unidade sintética da percepção do diverso da intuição sensível. (Cf. CRP, B 151). Será, pois, por meio do que Kant chama de síntese figurada (*speciosa*) da imaginação que as representações de espaço e tempo poderão ser determinadas. A faculdade de imaginação surge como a faculdade de representar um objeto, mesmo *sem a presença deste* na intuição. Com efeito, Kant atenta para a dimensão da imaginação voltada para as intuições sensíveis e, neste sentido, ela pertenceria à sensibilidade. Todavia, sua síntese também é relacionada à espontaneidade, que é determinante, e não apenas, como o sentido, determinável. Portanto, a faculdade de imaginação, de *conformidade com as categorias*, determina *a priori* a sensibilidade. Assim, essa faculdade trabalha a partir das regras do entendimento, não sendo consciente de sua própria atividade. Por isso, e essa passagem aparece nas duas edições da CRP, a faculdade de imaginação é uma faculdade “cega”, embora indispensável da alma, sem a qual de modo algum teríamos consciência. Cf. CRP, A 78 B 103.

Nesse sentido, não podemos conceber um determinado conjunto de intuições como, por exemplo, a de uma cadeira, sem antes reuni-las na imaginação e, assim, poder sintetizá-las de acordo com o conceito de “cadeira”. As intuições seriam concebidas, em um primeiro momento, como “formas da intuição”, as quais se referem apenas ao modo da receptividade do espaço e do tempo e, em um segundo momento, como “intuições formais”, nas quais já agiria a síntese da imaginação. Como afirma Kant: “é uma e a mesma espontaneidade, que ali sob o nome de imaginação, aqui sob o nome de entendimento, promove a ligação no diverso da intuição”.⁷⁷

Para que deste diverso surja a unidade da intuição (como por exemplo, na representação do espaço), é necessário, primeiramente, percorrer esses elementos diversos e depois compreendê-los num todo”.⁷⁸ A *apreensão* do diverso do fenômeno é exposta nesse instante como sempre sucessiva, portanto, sempre mutável. Enxergamos que apenas com a *primeira analogia*, a qual tem como princípio “Em todas as mudanças dos fenômenos, a substância permanece e a sua quantidade não aumenta nem diminui na natureza”⁷⁹ as relações de tempo (os modos do tempo) serão possíveis. Como afirma Kant, “só no permanente são, pois, possíveis relações de tempo [...] isto é, o permanente é o *substrato* da representação empírica do próprio tempo e só nesse substrato é possível toda a determinação do tempo”.⁸⁰

Podemos neste momento dividir a compreensão desta síntese em duas partes: (1) a que percebe os múltiplos em seus determinados momentos, ou seja, em uma série sucessiva temporal; (2) a que os compreende inseridos num todo. Há, portanto, um momento de relação com as representações empíricas e, logo em seguida, um fundamento *a priori* destas. Como argumenta Kant:

Esta síntese da apreensão deve também ser praticada *a priori*, isto é, relativamente às representações que não são empíricas. Pois sem ela não poderíamos ter *a priori* nem as representações do espaço, nem as do tempo, porque estas apenas podem ser produzidas pela síntese do diverso. [...] Temos, pois, uma síntese pura da apreensão.⁸¹

⁷⁷ CRP, A 135 B 163.

⁷⁸ CRP, A 99.

⁷⁹ CRP, A 182 B 225.

⁸⁰ CRP, A 183 B 226. Veremos mais detalhadamente em nosso próximo capítulo como o princípio da permanência da substância, primeira analogia da experiência, possui uma relação com a síntese de *apreensão*. Chamaremos atenção, na verdade, para um detalhe essencial no modo como Kant entende o significado e o valor das *analogias* no que se refere “a síntese pensada no esquema do conceito puro do entendimento, da unidade desta síntese, como síntese em geral, a categoria conterá uma função, que nenhuma condição sensível restringe” (CRP, A 181 B 224).

⁸¹ CRP, A 100.

Para Beatrice Longuenesse, o desenvolvimento da síntese de apreensão se apresenta como um processo de *internalização* do objeto.⁸² Isto porque a diversidade captada pela capacidade receptiva do sujeito (sensibilidade) não é composta apenas de dados sensoriais disformes, mas já constitui um conteúdo. Este, para que possa ser percebido enquanto um múltiplo, ou seja, enquanto um composto diverso, deve pressupor uma distinção de vários momentos *no tempo*, possibilitada pela *apreensão* do diverso. Assim, o múltiplo da intuição só pode ser percebido enquanto tal se um ato de síntese for adicionado à receptividade de nossa mente. Semelhante compreensão faz Michael Young quando insiste em afirmar que, para Kant, só podemos ter intuição sensível devido a apreensão da multiplicidade que é formada.⁸³

Em suma, a síntese de apreensão por meio da representação do tempo sintetiza o múltiplo recebido pela sensibilidade. Esta síntese, como exposto, não pode ser atribuída à faculdade da sensibilidade, mas sim à imaginação, pois todos os modos de síntese são caracterizados por uma atividade. Ao contrário da sensibilidade, que é sempre passiva, a imaginação produtora⁸⁴ é caracterizada tanto pelo seu ato reprodutivo, como será demonstrado mais especificamente adiante, quanto por sua ação produtiva. É na síntese de apreensão que há pela primeira vez um “assumir” do dado recebido pela sensibilidade, pois apesar desta “oferecer” e “apresentar” o múltiplo, esta faculdade não pode produzi-lo sem a ajuda de uma síntese ativa.

Podemos, neste momento, afirmar que a síntese de apreensão envolve mais do que um aglomerado de impressões sensíveis, pois faz com que o múltiplo da intuição tenha uma unidade, possibilitada pela formação das representações de espaço e tempo. É neste sentido, que Kant sustenta que “é a síntese que, na verdade, reúne os elementos para os conhecimentos [...] é, pois a ela que temos de atender em primeiro lugar, se quisermos julgar sobre a primeira origem do conhecimento”.⁸⁵

⁸² Cf. LONGUENESSE. 2000, p. 91.

⁸³ Cf. YOUNG, J.M. Functions of thought and the synthesis of intuitions. In: in: The Cambridge Companion to Kant and Modern Philosophy, p. 105.

⁸⁴ Kant nos fala de uma imaginação produtiva para distingui-la da reprodutiva. A primeira será ligada a uma representação original do objeto, no sentido de que não são originadas na experiência. Já a segunda, a reprodutiva, consistirá apenas em reproduzir percepções empíricas, ou seja, neste aspecto a imaginação é apenas uma faculdade de representações derivadas da experiência, submetidas a esta. Segundo Kant, os psicólogos se limitavam a caracterizar a imaginação apenas como uma faculdade de reproduções, acreditando que os sentidos nos ofereceriam não apenas impressões, mas o próprio encadeamento destas. Contudo, “além da receptividade das impressões [...] estes exigem algo mais, a saber, uma função que os sintetize” (CRP A 130 B 162).

⁸⁵ CRP, A 97 B 135.

Pode-se afirmar, portanto, que este processo sintético de perceber múltiplos se dá de maneira *a priori*, pois, caso contrário, “não poderíamos ter *a priori* nem as representações do espaço, nem as do tempo, porque estas apenas podem ser produzidas pela síntese do diverso”.⁸⁶

Concluimos até aqui que, primeiramente, os fenômenos são dados ao sujeito, mas as percepções destes ainda estão isoladas uns dos outros, estes necessitam, portanto, de uma apreensão que os perceba e os conceba como uma unidade. O próprio Kant afirma que “há, pois, em nós uma faculdade ativa da síntese deste diverso, que chamamos imaginação, e a sua ação, que se exerce imediatamente nas percepções, designo por *apreensão*”.⁸⁷ É esta apreensão, assim, que possibilita perceber uma série sucessiva de múltiplos no tempo. Portanto, o movimento sintético encontra-se já na base das percepções dos fenômenos, em sua atividade de apreensão.⁸⁸

Como dito, enxergamos nessa atividade sintética de *apreensão* a primeira relação implícita que há entre o tempo e o pensamento *analógico* no que diz respeito à função deste como condição de determinação do tempo nos modos de duração, sucessão e coexistência. Tanto o ato sintético apreensivo como o uso deste nos princípios puros do entendimento, especificamente nas *analogias da experiência*, evidencia a constante preocupação de Kant em distinguir experiência de um simples agregado de percepções.⁸⁹ A síntese de apreensão funciona, assim, como um prelúdio para a compreensão dos argumentos de Kant nas *analogias da experiência* enquanto princípio puro do entendimento a ponto de podermos afirmar que essas questões são indissociáveis. O principal avanço que a síntese de *apreensão* alcança nas *analogias* é que esta é analisada nos princípios puros do entendimento dentro de uma perspectiva mais ampla, que a toma como parte determinante quando se pensa *analogicamente* com o tempo.

A culminação da longa e interdependente cadeia de argumentações para

⁸⁶ CRP, A 100.

⁸⁷ CRP, A 120.

⁸⁸ CRP, A 120.

⁸⁹ Como notamos na seguinte passagem dos Prolegômenos ao Kant recomendar ao leitor, que, “habitado há muito a tomar a experiência por um simples agregado empírico de percepções e, por consequência, não pensa que a experiência vai muito mais longe do que elas, a saber, que fornece uma validade universal a juízos empíricos e que, para tal, precisa de uma unidade pura do entendimento, a qual a precede *a priori* recomendo-lhe, pois, que atenda a esta distinção entre a experiência e um simples agregado de percepções e ajuíze a demonstração a partir deste ponto de vista” (Prolegômenos, p. 85/86).

reivindicar *a priori* uma certa concepção de experiência, aquela que se fundamenta, dentre outros fatores, através dos métodos e procedimentos transcendentais, na síntese de apreensão ganha uma nova roupagem, por assim dizer, quando a discussão das *analogias* da experiência vem à tona. É através destas, como se verá mais ao longo da nossa tese, que Kant arremata sua argumentação de que toda mudança no mundo empírico envolve certas conexões necessárias.

A ideia básica por trás dos argumentos de Kant para as analogias é que a experiência é captada inicialmente pela *apreensão* no tempo. Ou seja, nossas experiências ocorrem através de intervalos de tempo, e há uma sucessão no tempo dentro do múltiplo da experiência. Além disso, há um fato da questão sobre se (e quanto) o tempo passou, e para quaisquer destes acontecimentos no tempo, há um fato da questão sobre se eles aconteceram ao mesmo tempo, ou (se eles não o fizeram) sobre qual deles precedeu e qual seguiu a de outros. A tese de que nossa experiência é (nesse sentido) "determinada no tempo" pode ser considerado como parte da concepção da "experiência possível" do qual Kant argumenta na Dedução Transcendental. Uma das condições para tal experiência é a ocorrência de uma sucessão de representações através do tempo, o que só é possível se houver uma atividade sintética de *apreensão*. Além disso, se nós admitirmos uma importante conclusão da Dedução Transcendental, que experiência só é possível se esta também contiver objetos (além das representações subjetivas), então devemos também examinar os estados desses objetos a serem determinados no tempo.

A determinação do tempo, nesse sentido, significa que há um fato da questão sobre a duração dos estados e sobre a ordem de sua sucessão. Não implica diretamente que exista algo (como uma substância) que perdure através de intervalos de tempo, ou que estados sucessivos sejam causalmente determinados pelo que os precedeu. A fim de estabelecer essas conclusões (como ele pretende fazer nas Analogias), Kant deve apelar em adição a outras premissas que tenham a ver com as condições sob as quais podemos considerar nossa experiência como determinada no tempo.

Uma delas é que, se há um fato da questão sobre a determinação da duração, sucessão e simultaneidade, então é um fato que é conhecível por nós, pelo menos em princípio. Esta premissa pode ser considerada algo que nos é justificado supor se, como Kant, tomamos espaço, tempo e os objetos da experiência não como coisas que existem em si mesmas, mas coisas consideradas na medida em que caem

sob as condições de nossa intuição sensível (da qual o próprio tempo é apenas uma condição).

2.5.1 Síntese de reprodução e analogias

A síntese de reprodução busca explicar a possibilidade de ligar cada apreensão sucessiva para formar uma noção mais ampla de experiência e conhecimento. A questão que nos ocupa agora pode ser formulada da seguinte maneira: como há uma relação direta entre a síntese de reprodução e as *analogias* da experiência? Nosso intuito é compreender esta síntese, assim como as outras, a partir da investigação que a coloca como um passo da argumentação geral que justifica sistematicamente a proposta da experiência possível na *Crítica*.⁹⁰

A síntese de reprodução também vai de encontro com a argumentação do princípio geral das *analogias* da experiência, a saber, que a experiência só é possível pela representação de uma ligação necessária das percepções. Trataremos agora, portanto, sobre a reprodução das representações. É nesta síntese que os múltiplos apreendidos na síntese anterior (de apreensão) estabelecem uma associação entre si, submetidos às leis de reprodução.

2.5.2 Síntese de reprodução

A síntese de reprodução tem um lugar específico na exposição que Kant faz dos três modos da síntese da imaginação na Dedução Transcendental da primeira edição da *CRP*. Kant indica dois modos de se compreender a reprodução da imaginação. Em primeiro lugar, diz que a síntese de reprodução é:

Uma lei simplesmente empírica, aquela, segundo a qual, representações que frequentemente se têm sucedido ou acompanhado, acabam, finalmente, por se associar entre si, estabelecendo assim, uma ligação tal que, mesmo sem

⁹⁰ Há uma vasta literatura no que diz respeito à noção de experiência na *Crítica*. Nossa intenção não é expor todas, o que seria um trabalho demasiadamente exaustivo e, de certa maneira, até inalcançável. Contudo, podemos citar alguns: veja-se Paton, H.J. *Kant's Metaphysic of Experience*. London.1973, p.86 NewYork. Strawson, P.E *The Bounds of Sense*. london: Methuen & Co. 1996 p.25. As leituras de Ewing, AC. *A Short Commentary on Kant's Critique of Pure Reason*. Chicago: The University of Chicago Press.1938, p.9. Lebrun, G. *Kant e o Fim da Metafísica*. Trad.de C.A.Ribeiro de Moura. São Paulo: M. Fonres. 1993, p.4. Além de Allison, H.E. *Kant's Transcendental Idealism: an Interpretation na Defense*. New Haven London: Yale University Press.1983, p.3/25.

a presença do objeto, uma dessas representações faz passar o espírito à outra representação, segundo uma regra constante.⁹¹

Quando representações se sucedem repetidamente, a associação destas entre si pressupõe regras *a priori* sob as quais os fenômenos estão submetidos. Assim, a lei empírica de reprodução, como diz o filósofo, “pressupõe [...] que os próprios fenômenos estejam realmente submetidos a uma regra”.⁹² É, neste sentido, que Kant nos coloca o seu conhecido argumento sobre o cinábrio, que diz:

Se o cinábrio fosse ora vermelho, ora preto, ora leve, ora pesado, se o homem se transformasse ora nesta ora naquela forma animal, se num muito longo dia a terra estivesse coberta ora de frutos, ora de gelo e neve, a minha imaginação empírica nunca teria ocasião de receber no pensamento [...] se precisamente a mesma coisa fosse designada ora de uma maneira, ora de outra, sem que nisso houvesse uma certa regra, a que os fenômenos estivessem por si mesmos submetidos, não podia ter lugar nenhuma síntese empírica da percepção.⁹³

A concepção de Kant apresentada aqui é a de que se as próprias representações não estabelecessem uma associação entre si, nunca poderíamos perceber a formação de algo como o cinábrio, por exemplo. Este, por sua vez, precisa se conservar constantemente vermelho e pesado para que, deste modo, o sujeito possa fazer uma associação entre o peso e a vermelhidão. White⁹⁴ chama atenção para esse argumento kantiano e sobre como este poderia ser interpretado de uma maneira totalmente realista, visto que é como se os próprios fenômenos adquirissem uma ordenação por eles mesmos, independentes do conhecimento do sujeito. Contudo, compreendemos que essa alegação de Kant só pode ser interpretada do ponto de vista transcendental. Como bem nota Juan A. Bonaccini⁹⁵, se fenômenos são representações Kant tem que mostrar que pode diferenciar representações objetivas de representações subjetivas, pois não é suficiente dizer que eles são fenômenos apenas quanto à forma para dizer que são representações objetivas, isto é, representações de objetos dados.

Kant usa o mesmo raciocínio do exemplo do cinábrio ao argumentar que se qualquer ligação entre as palavras e as impressões nunca tivessem se apresentado à imaginação reprodutiva⁹⁶ do sujeito, este não teria como associar palavras com

⁹¹ CRP, A 100.

⁹² CRP, A 100.

⁹³ CRP, A 100/101.

⁹⁴ Cf. 1996, p. 116.

⁹⁵ Cf. 2004, Acerca do conceito de fenômeno na crítica da razão pura. p. 169/170.

⁹⁶ Kant nos fala de uma imaginação produtiva para distingui-la da reprodutiva. A primeira será ligada a uma representação original do objeto, no sentido de que não são originadas na experiência. Já a

coisa e, conseqüentemente, seria impossível todo o uso da linguagem.⁹⁷ Ora, mas tal forma argumentativa nos remeteria à conhecida teoria do hábito de Hume, na qual declara que:

Todas as vezes que a repetição de um ato ou de uma determinada operação produz uma propensão a renovar o mesmo ato ou a mesma operação, sem ser impelida por nenhum raciocínio ou processo do entendimento, dizemos sempre que essa propensão é o efeito do costume.⁹⁸

Neste caso, o que se apresentaria ao sujeito seriam apenas intuições singulares sem qualquer elo de conexão, o que impossibilitaria estipular unidades entre si. O que haveria, nesse caso, seria apenas a formação de *imagens* dos objetos e não esquemas dos mesmos.⁹⁹

Para evitar o problema de uma redução empírica em vista de sua filosofia transcendental, Kant afirma que: “deve haver, portanto, qualquer coisa que torne possível essa representação dos fenômenos, servindo de princípio *a priori* a uma unidade sintética e necessária dos fenômenos”.¹⁰⁰ Para Longuenesse essa passagem deve ser compreendida como um “programa explicativo”, visto que Kant parece ainda não concluir essa questão.¹⁰¹ Para a autora, nada do que o filósofo tinha afirmado até então sobre a síntese de reprodução lhe dá o direito de concluir que a regularidade dos fenômenos está fundada em uma unidade sintética e necessária. De fato, Kant não apresentou o motivo pelo qual a ligação dos fenômenos deve ser necessariamente assumida de maneira *a priori*. Compreendemos com Longuenesse que apenas com o programa de uma Dedução Transcendental que este nos dá indícios para revelar a necessidade de tal associação. Para comprovar isto a autora recorre à própria CRP no §14, no qual Kant considera alguns conceitos puros do entendimento, como por exemplo, o da causalidade. Esta categoria de causalidade não surge através de um resultado empírico e contingente, mas como uma condição

segunda, a reprodutiva, consistirá apenas em reproduzir percepções empíricas, ou seja, neste aspecto a imaginação é apenas uma faculdade de representações derivadas da experiência, submetidas a esta. Declara Kant: “Na medida em que a imaginação é espontaneidade, também por vezes lhe chamo imaginação *produtiva* e assim a distingo da imaginação *reprodutiva*, cuja síntese está submetida a leis meramente empíricas, as da associação, e não contribui, portanto, para o esclarecimento da possibilidade de conhecimento *a priori*, pelo que não pertence à filosofia transcendental, mas à psicologia” (B 152).

⁹⁷ Cf. CRP, A 101.

⁹⁸ HUME.1996, p. 61.

⁹⁹ Veremos mais detalhadamente em nosso segundo capítulo a distinção entre imagem e esquema.

¹⁰⁰ CRP, A 101.

¹⁰¹ Cf. 2000, p. 40.

necessária para o conhecimento dos objetos.¹⁰² Neste sentido, a expressão “deve haver, portanto,” pode ser compreendida como a procura de Kant em sair de uma regularidade empírica para uma regularidade necessária dos fenômenos, uma vez que estes podem deixar de se apresentarem como uma conexão constante se os mesmos se basearem apenas em uma perspectiva empírica.¹⁰³

O que irá possibilitar esse princípio *a priori*, do qual as leis empíricas também dependem para suas formações? Para Kant, o sujeito não pode garantir apenas pela sua capacidade de receptividade (sensibilidade) uma conexão necessária entre suas representações. Necessita-se, pois, de um princípio puro que garanta essa ligação.¹⁰⁴

¹⁰² Cf. *Ibid*, p. 41.

¹⁰³ Amora, em seu artigo *Alguns elementos para a compreensão do conceito de substância em Kant*, faz uma interpretação do conceito de analogia que, por hora, se vincula à nossa análise, sendo que Amora tem como foco principal de investigação o conceito de substância e não a regularidade dos fenômenos ou o conceito de causalidade examinado, se bem que ainda de maneira preliminar, neste momento da síntese de reprodução. Para Amora, a depuração do elemento ontológico do conceito de substância em Kant não poderia ser realizada, sem a influência de Locke. Aliás, a própria separação radical feita por Kant entre fenômeno e coisa em si, segundo o autor, se deve em parte à distinção interna feita pelo filósofo inglês do conceito de essência, a saber, entre essência real e essência nominal. Amora argumenta que a essência real dita por Locke diz respeito ao ser de qualquer coisa particular, representando, neste sentido, aquilo “que é”, que pertence à constituição interna das partes não sensíveis dos objetos das quais brotam as qualidades sensíveis, podendo ser considerada, assim, o fundamento destas últimas. Apesar de assumida, segundo Amora, a essência real é apenas pressuposta e dela não temos nenhum conhecimento pleno. Não dispomos de condições de penetrar teoricamente o ser de uma coisa e nomear todas as inúmeras propriedades constituintes de sua natureza. É a essência nominal aquilo que é comum ou típico nas ideias complexas relativas a mais de um objeto, gerando, com isso, uma ordenação em classes, espécies e gêneros. Trata-se, portanto, de uma classe de indivíduos em que eles são organizados sob nomes comuns e o que podemos falar da essência diz respeito apenas a este âmbito. É neste sentido que Amora afirma que Locke vira um crítico do conceito de substância pura ou em geral, ou seja, aquela que é tomada como um *sustentáculo* inteligível portador de acidentes, considerando que, enquanto tal, é uma palavra absolutamente vaga, sem clareza e distinção. Tal clareza e distinção nós só podemos alcançar quando a tomamos em sua dimensão nominal. Para Amora, Kant não identifica, como em Locke, substância com coisa em si, concedendo à primeira um *locus* meramente fenomênico. Ao contrário, Kant rejeitará a pureza nominalista e o método indutivo baseado em generalizações dos traços comuns dos objetos e buscará demonstrar de modo *a priori* a vigência universal e necessária daquela categoria. Por fim, segundo Amora, e aqui se faz luz sua interpretação em nossa tese, Kant mostrará que a faculdade de imaginação é capaz de produzir *analogicamente* um esquema da mesma, garantido, assim, a sua natureza categórica. É possível afirmar que Locke também imprimiu à ideia de substância um caráter analógico, porém, sem o rigor metodológico kantiano.

¹⁰⁴ Posto que a “ligação necessária das percepções” não pode advir da sensibilidade, logo, devemos procurar em outro lugar, a saber, no entendimento. Cabe a ele, por meio do seu aparato *categorial*, dar um caráter *apodítico*, ou seja, possibilitar a universalidade e a necessidade das percepções *apreendidas* na sensibilidade. Podemos exemplificar da seguinte maneira: Ao afirmar que: “O fogo é a causa do aquecimento das lenhas de uma lareira”, não me limito apenas às percepções de calor do fogo e aquecimento das lenhas, mas acrescento a esses elementos (advindos da experiência), um conceito puro do entendimento, a *causalidade*. Essa necessidade tem como fundamento, portanto, o conceito de causalidade o qual observamos no princípio da segunda analogia da experiência, a saber: “todas as mudanças acontecem segundo a lei da conexão de causa e efeito” (CRP A 189 B 232). Esta lei estabelece a conexão necessária entre as representações pela categoria de causalidade condicionada pela série temporal, como é constituída a segunda analogia da experiência.

O fundamento de Kant no contexto de uma Dedução transcendental não pode se contentar com a explicação somente de uma associação empírica das representações, mas sim no que pressupõe a constituição destas relações. Kant assume então a postura de que os fenômenos estão sempre sujeitos a uma unidade sintética e necessária *a priori*. Afirma que o sujeito conclui tal necessidade quando “se reflete que os fenômenos não são coisas em si, mas o simples jogo das nossas representações”.¹⁰⁵ Esse deslocamento de um fundamento *a posteriori* das representações para um fundamento *a priori* das mesmas é, sem dúvida, fundamental para o próprio objetivo do conhecimento transcendental na filosofia Crítica, uma vez que este conhecimento tem como característica explicitar as regras *a priori* que condicionam a experiência.

Vejamos melhor como continua a argumentação de Kant sobre a síntese de reprodução e em que sentido compreendemos que há uma aproximação direta com as analogias da experiência.

Afirma Kant:

Se pois podemos mostrar que mesmo as nossas intuições *a priori* mais puras não originam conhecimento a não ser que contenham uma ligação do múltiplo, que uma síntese completa da reprodução torna possível, esta síntese da imaginação também está fundada, previamente a toda experiência sobre princípios *a priori* e é preciso admitir uma síntese transcendental pura desta imaginação servindo de fundamento à possibilidade de toda a experiência.¹⁰⁶

Podemos notar, até aqui, que há uma distinção fundamental entre uma intuição que contém um múltiplo e uma apreensão sintética deste enquanto tal. Há,

¹⁰⁵ CRP, A 101. A compreensão feita por Kant de fenômenos (*Erscheinung*) e *coisa em si* (*Noumena*) gerou uma vasta gama de críticas à sua filosofia transcendental. As duas primeiras que abalaram a teoria da *coisa em si* foram feitas por Jacobi e Schulze. O primeiro questionou como seria possível pressupor objetos que afetam nossa sensibilidade e dão origem assim às nossas representações, se segundo a doutrina kantiana dos conceitos os objetos nada mais seriam do que “representações em nós (fenômenos)?”. A crítica levantada por Jacobi, de fato, afetou a recepção do Idealismo transcendental na época, uma vez que foi aceita por muitos leitores. O convite feito por Jacobi para levar o Idealismo transcendental às últimas consequências certamente encorajou a radicalização dessa leitura. Já Schulze foi o primeiro a acusar Kant de aplicar as categorias de *causa* e *realidade* às *coisas em si* mesmas. Para ele, Kant havia desconsiderado sua própria restrição do uso das categorias aos fenômenos ou objetos da experiência possível, fazendo assim uma reedição do antigo dogmatismo, sustentando que a *coisa em si* seria a causa não sensível das representações sensíveis. Assim, ambas as críticas caracterizaram a *coisa em si* como uma contradição interna no sistema crítico kantiano. Jacobi, F. H. Excertos de *Über den transzendentalen Idealismus* (Sobre o idealismo transcendental). Trad. Leopoldina Almeida. In: *A Recepção da Crítica da Razão Pura*, coord. Fernando Gil. Lisboa, Fundação Gulbenkian, Jacobi, H. *Sobre o Idealismo Transcendental*. Trad. Almeida, L. In: Gil, F. (Org), op. cit.p. 107). Schulze, E. G. “Excerto de *Aenesidemus*”. Trad. Sara Seruya. In: Gil, F. (Org), op. cit. p. 262-263).

¹⁰⁶ CRP, A 101.

neste último ato, a distinção do tempo em cada impressão apreendida, ou seja, existe aqui um “ganho” na percepção deste múltiplo. Este “ganho” é possibilitado pela apreensão de cada múltiplo enquanto forma uma unidade. Na síntese anterior podemos observar a unificação das representações da intuição, o que se torna necessário para que uma associação empírica destas possa ser reproduzida. Assim, as leis de associação empírica, às quais os fenômenos estão submetidos, dependem de um ato de apreensão sintético puro, sem as quais não seria capaz nenhuma reprodução das representações.¹⁰⁷ Neste sentido, a síntese de reprodução necessita que a multiplicidade tenha sido já ordenada temporalmente e espacialmente, possibilitada pela apreensão e, desta forma, já possua uma regularidade para que sua reprodução seja fundamentada por uma lei *a priori*.

Deste modo, assim como a síntese de apreensão é fundada em princípios *a priori*, a reprodução das representações apreendidas também depende de leis *puras*. Pode-se perceber aqui uma ligação entre a apreensão e a reprodução das representações, isto se dá porque para a efetivação da síntese de reprodução necessita-se de um múltiplo já ordenado e apreendido pela síntese anterior. Esta última, por sua vez, não conseguiria formar um todo sem uma reprodutibilidade de suas representações.

O princípio que possibilita a reprodução de nossas representações dos fenômenos é uma função da capacidade de imaginação, que representa um objeto, mesmo *sem a presença deste* na intuição. Ou seja, é imprescindível que logo depois de estabelecer os múltiplos, estes possam ser ligados e reproduzidos, visto que “o conhecimento é um todo de representações ligadas e comparadas entre si”.¹⁰⁸ Sem essa reprodutibilidade de nossas representações o conhecimento seria impossível, uma vez que se não houvesse tal operação, o sujeito jamais poderia unificar e formar um conhecimento como um todo. O exemplo do cinábrio, acima citado, reforça a ideia da necessidade de uma reprodução em uma imagem mesmo sem a presença

¹⁰⁷ Neste momento, podemos perceber a diferença entre a síntese da imaginação e a síntese realizada pelo entendimento estabelecida por Kant ainda no §10. Lá, afirmava Kant que: “a síntese em geral é [...] um simples efeito da imaginação, função cega, embora imprescindível, da alma, [...] mas da qual muito raramente temos consciência”. Nesta síntese ainda não operava uma determinação conceitual, pertencendo então apenas a uma unidade *subjetiva* da consciência, ou seja, este tipo de síntese faria apenas associações entre as representações. Cabe ao entendimento, por meio de seus conceitos puros, conferir unidade às diversas representações, ou melhor, proporcionar uma unidade *objetiva*. Desta maneira, a atividade sintética do entendimento faz uma relação *necessária* entre a unidade transcendental da apercepção e a unidade de uma dada intuição, de modo que seja possível a representação de um objeto.

¹⁰⁸ CRP, A 97 B 135.

do objeto. Este modo de síntese faz com que relembremos o passado diante do presente, faz com que exista uma permanência¹⁰⁹ de nossas representações *apreendidas* ao passar do tempo.¹¹⁰

A sucessão apreendida em instantes na síntese anterior é, por meio da síntese de reprodução, unidas a representação do tempo, independentemente do objeto intuído. A síntese de reprodução, nesse sentido, liga os momentos do tempo. Ela se estende de um momento específico do tempo, até aquele momento no passado em que o tempo estava necessariamente ligado a síntese de apreensão. É sob esse prisma que HAVET, J. afirma que o tempo, que é a forma de toda representação, não pode exercer sua função de intuição senão sob a condição da síntese reprodutiva.¹¹¹

Há na síntese de *apreensão* uma receptividade da sensibilidade em relação ao objeto dado e uma unificação deste em uma representação na intuição. A síntese de *reprodução*, por sua vez, obtém o objeto dado na *apreensão* e, como já foi dito, proporciona a manutenção das representações no tempo. Ou seja, no ato de *apreensão* há uma distinção entre os momentos do tempo, enquanto que na reprodução faz-se necessária a ligação de tais momentos, tornando possível, por

¹⁰⁹ Trataremos sobre a permanência das coisas no decorrer do tempo mais especificamente em nosso segundo capítulo, no que diz respeito ao esquema da categoria de substância.

¹¹⁰ Em nosso entender há boas razões para percebermos que tanto a primeira *analogia* da experiência que, como visto, possui um estreito vínculo com a síntese de apreensão, como a segunda *analogia* da experiência, que tem como princípio a sucessão no tempo segundo a lei da causalidade, tem uma relação direta com a síntese de reprodução. O que permeia toda argumentação de Kant sobre estas duas sínteses é a questão do tempo. Se este, como dito pelo filósofo na primeira analogia, não pode ser percebido por si mesmo, então a duração do mesmo deve ser representado na experiência por algo, por assim dizer, persistente. (Cf. CRP A 182 B 225). Não conhecer as coisas tal como elas são nelas mesmas não significa negar a sua existência porque conhecemos suas aparições, isto é, seus fenômenos. Todos os fenômenos, assim, contêm algo de permanente (substância) e algo de mudável com sua mera determinação, isto é, como um modo de existência do objeto. Nesse sentido, argumenta Kant na exposição da primeira analogia da experiência, “nos objetos da percepção, isto é, nos fenômenos, é que deverá encontrar-se o substrato que representa o tempo em geral onde pode ser percebida na apreensão. (Cf. CRP A 183 B 226). Mediante a *apreensão* do diverso do fenômeno constatamos que essa é sempre sucessiva e, portanto, sempre mutável. Não podemos, pois, só por ela, determinar se esse diverso, como objeto da experiência, é simultâneo ou sucessivo, “se não tivermos algo por fundamento que seja *sempre*, isto é, algo de *permanente* e *duradouro* de que toda mudança e a toda a simultaneidade sejam apenas outras tantas maneiras de existir o permanente. Depreende-se que a partir disso, se há um fato sobre quais estados vêm primeiro e quais seguem então isso pode consistir apenas em uma regra necessária governando a sucessão de estados, e determinando que um deve preceder, e o outro deve segui-lo. De acordo com a segunda analogia, essa relação necessária entre estados sucessivos é uma lei causal. Se os estados de substâncias diferentes (a única substância distinguida em muitas substâncias por suas localizações espaciais) devem ser objetivamente determinados em um dado momento como simultâneos, então deve haver uma regra necessária que conecte cada estado com o outro. Com a terceira analogia, Kant afirma que essa regra é uma lei causal que determina uma reciprocidade ou “comunidade” entre esses estados. Essas questões serão mais bem apresentadas em nosso segundo capítulo. Aqui, se faz necessário, indicar o caminho que está sendo trilhado.

¹¹¹ HAVET, J. Kant et le probleme du temps. Paris: Gallimard, 1947.p.29.

exemplo, manter o traçar de uma linha no pensamento ou o pensar do decorrer do tempo.

Desta forma, não é o suficiente para o conhecimento apenas que a multiplicidade seja dada e apreendida, faz-se necessário uma síntese de reprodução para que esta seja compreendida em uma série completa. É nesta linha de pensamento que Paton afirma que não há uma separação entre a síntese de *apreensão* e a síntese de *reprodução*, pois, segundo ele, a primeira inclui a segunda como um elemento necessário dentro de si.¹¹² Compreendemos, portanto, pelo que foi argumentado, que há um enlaço fundamental entre a síntese de reprodução e o pensamento analógico.

2.6 Síntese de reconhecimento

Como vimos anteriormente, Kant procurou apresentar como é possível não apenas intuir o múltiplo, mas apreendê-lo enquanto momentos no tempo. Sendo assim, nessa primeira parte da tese, podemos compreender que o filósofo já admitia certa unidade nessas apreensões, não no sentido de uma determinação de um conceito *puro*, mas no sentido de determinação de momentos no tempo. No segundo instante, foi notado que se faz necessário reproduzir esse múltiplo apreendido. Contudo, diz agora Kant: “*sem a consciência de que aquilo que nós pensamos é precisamente o mesmo que pensávamos no instante anterior, seria vã toda a reprodução na série das representações*”.¹¹³

Posto isto, devemos, portanto, pressupor uma consciência que irá permitir que o que tínhamos pensado no passado não seja outra coisa no presente, pois, caso contrário, “haveria no estado atual uma nova representação, que não pertenceria ao ato pelo qual devia ser [...] produzida, e o diverso dessa representação nunca formaria um todo”.¹¹⁴ Neste sentido, é a consciência *una* que “reúne numa representação o

¹¹² Cf. PATON, 1973, p. 364. A interpretação de Paton pode ser sustentada por meio da seguinte passagem da CRP onde Kant afirma: A síntese de apreensão está, portanto, inseparavelmente ligada à síntese de reprodução. E como a primeira exprime o princípio transcendental da possibilidade de todos os conhecimentos em geral (não só dos conhecimentos empíricos, mas também dos conhecimentos puros *a priori*), a síntese reprodutiva da imaginação pertence aos atos transcendentais do espírito, e em vista disso, designaremos também esta faculdade por faculdade transcendental da imaginação (CRP, A 102).

¹¹³ CRP, A 103, *grifo nosso*.

¹¹⁴ CRP, A 103.

diverso, sucessivamente intuído e depois também reproduzido”.¹¹⁵ Os processos sintéticos anteriores só são possíveis devido a uma unidade da consciência que irá garantir que o apreendido e o reproduzido pertençam a um e mesmo sujeito, pois:

Se esquecesse, ao contar, que as unidades, que tenho presentemente diante dos sentidos, foram pouco a pouco acrescentadas por mim umas às outras, não reconheceria a produção do número por esta adição sucessiva de unidade a unidade nem, por conseguinte o número, pois este conceito consiste unicamente na consciência desta unidade da síntese.¹¹⁶

Pode-se perceber nesta passagem a necessidade do ato de reconhecer o número. Isto porque, se o sujeito esquecesse as unidades formadas anteriormente, este não poderia nem ao menos reconhecer, por exemplo, uma representação do número (que é adição de unidades). Segundo Longuenesse¹¹⁷, a consciência da identidade genérica das representações apreendidas e reproduzidas anteriormente depende de uma constituição completa da experiência, possibilitada pela reconhecimento. O reconhecimento da identidade das representações apreendidas e reproduzidas repousa sobre a consciência de um ato unificado da síntese. Ou seja, reconhecer o apreendido e o reproduzido é ter consciência da unidade da síntese. No entanto, assim como a síntese de reconhecimento necessita das sínteses anteriores (apreensão e reprodução) para formar o conhecimento, estas últimas também dependem da primeira.

O exemplo do número acima citado demonstra que Kant está preocupado em estabelecer uma relação entre as sínteses, uma vez que para se chegar a tal pensamento o sujeito necessita de uma apreensão (percepção do múltiplo enquanto tal, ou seja, enquanto contendo um diverso em si mesmo) e de uma reprodução (formação de imagens) para o reconhecimento do número. Não é possível, portanto, uma análise isolada de cada síntese como atos independentes no processo da formação do conhecimento.

Além disso, compreendemos que não há uma visão completa das sínteses sem a investigação das analogias da experiência, uma vez que toda a atividade sintética de apreensão e reprodução pressupõe o papel fundamental do tempo. Este enquanto tal é explorado e analisado como pressuposto da formação da experiência possível nos princípios puros do entendimento, mas especificamente, nas analogias.

¹¹⁵ CRP, A 104.

¹¹⁶ CRP, A 103.

¹¹⁷ Cf. 2000, p. 45-46.

Retomando a questão, o número nada mais é que do que o esquema puro da quantidade, “que é uma representação que engloba a adição sucessiva de unidade à unidade”.¹¹⁸ Os esquemas serão mais explorados em nosso segundo capítulo, que consiste em perceber que a validade objetiva das categorias também depende da aplicação das mesmas na experiência possível e que será com a análise do esquematismo transcendental que Kant sustentará os princípios puros do entendimento, o qual temos notadamente interesse nas *analogias* da experiência.

Podemos mostrar a relação entre as sínteses pensando, por exemplo, numa cadeira. Observo uma cadeira neste momento. Caso esta cadeira não esteja mais diante dos meus sentidos, ainda posso, no entanto, ter sua forma e, desta maneira, intuí-la e reproduzi-la de acordo com que percebi pelos meus sentidos anteriormente. Contudo, para que haja conhecimento, não é suficiente que esta cadeira seja intuída e reproduzida. Faz-se necessário que ela seja sempre uma cadeira e não uma mesa ou um quadro, por exemplo. A síntese de reconhecimento necessita da diversidade apreendida e reproduzida, porém, no ato da reconhecimento no conceito, há um “ganho” na compreensão da experiência na relação com a faculdade do entendimento.

Kant declara que há no sujeito um princípio interno de ligação das representações, até que todas possam se convergir, para que elas possam a partir disso receber a unidade do conhecimento.¹¹⁹ Em outras palavras, para que o sujeito possa convergir essas representações, este tem que ter consciência da identidade dele mesmo referente às representações, pois tanto as intuições, quanto os conceitos “não são nada para nós e não nos diz respeito algum, se não puderem ser recebidas na consciência”.¹²⁰

O princípio, pois, que irá permitir as ligações das representações a uma consciência *una* é chamado por Kant de *princípio transcendental da unidade*.¹²¹ Esta unidade é sempre sintética, denominada por Kant de *apercepção pura*.¹²² Por isso que

¹¹⁸ CRP, A 143 B 182.

¹¹⁹ Cf. CRP, A 117.

¹²⁰ CRP, *ibid.*

¹²¹ Cf. CRP, *ibid.* No § 18, há uma distinção entre dois tipos de unidade da consciência: a unidade *objetiva* e a unidade *subjetiva*. O caráter objetivo diz respeito à argumentação de Kant nos parágrafos anteriores, ou seja, há uma identificação entre unidade objetiva e unidade originária da apercepção. Já a dimensão subjetiva da unidade da consciência tem uma relação com o que é dado empiricamente por meio da intuição. Por se ligar a condições empíricas esta tal unidade da consciência terá um caráter contingente, ou seja, não terá um valor necessário e universal em relação ao que é dado. Sendo assim, as dimensões da unidade da consciência fazem conexões de representações de maneira distinta.

¹²² Assim, mesmo que a consciência empírica seja necessária, a percepção de um objeto decorrente

falávamos nas sínteses anteriores que ali operava uma consciência sensível, com a qual todas as representações tinham uma relação necessária. Contudo, “toda a consciência empírica tem [...] uma relação necessária a uma consciência transcendental (que precede toda a experiência particular)”.¹²³ Assim, chegamos aqui na fundamentação da possibilidade das sínteses anteriores, que seria a apercepção que forneceria a unidade sintética e, neste sentido, chegaríamos à parte fundamental do aspecto subjetivo da Dedução da primeira edição da CRP.

As unidades formadas na síntese de apreensão ainda não eram concebidas enquanto ligadas a uma consciência *una*, transcendental. O múltiplo era ali concebido apenas como uma passagem sucessiva de diversos momentos. A unidade que constitui o múltiplo é uma unidade formal da consciência na síntese do diverso da representação.¹²⁴ Esta unidade pura é pressuposta em todos os dados da sensibilidade e na formação de qualquer representação.¹²⁵ Neste sentido, esta unidade serve como princípio *a priori* para os conceitos, assim como para o diverso do espaço e do tempo das intuições da sensibilidade.

de uma síntese de apreensão não é suficiente para Kant explicar a possibilidade do conhecimento de objetos em geral. Cabe a unidade sintética da apercepção pura esse papel. Deste modo, afirma o filósofo: “Todas as intuições nada são para nós e não nos dizem respeito por menos que seja, se não podem ser acolhidas na consciência, não importa se influem nela direta ou indiretamente, e só através disso é possível sua cognição. Nós estamos a priori conscientes da identidade de nós mesmos relativamente a todas as representações que jamais possam pertencer à nossa cognição, como uma condição necessária da possibilidade de todas as representações (porque estas só representam algo em mim se pertencem com tudo o mais a uma consciência, logo se ao menos têm que poder ser conectadas aí)” (CRP A 116). Podemos afirmar que, neste sentido, ao passo que através da síntese de apreensão consigo ter a consciência empírica de um objeto representado, se bem que ainda de “isolada” no sistema cognitivo, “ao levarmos tal representação à *consciência*” passamos a subsumi-lo a um conceito e, assim, ligá-lo a outros conceitos em um conteúdo proposicional.

¹²³ CRP, * A 117/18. Para Kant, as representações que fundamentam, por assim dizer, a consciência em sentido empírico, seriam aquelas que resultam da atividade sintética de apreensão, como compreendido na primeira parte de nossa investigação. Assim, tomo consciência empírica de algo na medida em que minha mente percorre (*Durchlaufen*) o múltiplo das representações sensíveis e o reúne (*Zusammennehmung*) em uma representação (in einer Vorstellung). Sobre o debate mais contemporâneo da questão que a consciência empírica significa ou possui consciência do conteúdo que as intuições sensíveis *representam* ou possui *consciência introspectiva de que possuímos tais representações*, há a posição de Rosenthal (1986) e as três distinções da consciência, a saber, consciência de criatura e consciência de estado; consciência intransitiva e consciência transitiva e consciência introspectiva e não introspectiva. Há também esta discussão em evidência nos textos de Almeida, D. “Consciência de si e conhecimento objetivo na “Dedução Transcendental” da Crítica da Razão Pura. Em: *Analytica*, Vol. 1, número 1 (1993): 187-219 e também Cramer, K. Über Kants Satz: Das: Ich denke, muss alle meine Vorstellungen begleiten können, em *Theorie der der Subjektivität*, Frankfurt am Main Suhrkamp, 1990.

¹²⁴ Cf. CRP, A 105.

¹²⁵ O § 19 da Dedução Transcendental serve para esclarecer melhor essa questão. Lá Kant explica de que maneira se dá a relação entre a unidade transcendental da apercepção e a unidade de uma dada intuição. A relação das representações *no* juízo não é possível sem a unidade da apercepção transcendental. Ou seja, a unidade transcendental da apercepção, na qual o sujeito é consciente da possibilidade de uma síntese do múltiplo, representa no juízo a sua determinação objetiva na síntese.

A síntese, no entanto, necessitará de uma unidade que só o conceito poderá fornecer, a qual cabe ao entendimento operar.¹²⁶ São, pois, os conceitos puros do entendimento, *categorias*, que encerram a unidade necessária da síntese pura, relativamente a todos os fenômenos possíveis.¹²⁷ O entendimento, portanto, reportar-se-á a todos os objetos dos sentidos, mais especificamente às intuições destes e à síntese, como dados de uma experiência possível. Há, portanto, nessa última síntese, uma representação necessária e universal (conceito) sobre a multiplicidade apreendida e reproduzida.

A atividade de síntese na reconhecimento é guiada, neste sentido, pelos conceitos e repousa sobre uma unidade sintética e *a priori*. Isto é, somente por meio do entendimento é que a atividade síntese adquire uma unidade conceitual, tornando-se assim uma síntese necessária para o processo do conhecimento. Antes desta unidade a síntese operava apenas em um nível pré-conceitual.¹²⁸ Desta forma, a síntese sem os conceitos puros do entendimento ficaria sempre à deriva, assim como os conceitos sem a *apreensão* e sem a *reprodução* seriam conceitos vazios e, deste modo, sem sentido algum. Desta maneira, na Dedução subjetiva da primeira edição, Kant irá tratar da síntese operada pela imaginação, que tem como princípio a espontaneidade do pensamento, pois, caso contrário, se caracterizaria apenas como uma associação empírica entre as representações e não uma relação *a priori* e necessária.

¹²⁶ Cf. CRP, A 78 B 103.

¹²⁷ Cf. CRP, A 119.

¹²⁸ Cf. LONGUENESSE, 2000, p. 64.

3 CAPÍTULO 2 – A ARTICULAÇÃO DAS ANALOGIAS DA EXPERIÊNCIA NOS PRINCÍPIOS PUROS DO ENTENDIMENTO

3.1 Introdução ao capítulo

Tem-se em mira neste capítulo atestar o lugar destinado às analogias da experiência de maneira textualmente mais explícita por Kant. Destacamos como se compreende que este princípio puro do entendimento demarca um ponto fundamental na constituição da experiência possível, refletindo-o como articulador entre os modos síntese, a intuição interna (tempo) e as categorias do entendimento.

Suscitamos atenção especial às categorias de causalidade e relação, além de destacar como tal princípio se equivale do Esquematismo Transcendental para definir os liames supracitados. Iniciamos nosso capítulo examinando como os esquemas transcendentais são condições de possibilidade para pensarmos as analogias da experiência enquanto princípios puros do entendimento.

3.1.1 Esquematismo transcendental

Kant já nos dava indícios do objetivo dos esquemas no capítulo da Dedução Transcendental, como podemos observar na sua afirmação no § 23: “não sei se pode haver uma coisa que corresponda à determinação do pensamento, se uma intuição empírica não me der o caso para a aplicação. Mas deste assunto trataremos mais adiante”.¹²⁹ Este assunto de que fala Kant é justamente o capítulo posterior ao da Dedução Transcendental e sobre o qual nos dedicaremos agora, o Esquematismo Transcendental.

Logo após o capítulo da Dedução Transcendental, Kant dá início ao segundo livro da *Analítica transcendental*, intitulado de *Analítica dos princípios*. Esta parte surgirá com uma tarefa específica dentro de sua filosofia, a saber, ser “um cânone para a *faculdade de julgar*, que lhe ensina a aplicar aos fenômenos os conceitos do entendimento, que contêm as condições das regras *a priori*”.¹³⁰ Já nesta passagem inicial, Kant apresenta a questão que norteará o que vai se seguir, a saber, a correta aplicação das categorias do entendimento às intuições sensíveis.

¹²⁹ CRP, B 149.

¹³⁰ Cf. CRP, A 132 B 171.

Neste quadro, Kant insere a chamada *capacidade transcendental da faculdade de julgar*, que será a capacidade do sujeito de submeter os casos particulares à legalização diante do universal, ou seja, de subsumir sob conceitos. Como o entendimento é definido por Kant como “a faculdade de regras”, a faculdade de julgar surgirá como àquela responsável em discernir se algo está ou não subordinado a tais regras.¹³¹ Esta faculdade aparece como um “talento particular da alma humana” que diferencia aquele que apenas conhece as regras daqueles que sabem aplicá-las corretamente.¹³²

A *doutrina transcendental da faculdade de julgar* terá duas partes: a primeira será denominada de *Esquematismo transcendental*, onde Kant expõe os esquemas dos conceitos puros do entendimento; e a segunda, designada de *Princípios do entendimento puro*, versará sobre os juízos sintéticos que se seguem dos conceitos puros do entendimento sob a condição de esquemas.

No § 24 da Dedução Transcendental, intitulado *Da Aplicação das categorias a objetos dos sentidos em geral*, Kant já apresentava os primeiros indícios de uma possível ligação dos conceitos puros do entendimento com as intuições sensíveis a partir da síntese transcendental da imaginação. Nesta seção, Kant se questionava a respeito de como seria possível o vínculo entre as intuições sensíveis (que assentam na sensibilidade) e as categorias (que repousam no entendimento). Com efeito, Kant distinguiu no referido parágrafo duas espécies de síntese, a figurada e a intelectual. Afirma Kant:

A síntese do diverso da intuição sensível, que é possível e necessária *a priori*, pode denominar-se *figurada (synthesis speciosa)*, para a distinguir da que, em relação ao diverso de uma intuição em geral, seria pensada na simples categoria e se denomina síntese do entendimento (*synthesis intellectualis*).¹³³

A síntese figurada é considerada o meio pelo qual o entendimento se remete a objetos sensíveis.¹³⁴ Kant chama esta síntese de “figurada” para evidenciar

¹³¹ “Ora, a representação de uma condição universal, segundo a qual um certo diverso pode ser posto, chama-se regra. Todos os fenômenos estão, pois, universalmente ligados e, por conseguinte, numa *afinidade transcendental*, da qual a *afinidade empírica* é mera consequência” (CRP A 113/114).

¹³² Kant mostra já no início de sua exposição sobre a capacidade de julgar a importância que esta deverá ter na formação do conhecimento, uma vez que “A carência de faculdade de julgar é propriamente aquilo que se designa por estupidez e para semelhante enfermidade não há remédio” (CRP, nota de rodapé A 134 B 173).

¹³³ CRP, B 152.

¹³⁴ Também chamada de *síntese transcendental da imaginação*, é o meio pelo qual as simples formas do pensamento, categorias, “adquirem então uma realidade objetiva, isto é, uma aplicação aos objetos que nos podem ser dados na intuição” (CRP, B 151/152.)

a sua ligação com os dados sensíveis e, desta maneira distingui-la da síntese intelectual. Esta última não terá vínculo algum com a capacidade de imaginação, uma vez que será processada apenas pelo entendimento. Ora, admitir que Kant já tivesse mencionado sobre a possível aplicação das categorias aos fenômenos já no capítulo da *Dedução Transcendental*, poderia nos vir à mente que o capítulo do Esquematismo seria desnecessário frente à referida parte da *Dedução*.

Baseado em algumas passagens deste § 24 que Kemp Smith¹³⁵ declara que o capítulo do Esquematismo não tratará de um problema legítimo e, deste modo, o argumento de Kant sobre um terceiro termo, mediador entre conceitos e intuições, seria supérfluo no interior da obra.¹³⁶

Demonstrar que Kant já teria tratado sobre esta aplicação das categorias aos objetos no referido § 24 da *Dedução Transcendental* não prova a artificialidade do capítulo do Esquematismo. De fato, Kant tratou desta possibilidade no referido parágrafo da *Dedução*, porém, o filósofo não encerrou a resolução da questão, deixou, por assim dizer, um fio condutor para o que ainda iria se seguir. Uma prova disto é que o filósofo só apresentou exemplos concretos¹³⁷ da aplicação das categorias aos fenômenos no capítulo do Esquematismo e não anteriormente. Assim, o capítulo da *Dedução* prova *que* categorias devem ser aplicadas a dados sensíveis, porém não

¹³⁵ Cf. 1965, p. 335. Tal argumento pode ser embasado no que Kant afirma na seguinte passagem do capítulo do Esquematismo: “Vimos, com efeito, que [...] os conceitos puros e *a priori* devem ainda conter, além da função do entendimento na categoria, condições formais da sensibilidade (precisamente do sentido interno), que contêm a condição geral pela qual unicamente a categoria pode ser aplicada a qualquer objeto” (CRP, A 179 B 140).

¹³⁶ Segundo outro viés de interpretação, o capítulo do Esquematismo trataria de uma nova e importante tarefa, o que não resultaria que o capítulo da *Dedução Transcendental* se tornasse supérfluo. Como defende Allison (Cf. 1992, p. 276) a *Dedução Transcendental* prova de maneira geral a realidade objetiva das categorias no sentido em que estas devem ter necessariamente uma referência aos objetos da intuição sensível, contudo, com os esquemas se abre um caminho mais específico de aplicação, a saber, a intuição interna (tempo) será mediadora nesse processo. Seguindo a mesma linha de interpretação, Buroker (Cf. 2006, p. 138) declara que somente no capítulo do Esquematismo que Kant associa cada categoria a uma forma de esquema, o que para ele já seria uma prova suficiente da importância deste capítulo. O próprio Kant, nos *Prolegômenos (1785)* caracteriza a Doutrina do Esquematismo como importante e totalmente imprescindível *para* compreendermos o seu projeto *Crítico*. Afirma o filósofo: Era preciso, pois, efetuar duas investigações importantes, e até indispensáveis, embora extremamente áridas, que foram feitas na *Crítica* [...] a primeira mostrou que os sentidos não fornecem os conceitos puros do entendimento *in concreto*, mas apenas o esquema para o uso destes conceitos, e que o objeto a ele conforme se encontra unicamente na experiência (como produto que o entendimento tira dos materiais da sensibilidade). Na segunda investigação, mostra-se [...] que, apesar da independência dos nossos conceitos puros do entendimento e dos nossos princípios puros relativamente à experiência, mais, não obstante o âmbito aparentemente maior do uso, nada se pode pensar através deles fora do campo da experiência, porque eles nada mais podem fazer do que determinar simplesmente a forma lógica do juízo, em relação a intuições dadas. (1998, § 34).

¹³⁷ Ainda neste capítulo, veremos os exemplos que Kant apresenta em relação a cada categoria aplicada aos objetos da intuição.

demonstra ainda, nesta perspectiva, a sensificação dos conceitos.¹³⁸

Ao longo deste capítulo procuramos indicar elementos para compreendermos esse processo de sensificação dos conceitos puros do entendimento. Chamamos atenção para a distinção que há entre os esquemas para os conceitos puros do entendimento e os símbolos das ideias da razão que, como veremos em breve, nesse último caso, a doação de imagem não tem como intuito o conhecimento objetivamente válido, mas a compreensão destas ideias do ponto de vista prático.¹³⁹

Destacamos os esquemas como indispensáveis no ato de relacionar conceitos com intuições sensíveis, visto que essa relação não é possível sem uma representação mediadora, como salientaremos a seguir. Nossos argumentos se alinham, assim, aos intérpretes que buscam defender a legitimidade do capítulo do Esquematismo na *Crítica* e a relação direta deste com os princípios puros do entendimento, mais especificamente com as *Analogias* da experiência.

Kant trata no início do capítulo do Esquematismo sobre a relação da subsunção de um objeto sob um conceito. Segundo o filósofo, toda representação de um objeto deve ser homogênea a um conceito, isto é, o conceito precisa conter o que é representado no objeto a ser subsumido.¹⁴⁰ Para que seja possível essa homogeneidade faz-se necessário que o que será *intuído* no primeiro momento possa ser *pensado* posteriormente.

¹³⁸ Loparic propõe uma interpretação da teoria kantiana do conhecimento que tem como um dos pilares a problemática da sensificação dos conceitos. Sua análise parte da ótica de que Kant se propõe explicitar as condições nas quais um problema da razão pura teórica é *solúvel*. A doutrina da solubilidade desses problemas exige, para Loparic, entre outras coisas, que se responda como é possível uma sensificação dos conceitos puros do entendimento. Sobre isso, ver 2002. (*A semântica transcendental de Kant*. 2ª ed. Campinas: UNICAMP); LOPARIC, Z. 1983. “Heurística kantiana”, in: *Cadernos de História e Filosofia da Ciência*, n. 5, p. 73-89; 1999. “O fato da razão – uma interpretação semântica”, in: *Analytica*, v. 4, n. 1, p. 13-55. Destacamos também a investigação feita por Daniel Omar Perez em *Kant e o problema da significação* (2008) no que tange ao conceito de *Mundo* e a relação deste com a sensificação dos conceitos. O conceito de *Mundo*, para Perez, é compreendido como a síntese de todos os finitos atuais que já não é parte de outra coisa. Kant pode distinguir, assim, entre conceber um conceito pelo entendimento e representa-lo em uma intuição com a intervenção do tempo, como também entre conceitos irrepresentáveis e conceitos impossíveis, sendo que um conceito irrepresentável nem sempre é ininteligível. O conceito pode muito bem responder a todas as exigências lógicas do entendimento, mas não ter um objeto intuitivo. Um conceito se define, assim, a partir da sua forma, mas se essa forma, como representação, possui também matéria, o objeto do qual falamos tem referência sensível, e denomina-se fenômeno. Assim, teremos conceitos intelectuais e conceitos empíricos (Cf. 2008. p. 105).

¹³⁹ Para uma reconstrução do desenvolvimento da concepção da imagem moral do mundo na obra de Kant, ver HENRICH, Dieter, *Between Kant and Hegel: Lectures on German Idealism*, Harvard/ Mass. Harvard University Press — “The Moral Image of The World”, em *Aesthetic Judgement and the Moral Image of the World: Studies in Kant*, Stanford: Stanford University Press 1992, p. 3-28.

¹⁴⁰ Cf. CRP, A 137 B 176.

Para demonstrar tal caso, Kant nos apresenta o exemplo do conceito puro de círculo e o conceito empírico de prato, na medida em que “o redondo, que no primeiro é pensado, se pode intuir neste último”.¹⁴¹ O redondo no conceito matemático de círculo pode ser intuído a partir de uma intuição pura, uma vez que esta é homogênea com a intuição empírica que nós abstraímos do conceito de prato. Não há aqui nenhuma dificuldade em afirmar que o prato é um exemplo do círculo matemático. Ora, uma vez que o conceito é a forma de um material dado pela sensibilidade e o material não é nada mais que uma forma possível de um conceito, parece natural tomar a subsunção de objetos a conceitos.

O problema que se põe é que as categorias, comparadas com as intuições, são apenas formas possíveis para um material dado. Neste sentido, as categorias são heterogêneas com relação às intuições. Como, então, “é possível a subsunção das intuições aos conceitos, [...] já que ninguém dirá que esta, por exemplo, a causalidade possa também ser intuída pelos sentidos e ao mesmo tempo esteja contida nos fenômenos?”.¹⁴²

Podemos perceber dois momentos indispensáveis no capítulo anterior, primeiro, que o tempo está presente em todos os tipos de sínteses, uma vez que este é uma condição formal do diverso e, portanto, da ligação de todas as representações; e, segundo, haja vista a síntese de reconhecimento, que o conceito do entendimento contém uma unidade sintética pura do diverso em geral. O começo do argumento de Kant para uma prova da aplicação das categorias aos fenômenos está justamente na noção de tempo e no aspecto da unidade sintética do diverso. Diz Kant:

Uma determinação transcendental do tempo é homogênea à *categoria* (que constitui a sua unidade) na medida em que é universal e assenta sobre uma regra *a priori*. É, por outro lado, homogênea ao *fenômeno*, na medida em que o tempo está contido em toda a representação empírica do diverso.¹⁴³

Tal regra *a priori* na qual o tempo repousa, é a categoria. Enquanto espontaneidade o entendimento determinará o sentido interno (tempo) conforme a unidade sintética originária da apercepção do múltiplo da intuição sensível.¹⁴⁴ Tal

¹⁴¹ CRP, A 137 B 176

¹⁴² Cf. CRP, A 138 B 177

¹⁴³ CRP, A 138 B 178/179

¹⁴⁴ Entendemos que há uma proximidade conceitual no que Kant denomina de “representações sem consciência” e o que Leibniz denominava “petites perceptions” (cf. 1996, p. 46 Leibniz, G. W. F. *New Essays on Human Understanding*, trans. Peter Remnant and Jonathan Bennett, Cambridge University Press. Isso inclui a interlocução com a distinção feita por Kant entre apercepção empírica e apercepção transcendental, como podemos destacar na seguinte passagem: Ora, esta condição originária e

unidade deve ser considerada como a condição sob a qual tem necessariamente que estar todos os objetos da nossa (humana) intuição.¹⁴⁵

A síntese da imaginação enquanto determinante do nosso sentido interno é um efeito do entendimento sobre a sensibilidade¹⁴⁶, ou seja, esta síntese também é um resultado do entendimento e, neste sentido, homogêneo as categorias. A síntese realizada pela imaginação não está submetida a uma síntese associativa, como ocorre com conteúdos empíricos, ou seja, ela não se exerce diretamente sobre os múltiplos dados empiricamente, mas sim sobre a multiplicidade formal pura do tempo.¹⁴⁷

Somente a partir de uma determinação transcendental do tempo é possível uma subsunção dos fenômenos às categorias. É, portanto, a esta condição formal e

transcendental não é outra que a *apercepção transcendental*. A consciência de si mesmo, segundo as determinações do nosso estado na percepção interna, é meramente empírica, sempre mutável, não pode dar-se nenhum eu fixo ou permanente neste rio de fenômenos internos e é chamada habitualmente *sentido interno ou apercepção empírica* (CRP A 107). O posicionamento de PEREIRA, S. R. em *Consciência e Autoconsciência em Kant* (2015) nos ajuda a compreender que enquanto na apercepção transcendental estou consciente de mim como sujeito do pensar (als Subjekt des Denkens), o Eu reflexionante (Das reflektierende Ich), na apercepção empírica tomo consciência dos meus estados mentais como objetos do sentido interno, o *Eu apreendido*. Neste particular, Kant reitera o ceticismo de Hume quanto à possibilidade de tomarmos consciência de um mesmo Eu pela percepção interna (cf. Hume, 1739, Book I, Part IV, sec. Vi: 252), ao afirmar que a apercepção empírica dos estados internos seria sempre transitória (wandelbar) e jamais poderia estabelecer um Eu fixo (stehendes) e permanente (bleibendes) tal como exige a consciência de si mesmo (cf. CRP A107). Como afirma PEREIRA: “Enquanto na primeira edição da *KrV* Kant identifica tal apercepção empírica como o próprio sentido interno [...], ou seja, com a percepção interna resultante de uma apreensão dos próprios estados mentais, na segunda edição, ele a torna dependente de uma auto-afecção do sentido interno pelo entendimento, exemplificada pelo ato de atenção (Aufmerksamkeit). Assim, em oposição a Hume, Kant acredita que a própria percepção interna dos estados mentais resultaria de uma determinação do sentido interno por um pensamento” (2015.p.07). É, neste sentido, que afirma Kant: “tenho consciência de mim próprio na síntese transcendental do diverso das representações em geral, portanto na unidade sintética originária da apercepção, não como apareço a mim próprio, nem como sou em mim próprio, mas tenho apenas consciência *que* sou. Esta *representação* é um *pensamento* e não uma *intuição*”. (CRP B 156/157).

¹⁴⁵ Cf. CRP, B 150.

¹⁴⁶ Cf. CRP B 152

¹⁴⁷ Como afirma Kant: “Na medida em que a imaginação é espontaneidade, também por vezes lhe chamo imaginação *produtiva* e assim a distingo da **imaginação reprodutiva, cuja síntese está submetida a leis meramente empíricas, as da associação**, e não contribui, portanto, para o esclarecimento da possibilidade de conhecimento *a priori*” (CRP B 152, **grifo nosso**). Destacamos aqui que o múltiplo, cujo sentido passa por “evidente” (selbstverständlich) na compreensão de Hans Vaihinger (1970, vol. 2, p. 224), emerge no arranjo da concepção de síntese, embora já esteja nomeado desde o início da “Estética”. Para MARQUES (Cf. 2005. p. 145) tal como aparece no início do § 1 da “Estética” – “[...] denomino [...] forma do fenômeno aquilo que faz com que o múltiplo do fenômeno possa ser ordenado em certas relações” (KANT, 1983, p. 39; 1974, B 341) –, o múltiplo é o modo de representação da matéria, como a unidade o é da forma. Vinculado à “Estética” e à “Analítica”, o múltiplo, no entremeio de ambas, é empregue, a bem dizer, a partir do § 10 da obra, em passagem sintomaticamente complexa (Cf. CRP A 77 / B 102-3). Ainda concordando com MARQUES (2005. p. 145/146), a questão de: o que seja o múltiplo?, torna-se rigorosamente desproporcional, ele próprio sendo a única identidade a priori possível da matéria. O que indagar a respeito dele, pois? Certo é que a questão, qualquer que seja, se referirá, cedo ou tarde, à ordenação da matéria, à unidade sintética do múltiplo em conceito.

pura da sensibilidade a que o conceito deve recorrer no seu uso que Kant nomeia de esquemas. O tempo, como condição formal do diverso do sentido interno, e, portanto, da ligação de todas as representações, contém, assim, um diverso *a priori* na intuição pura. Esta determinação transcendental do tempo é homogênea à *categoria* (que constitui a sua unidade) na medida em que é *universal* e assenta sobre uma regra *a priori*. É, por outro lado, homogênea ao *fenômeno*, na medida em que o tempo está contido em toda a representação empírica do diverso, como visto na síntese de apreensão.¹⁴⁸

Desta forma, os esquemas possibilitam uma aplicação das categorias aos objetos sensíveis sob a forma de tempo. Todavia, poder-se-ia fazer a seguinte indagação: por qual motivo Kant trata apenas de uma das formas puras da intuição, no caso o tempo, e não menciona a outra, o espaço? Uma das razões que se pode argumentar é pelo fato de o espaço ser apenas uma forma de intuição exterior, enquanto que o tempo, embora seja uma condição *imediata* da intuição interna, é também a condição *mediata* da intuição exterior. Como diz Kant ainda na Estética Transcendental: “o tempo é a condição formal *a priori* de todos os fenômenos em geral. O espaço [...] limita-se, como condição *a priori*, simplesmente aos fenômenos externos”.¹⁴⁹

Neste sentido, os *conceitos puros* do entendimento, que não se associam, eles mesmos, diretamente com as percepções são esquematizados tornando assim possível a representação dos objetos. Nas palavras de Kant:

*O esquema de um conceito puro do entendimento é algo que não pode reduzir-se a qualquer imagem porque é apenas a síntese pura, feita de acordo com uma regra da unidade segundo conceitos em geral e que exprime a categoria; é um produto transcendental da imaginação, referente à determinação do sentido interno em geral, segundo as condições da sua forma (o tempo), em relação a todas as representações, na medida em que estas devem interconectar-se *a priori* num conceito conforme à unidade da apercepção.*¹⁵⁰

O esquema em geral é definido na *Crítica* como uma determinação transcendental do tempo e será esta intuição que funcionará como uma “imagem pura [...] de todos os objetos dos sentidos em geral”¹⁵¹ para a correta aplicação das categorias aos fenômenos. A consequência última dessa investigação se dá na

¹⁴⁸ Cf. CRP A 178 B 139.

¹⁴⁹ CRP, A 34 B 50

¹⁵⁰ CRP, A 142 B 181 (*grifo nosso*).

¹⁵¹ CRP, A 143 B 182.

compreensão de que os esquemas dos conceitos puros do entendimento são as condições verdadeiras e únicas que conferem aos conceitos uma relação a objetos, portanto, uma *significação*.¹⁵²

Só através dos esquemas há uma verdadeira aplicação das categorias aos fenômenos. Esse uso correto das categorias se dá por meio do produto da síntese transcendental da imaginação, que possibilitará a subsunção de um objeto ao conceito, a partir da determinação transcendental do tempo. De onde se segue que a categoria pura não basta para formar nenhum princípio sintético *a priori*, ou seja, ao abstrairmos de toda a condição da intuição sensível não poderíamos conhecer nenhum objeto, o que se exprimiria era apenas o pensamento de um objeto em geral, segundo diversos modos.¹⁵³ No capítulo do *Princípio da distinção de todos os objetos em geral em fenômenos e noumenon*, Kant resume bem a necessidade dos esquemas transcendentais ao afirmar que:

As categorias puras, sem as condições formais da sensibilidade, têm significado apenas transcendental, mas não possuem uso transcendental, porque este uso é, em si mesmo, impossível, na medida em que lhe faltam todas as condições [...], ou seja, as condições formais da subsunção de um eventual objeto nesses conceitos. Sendo assim, se elas (enquanto simples categorias puras) não devem servir para uso empírico nem para uso transcendental, de nada servem, pois se as desligarmos da sensibilidade, isto é, se não podem ser aplicadas a um objeto possível, são simplesmente a forma pura do uso do entendimento em relação aos objetos em geral e ao pensamento, sem que só por elas se possam pensar ou determinar qualquer objeto.¹⁵⁴

O esquema transcendental, portanto, é o responsável em fornecer uma forma geral pela qual as categorias adquirem uma significação.¹⁵⁵ Dito de outro modo, a síntese transcendental da imaginação produz o esquema, enquanto determinação *a priori* do tempo e, desta maneira, adequa as condições sensíveis das quais as categorias dependem para se referirem a objetos e, conseqüentemente, é um

¹⁵² Cf. CRP, A 145 B 186. Koch, apesar de apresentar uma contradição que se dá entre idealidade transcendental e a realidade empírica do espaço e do tempo, destaca os esquemas transcendentais como parte imprescindível do processo de significação ou validade objetiva das categorias. Afirma Koch: "A atividade discursiva afeta o sentido interno como síntese espontânea, suas formas de execução se encontram em uma relação imediata com o tempo como forma do sentido interno. Assim, o tempo e aquelas formas de execução podem se determinar reciprocamente. As formas de execução da síntese adquirem, através do tempo, condições a priori de aplicação, as quais foram caracterizadas por Kant como esquemas transcendentais e graças às quais elas, na qualidade de conceitos, ou seja, conceitos puros do entendimento ou categorias, podem atuar" (2009, p. 70).

¹⁵³ Cf. CRP, A 249 B 305.

¹⁵⁴ CRP, A 249, B 306.

¹⁵⁵ Nossa preocupação central nesse capítulo está na compreensão de que as analogias tem um papel imprescindível no processo de significação e na constituição da experiência possível estabelecido na Crítica.

componente indispensável para a validade objetiva das categorias.

3.2 A esquematização dos conceitos puros do entendimento

Para situarmos o contexto das analogias da experiência nos princípios do entendimento puro faz-se necessário compreendermos as questões que as antecedem. Partimos agora para a investigação da esquematização dos conceitos puros do entendimento.

O primeiro grupo de categoria analisada por Kant é a da *quantidade*. A determinação transcendental do tempo à categoria de quantidade será o *número*, isto porque, o ato de adicionar algo é o próprio tempo produzido pelo sujeito enquanto uma sucessão de unidades. O esquema destas categorias será a síntese do próprio tempo na *apreensão* de um objeto.

Esta síntese será a regra pela qual possibilitará que os conceitos de unidade, pluralidade e totalidade se relacionem com os objetos da experiência. O esquema da quantidade (número) é um procedimento para a construção da representação figurada da quantidade, uma vez que este engloba a adição sucessiva de unidade a unidade.

Assim, “o número não é mais do que a unidade da síntese que eu opero entre o diverso de uma intuição homogênea em geral, pelo fato de eu produzir o próprio tempo na apreensão da intuição”.¹⁵⁶ Como bem nota Paton¹⁵⁷, essa adição sucessiva de unidades, só é possível por meio de uma síntese transcendental da imaginação, uma vez que esta é a responsável pela *apreensão* dos objetos na formação do espaço e do tempo. Como o esquema da categoria da quantidade representa o próprio tempo na sucessão da *apreensão*, este irá ser definido enquanto uma *série no tempo*.¹⁵⁸

¹⁵⁶ CRP, A 143 B 182.

¹⁵⁷ Cf. 1973, p. 389.

¹⁵⁸ Koch observa que Kant não teve a intenção de compreender o tempo a partir de uma temporalidade originária. Para Koch: “Kant tem como evidente em relação ao tempo apenas aquilo que[...] chama de série B, ou seja, uma exterioridade recíproca linear de pontos temporais que devem ser ordenados pela relação entre o ser-anterior e o ser-posterior” (2009, p. 72). Koch pensa com McTaggart (1908) no fato de que o tempo é também essencialmente série A, na qual os acontecimentos são diferenciados enquanto futuros, presentes e passados. A série B, aquela que nos vem primeiramente à mente quando pensamos no tempo, é uma sobreposição de duas concepções originárias do tempo. Uma das duas é a concepção básica do desaparecimento do tempo como exterioridade ou justaposição recíprocas dos pontos no tempo sem diferença qualitativa em relação à direção, ou seja, sem a seta do tempo (cf. 2009, p. 70). Para ver a posição mais aprofundada de Mc Taggart conferir a análise de Rodrigo Cid em

A esquematização das categorias de *qualidade* trata do preenchimento ou não do tempo em relação com a sensação, enquanto matéria da intuição empírica. Aqui o tempo será relacionado com a existência, o ser (realidade), com a não-existência, um não-ser (negação) e com a existência limitada, oposição (limitação). Todas as etapas dizem respeito a um *conteúdo* ou não no tempo. Há, pois uma relação e um encadeamento, ou antes, uma passagem da realidade para a negação, pela qual toda a realidade é susceptível de representação como *quantum*.

Em meio a estas passagens toda a sensação possuirá um grau de realidade pela qual pode preencher mais ou menos o mesmo tempo.¹⁵⁹ O que pode ser apreendido da sensação, portanto, é o seu grau de realidade. Ao contrário da categoria da *quantidade*, que é caracterizada como uma *grandeza extensiva*, a categoria de *qualidade* tem uma *grandeza intensiva*, isto é, um grau na determinação da realidade.

O esquema da realidade será o tempo preenchido, que possibilita o real no fenômeno. A categoria de negação será esquematizada por um tempo vazio, um grau zero de sensação. Já a categoria da limitação é esquematizada a partir de quantidade de graus intermediários, que se encontra entre a realidade e a negação. Assim, toda a sensação e, por conseguinte, toda a realidade do fenômeno, possui um grau, isto é, uma grandeza intensiva. Portanto, as categorias da qualidade são esquematizadas segundo o *conteúdo* do tempo.

Os esquemas da categoria de modalidade são oriundos do *conjunto* do tempo. A esquematização da categoria da possibilidade é a determinação da representação de uma coisa em qualquer tempo. Ou seja, é a combinação da síntese da imaginação de diversas representações com as condições do tempo, por exemplo, “que os contrários não podem existir, simultaneamente, numa coisa só, mas só sucessivamente”.¹⁶⁰

Assim, o esquema da existência é a presença de uma matéria da intuição (sensação) num determinado tempo, enquanto que o esquema da necessidade é a existência de um objeto em todo o tempo. A existência aqui leva em consideração

Mc Taggart e o problema da realidade do tempo in: Argumentos. 2011.

¹⁵⁹ O esquema de uma realidade como quantidade de algo, na medida em que esse algo preenche o tempo, é precisamente essa contínua e uniforme produção da realidade no tempo, em que se desce, no tempo, da sensação que tem determinado grau, até ao seu desaparecimento ou se sobe, gradualmente, da negação da sensação até à sua quantidade (CRP, A 143 B 183).

¹⁶⁰ CRP, A 144 B 184.

seus dois aspectos, o formal e o material, uma vez que a existência de um objeto não pode ser adquirida apenas de maneira *a priori*, depende também de algo dado.¹⁶¹

Além de quantidade, qualidade e modalidade, o objeto da experiência necessita de uma posição em relação ao espaço e tempo. Os esquemas das categorias de *relação* irão determinar, por meio do tempo e através do recurso da *analogia* as relações entre as percepções, aqui, nosso principal interesse, uma vez que compreendemos que tal esquematização só terá significação quando se ligar com as *analogias da experiência*.

Dessa forma, avistamos que a esquematização da categoria de relação está estritamente ligada à definição dada por Kant em relação às *analogias da experiência*. Contudo, antes de adentrarmos na relação que há entre estes dois aspectos chamamos atenção para uma diferença fundamental no pensamento de Kant entre a compreensão *regulativa* dos fenômenos e o caráter *constitutivo* dos mesmos.

Para uma melhor compreensão sobre tal distinção, recorreremos à divisão kantiana das tábuas das categorias, na qual o filósofo denomina de *dinâmicas* as categorias de relação e modalidade e *matemáticas* as categorias de quantidade e qualidade. As categorias *dinâmicas* dizem respeito à *existência* de objetos, quer em relação entre eles, quer em relação com o entendimento.¹⁶² Já as *matemáticas* se referem a objetos da *intuição* e tem, por isso, uma certeza imediata.

Kant não faz essa distinção entre as classes das categorias por acaso, estas significam formas distintas de *relação* com os objetos. Essas categorias têm uma ligação estreita com os *princípios puros do entendimento*¹⁶³, que levam em consideração o fenômeno, portanto, de modo *matemático* ou *dinâmico*, pois se dirigem, em parte, à sua *intuição* e, em parte, à sua *existência*.¹⁶⁴ Os *axiomas* da

¹⁶¹ Kant examina esse duplo aspecto da existência de um objeto no capítulo intitulado *Refutação ao Idealismo*. Neste, afirma Kant: Ora, como nenhuma existência dos objetos dos sentidos pode ser conhecida inteiramente *a priori*, mas só comparativamente *a priori* em relação à outra existência já dada, e porque apenas se tem acesso àquela existência que deve estar contida algures no contexto da experiência de que a percepção dada é uma parte, conclui-se que a necessidade da existência nunca pode ser conhecida por conceitos, mas sempre unicamente pela ligação com o que foi percebido (CRP A 227 B 179).

¹⁶² Cf. CRP B 110.

¹⁶³ Não é nossa intenção, pelo menos aqui, fazer uma explicitação exaustiva de todos os princípios puros do entendimento. Anunciamos estes para fazer notar a posição em que se encontram as *analogias da experiência*.

¹⁶⁴ Cf. CRP B 199.

intuição e as *antecipações* da percepção se referem a uma certeza *intuitiva*¹⁶⁵ e são, pois, princípios *matemáticos*. Vale ressaltar, aqui, que na *Doutrina transcendental do método*, Kant explica que, embora a *meditação filosófica* e a *meditação matemática* possuam um objeto em comum, o modo pelo qual a razão os tratará é completamente diferente. Enquanto a *meditação filosófica* mantém-se simplesmente em conceitos gerais, a *meditação matemática* nada pode fazer com o mero conceito, mas apressa-se a recorrer à intuição, na qual considera o conceito *in concreto*, se bem que não de modo empírico, mas simplesmente numa intuição que apresentou *a priori*.¹⁶⁶

Assim, há uma diferença entre o conhecimento filosófico e o conhecimento matemático. Enquanto o primeiro é o conhecimento racional *por* conceitos, o segundo se dá *por construção* de conceitos. Por este motivo os princípios matemáticos fazem parte de uma certeza *intuitiva*, uma vez que “*construir* um conceito significa apresentar *a priori* a intuição que lhe corresponde”.¹⁶⁷ Já as *analogias* da experiência e os *postulados do pensamento empírico em geral*, possuem uma certeza apenas *discursiva*, sendo por isso, princípios *dinâmicos*. Chamamos atenção para a localização das *analogias* neste lugar para compreendermos que estas pertencem e se associam com a classe de categorias denominada de *dinâmicas*, onde são impossíveis evidências imediatas dos objetos como há nos princípios *constitutivos /matemáticos*.¹⁶⁸ Importante percebermos que não há nestes últimos princípios (*matemáticos*) uma confrontação dos conceitos com objetos reais e contingentes, pois aqui, o aspecto quantitativo (grandeza *extensiva*) e a dimensão gradativa (grandeza *intensiva*) determinam, com precisão, a intuição sensível, independentemente do objeto considerado.¹⁶⁹ O mesmo não acontecerá com as categorias *dinâmicas*, pois nestas as relações se darão entre fatores heterogêneos.

¹⁶⁵ Como a experiência é impossível sem *intuição*, estes princípios formam “condições absolutamente necessárias de qualquer experiência possível” e seu emprego “é incondicionalmente necessário, isto é, apodítico” (CRP B 199).

¹⁶⁶ Cf. CRP B 743/744.

¹⁶⁷ CRP B 742.

¹⁶⁸ Os *axiomas* da intuição asseguram que “todas as intuições são grandezas *extensivas*”. (CRP A 162 B 202), enquanto as *antecipações* da percepção afirma que todo o real possui uma “grandeza *intensiva*”. (CRP A 166 B 207).

¹⁶⁹ Como afirma Kant na seguinte passagem: Pode-se, pois, abstrair totalmente da grandeza extensiva do fenômeno e representar num momento, na simples sensação, uma síntese da elevação uniforme de 0 até à consciência empírica dada. Todas as sensações, pois, enquanto tais, são dadas unicamente *a posteriori*, mas a propriedade das mesmas terem um grau pode ser conhecida *a priori*. É digno de nota que, nas grandezas em geral, só podemos conhecer *a priori* uma única *qualidade*, que é a continuidade, enquanto em toda a qualidade (no real dos fenômenos) nada mais podemos conhecer *a priori* a não ser a sua *grandeza* intensiva, o ter um grau; tudo o mais é da alçada da experiência. (CRP A 176 B 218).

3.3 A esquematização das categorias de relação e o sentido das analogias da experiência

3.3.1 O conceito de causalidade em questão

Examinaremos a partir desse momento a concepção de Kant sobre a doutrina humeana da causalidade em diálogo com o grupo de categorias da relação e os esquemas desta.¹⁷⁰ Feito isto, procuraremos alcançar e identificar o sentido das *analogias* da experiência como caráter imprescindível para compreensão dos conceitos supracitados.

A crítica mais básica de Kant a Hume está no fato de que, segundo Kant, Hume teria derivado o conceito de causalidade, em última instância, da experiência. Ao contrário, pensa Kant, este conceito inclui “o conceito de uma ligação necessária com um efeito e uma rigorosa universalidade da regra”¹⁷¹ que não pode ser advindo da experiência.¹⁷² Para Kant, Hume teria pensado que o conceito de causalidade seria decorrente de uma associação frequente do fato atual com o fato precedente e de um hábito daí resultante.¹⁷³ Faltaria, assim, uma explicação da validade objetiva deste conceito.

A experiência de regularidades observadas seria insuficiente para explicar a objetividade do conceito em questão. Explicar a origem dessa conexão necessária

¹⁷⁰ As referências que faremos aqui a Hume não dá conta de toda a influência que este filósofo teve na trajetória filosófica de Kant, pois este seria um trabalho demasiadamente extenso. Nosso propósito é apenas elucidar os argumentos de Kant em comparações com as posições de Hume no que se refere ao conceito de causalidade. Os pontos mais relevantes da teoria humeana que serão utilizados para a investigação que segue estão presentes na *Investigação sobre o entendimento humano* (especialmente, na Seção 7, Parte 2).

¹⁷¹ CRP, B 5.

¹⁷² A leitura que Kant faz de Hume pode ser levada a interpretações diversas, desde uma aproximação com a ideia humeana de um objeto desconhecido a nós, desde um completo afastamento na fundamentação epistemológica do conhecimento objetivo. Sobre essa aproximação podemos ver na passagem do texto de Hume quando o mesmo diz que: “a sua causa última (das impressões dos sentidos) é perfeitamente inexplicável pela razão humana e há de ser sempre impossível decidir com certeza se elas têm origem imediata no objeto, se são produzidas pelo poder criador da mente ou se provêm do Autor do nosso ser” (Tratado da Natureza Humana, 1.3.5, 2). Podemos tirar inferências da coerência das nossas percepções, sejam elas verdadeiras ou falsas; representem elas corretamente a natureza, ou sejam meras ilusões dos sentidos” (Cf, 1.3.5, 2). O que está incluso nesse afastamento é a insistência de Kant no conceito de uma ligação necessária *a priori* dos fenômenos, como se demonstrará adiante.

¹⁷³ Cf. CRP, B 127. Para Kant, a perspectiva de Hume é que essa “ligação necessária” é apenas uma necessidade subjetiva, falsamente tomada por objetiva. (Cf. CRP B 127 e cf. *Prol*, 4: 257-280). Para Kant, Hume não teria elevado o conceito de causalidade ao status de validade objetiva, o que será mais bem compreendido adiante.

e mostrar a validade *a priori* do conceito de causalidade resolveria então a questão da objetividade deste conceito, à maneira de Kant.

Apesar de Hume falar de uma “conexão necessária” que está contida na ideia de causa, o mesmo afirma ser impossível encontrar tal “conexão” nos próprios objetos ou nas relações entre eles e, conseqüentemente, as impressões sensíveis de onde tal ideia (conexão necessária) poderia ser derivada.¹⁷⁴ A mera repetição de uma impressão passada, para Hume, jamais produzirá uma nova ideia original como a de conexão necessária.¹⁷⁵ A solução de Hume consiste em postular que a impressão correspondente à ideia de conexão necessária se encontra no interior da mente, na “determinação de transportar o nosso pensamento de um objeto para o outro”.¹⁷⁶ É o que Kant argumentou ser uma necessidade subjetiva, resultante de uma frequente associação na experiência, tomada falsamente por uma necessidade objetiva.¹⁷⁷

Kemp Smith vê a resposta naturalista de Hume ao ceticismo como a aceitação de certo limite da razão no que se refere à fundamentação de princípios constitutivos do conhecimento. Segundo Smith, para Hume, se nós ficarmos satisfeitos em considerarmos nossas crenças como o resultado das propensões fundamentais que constituem nossa natureza humana pode ser mostrado que elas, ao se adequarem perfeitamente às demandas que as coisas fazem sobre nós, são tão maravilhosamente adaptadas como quaisquer instintos animais; mas se, por outro lado, nós erroneamente insistirmos em interpretá-las como as conclusões de supostas inferências, será descoberto que elas repousam sobre uma massa de contradições e pressuposições teoricamente injustificáveis.¹⁷⁸

Colocamos em nosso primeiro capítulo algumas condições para compreendermos a noção de causalidade usada por Kant em contraposição ao que pensou Hume. O primeiro passo que foi dado consistiu em recorrer às funções sintéticas como caminho para legitimar o conceito em questão. Percebemos que é por meio da síntese de reconhecimento que Kant toma os conceitos puros do entendimento não apenas como marca que confere unidade à multiplicidade, mas, sobretudo, como regras pelas quais se confere unidade ao múltiplo sensível.

¹⁷⁴ Cf. THN 1.3.2, 10.

¹⁷⁵ Cf. THN 1.3.6, 10-1.

¹⁷⁶ THN 1.3.14, 20.

¹⁷⁷ Cf. B 127. Faltou em Hume, como diria Patricia Kitcher em seu famoso livro *Kant's Transcendental Psychology*, uma investigação transcendental das fontes do conhecimento e a descoberta de características universais e necessárias da cognição humana. (cf.1990, p. 10).

¹⁷⁸ Cf. 1905, p. 155-156.

Como visto, todo aparecimento (*Erscheinung*) contém um múltiplo e a constituição deste múltiplo sensível não tem origem na própria sensibilidade.¹⁷⁹ Como bem atenta Faggion, para Kant, é preciso garantir necessidade em sentido objetivo (validade *a priori*) para que o próprio resultado da síntese seja necessário ou universalmente válido para todos os sujeitos, e não apenas uma crença naturalmente partilhada por todos.¹⁸⁰

Isso significa que se não houvesse princípios *a priori* para a síntese do múltiplo sensível, haveria a possibilidade de que o múltiplo sensível não fosse sempre sintetizável segundo princípios associativos.¹⁸¹ Assim, não é possível para Kant aceitar apenas uma associação contingente, como a do hábito, como garantia do múltiplo das nossas representações. É neste raciocínio que Kant faz a objeção à Hume afirmando que este concluiu, falsamente, da contingência da nossa ação de determinar *segundo a lei*, a contingência da *própria lei* e confundiu a passagem do conceito de uma coisa à experiência possível (a qual sucede *a priori* e exprime a realidade objetiva desse conceito) com a síntese dos objetos da experiência real que, na verdade, é sempre empírica.

Assim, Hume para Kant, veio a fazer de um princípio da afinidade, que tem a sede no entendimento e exprime uma ligação necessária, uma regra de associação que se encontra apenas na imaginação reprodutora e unicamente pode representar ligações contingentes e de forma alguma objetivas.¹⁸² Os erros céticos, segundo Kant, não param por aí, Hume não teria considerado todas as sínteses *a priori* do entendimento, pois se assim tivesse concluído, então teria encontrado o princípio de permanência, que tanto como o de causalidade é um princípio que antecipa a experiência.¹⁸³

A estratégia de Kant para enfrentar Hume sem recorrer a uma explicação ontológica da origem do conceito de causalidade consiste, portanto, em provar que a síntese do múltiplo sensível é, não uma força do hábito, mas sim condição para que representações sensíveis possam ser atribuídas ao sujeito. O que garante a síntese desse múltiplo, como já dito em nosso primeiro capítulo, são princípios *a priori*. Ou

¹⁷⁹ Cf. CRP A 120. Isto foi esclarecido no exame feito sobre a síntese de *apreensão* e sua relação com as formas puras intuitivas da sensibilidade, espaço e tempo.

¹⁸⁰ Cf. FAGGION, 2012, p.389.

¹⁸¹ Cf. *Ibid*, *idem*.

¹⁸² Cf. CRP, A 767 B 795.

¹⁸³ Cf. CRP, A 768 B 796. Sobre o princípio de permanência, discutiremos mais adiante.

seja, para Kant, o mecanismo de associação contingente, como o do hábito, não garante a validade *a priori* da síntese do múltiplo sensível.

É neste sentido que vale a observação de Faggion quando diz que o argumento kantiano pretende estabelecer que, sem a possibilidade de aplicação de regras *a priori* a representações, a hipótese problemática diante de Hume, não haveria possibilidade de atribuição de representações ao eu discursivo.¹⁸⁴ Assim, se não houvesse um princípio objetivo, de tal modo que fosse impossível serem apreendidos os fenômenos de outra maneira que não fossem subordinados à condição de uma unidade sintética possível dessa apreensão seria também algo de completamente accidental que os fenômenos se acomodassem num encadeamento de conhecimentos humanos.¹⁸⁵

Com efeito, para Kant, embora nós tivéssemos a faculdade de associar percepções, mantinha-se ainda indeterminado e contingente se tais percepções seriam susceptíveis de associação. No caso de não o serem, poderia ser possível uma multidão de percepções e mesmo uma sensibilidade onde muitas consciências empíricas se encontrariam, mas separadas e sem que pertencessem a uma consciência única do próprio sujeito, o que para Kant não validaria a objetividade do conhecimento. É assim que afirma Kant que “é somente porque refiro todas as percepções a uma consciência (à apercepção originária) que posso dizer de todas as percepções que tenho consciência delas”.¹⁸⁶

Os conceitos puros (categorias), como condições dos princípios objetivos de síntese, garantiria assim a possibilidade do uso do entendimento em geral, a saber, da unidade da apercepção. Considerando serem estas em linhas gerais as principais objeções de Kant a Hume, pretende-se agora avaliar a categoria esquematizada da relação para que a partir disto possamos compreender como a *analogia* complementa e de certa maneira lança luz ao argumento de Kant sobre o conceito de causalidade.

3.4 Esquemas da relação e as analogias da experiência

Explicado o que seriam os esquemas transcendentais e a importância destes no processo de validade objetiva do conhecimento, devemos compreender

¹⁸⁴ Cf. 2012.p.380.

¹⁸⁵ Cf. CRP, A 121.

¹⁸⁶ CRP A 122.

agora como tais esquemas que se referem às categorias do grupo da relação atuam numa *ordem* segundo a determinação transcendental do tempo. Neste momento, examinaremos três esquemas, o da *permanência* das coisas (esquema da substância), o da *sucessão* das mesmas (esquema da causalidade) e o da *simultaneidade* destas (esquema da comunidade). Assim, há três características da determinação transcendental do tempo, a saber, a *permanência*, a *sucessão* e a *simultaneidade*.

Do que se segue que a esquematização da categoria de substância será a *permanência* do real no tempo, que é um substrato que persiste enquanto tudo o mais muda. Há aqui, portanto, uma realidade que prossegue, mesmo que a mesma seja afetada pela transformação. A segunda categoria da relação é a causalidade. Sua esquematização consiste na *sucessão* do diverso segundo regras. Para Kant, tais regras implicam que, no decorrer do tempo, devemos distinguir um momento anterior e outro posterior, uma vez que uma causa implica um efeito e, neste sentido uma *sucessão* no tempo. A *simultaneidade* é o esquema da categoria de comunidade, que implica na reciprocidade das substâncias entre si. Os fenômenos estão, pois, submetidos a três formas de ligação *no* tempo (*permanência*, *sucessão* e *simultaneidade*).

Nosso intuito agora é compreender o sentido das *analogias* da experiência na aplicabilidade dos esquemas da relação na experiência possível. Como já exposto, Kant diferencia princípios *constitutivos* de princípios *regulativos*. As *analogias* da experiência dizem respeito a estes últimos princípios e por isso se referem à *relação* entre os fenômenos.

Desta forma, nesse caso, não pensamos em axiomas da intuição e antecipações da percepção, pois quando uma percepção nos é dada numa relação de tempo com outra (embora indeterminada), não se poderá dizer *a priori* qual é a outra percepção e qual é a sua *grandeza*, mas tão só como está necessariamente ligada à primeira, quanto à existência, nos *modos* do tempo.¹⁸⁷

Em vista disso, os fenômenos que são apresentados na experiência, já estão todos eles *nos modos* do tempo, nas formas deste, que, como já dito, são a *permanência*, a *sucessão* e a *simultaneidade*. Consideremos, portanto, como as analogias atuam nestes *modos* do tempo e, conseqüentemente, na funcionalidade da

¹⁸⁷ Cf. CRP, A 179 B 222.

esquemática da relação.

3.4.1 A primeira analogia da experiência

A premissa da primeira analogia da experiência, diz: “Em toda a mudança dos fenômenos, a substância permanece e a sua quantidade não aumenta nem diminui na natureza”.¹⁸⁸ Em diálogo com Landy, compreendemos que para começar a análise da primeira analogia devemos fazer uma distinção entre mudança (*Wechsel*) e alteração (*Veränderung*).¹⁸⁹

Em linhas gerais, mudança é, para Kant, o evento de algo vindo a ser ou deixando de existir, como a cor de uma folha na passagem de uma estação, quando uma cor deixa de existir, verde, por exemplo, e outra começa a existir, laranja, por exemplo. Podemos concluir que a cor da folha muda. Já, por alteração, Kant entende “um modo de existir que segue a um outro modo de existir do mesmo e único objeto”.¹⁹⁰ Podemos perceber que Kant compreende, e esta é uma das teses da primeira analogia, que toda mudança é em última instância, na verdade, uma alteração.

De maneira mais rigorosa, poderíamos afirmar que não há mudança, mas sim alteração de uma e mesma substância. Podemos nos servir da seguinte passagem da *Crítica*: “os fenômenos contêm algo de permanente (substância) considerado como o próprio objeto e algo de mutável como sua mera determinação, isto é, como um modo de existência do objeto”.¹⁹¹

Concordamos com Landy e Amora, que o uso de Kant do termo substância é distinto da concepção aristotélica de uma substância como um sujeito singular de múltiplos predicáveis. Enquanto Aristóteles retira consequências ontológicas desse uso, Kant faz um uso essencialmente representacional desse termo.¹⁹² Vejamos as principais partes do argumento de Kant na primeira analogia, considerando duas partes principais para nossa tese, o tempo e a atividade sintética. Explorando esses

¹⁸⁸ CRP A 182, B 225.

¹⁸⁹ Cf. 2018, p.88.

¹⁹⁰ CRP A 187, B 230.

¹⁹¹ CRP A 182.

¹⁹² Cf. 2018, p. 89. Assim também pensa Amora quando diz que “um conceito ontológico de ser dar-se-ia uma das duas possibilidades: ou o filósofo não teria promovido a referida dedução transcendental, permanecendo, portanto, no campo do dogmatismo filosófico, ou teria assumido algo que seria absurdo do ponto de vista do próprio criticismo, a saber, que a intuição interna do tempo, bem como conceitos de substância e causalidade, por exemplo, pudessem ser ajustados a objetos que não cabem em tais estruturas finitas” (AMORA, 2012, p.47).

dois aspectos esperamos sustentar a importância dessa analogia na *Crítica*.

O ponto central da primeira analogia diz respeito à questão do tempo. A fim de representar-se a si mesmo como um sujeito singular da experiência, persistindo no tempo, é preciso representar este tempo como uma unidade.¹⁹³ Representar o tempo como uma unidade é uma preocupação de Kant desde a *Estética Transcendental*, quando lá afirmava que “diferentes tempos são apenas partes do mesmo e único tempo”.¹⁹⁴ Visando a esse alcance surge uma dificuldade, como conciliar esta declaração da *Estética* com “o tempo não pode ser percebido em si mesmo”¹⁹⁵, presente na primeira analogia da experiência?

A ideia de Kant é que já que o único modo de representar o tempo é representando os estados de mudança, se formos capazes de representar o tempo como uma unidade, não pode acontecer que pudesse haver um tempo no qual nada exista.¹⁹⁶ Se isto fosse possível, não haveria como determinar um antes e um depois na existência, pois durante esse lapso (entre um antes e um depois) não haveria nenhum tempo intermediário. O posicionamento de Arthur Melnick sobre essa questão diz o seguinte:

Suponham que a ação (mecanismo) de um relógio de ponteiro comum é usada para determinar a magnitude de um intervalo de tempo t_1 a t_2 . Nós assumimos que no tempo t_1 os ponteiros do relógio mostram 4:00 a.m. e que no tempo t_2 os ponteiros no relógio mostram 4:05 a.m. Nós então medimos o intervalo de tempo t_1 a t_2 como o tempo necessário para a ação (o mecanismo) de mover os ponteiros do relógio de 4:00 para 4:05. Suponham que o relógio que mostra 4:00 em t_1 não tenha uma existência ininterrupta até o tempo t_2 , isto é, suponham que tenhamos a seguinte situação. No tempo t_1 o relógio entre t' e t_2 o relógio A deixa de existir. Em algum tempo t'' entre t' e t_2 (onde t'' não é igual t') o relógio B passa a existir e em t_2 o relógio B mostra 4:05. Para determinar o intervalo de tempo entre t_1 e t_2 , nós precisamos ser capazes de determinar o intervalo entre t' e t'' . Ao determinar este intervalo não basta dizer, por exemplo, que já que a última mostra do relógio A (em t') foi 4:02:25, e a primeira mostra do relógio B (em t'') foi 4:02:27, que o intervalo entre t' a t'' foi de 2 segundos. Portanto, não pode haver intervalo algum, não importa o quão pequeno (porque não podemos determinar quão pequeno), entre os tempos t_1 e t_2 nos quais há uma lacuna no mecanismo, caso este mecanismo deva aquilo em virtude do que nós

¹⁹³ Como afirma Kant numa parte que antecede os princípios puros do entendimento, mais especificamente, na *segunda seção do princípio supremo de todos os juízos sintéticos*: Ora a experiência assenta sobre a unidade sintética dos fenômenos, isto é, sobre uma síntese por conceitos do objeto dos fenômenos em geral, sem a qual nem sequer é conhecimento, apenas uma rapsódia de percepções que nunca caberiam todas num contexto, segundo as regras de uma consciência (possível) universalmente ligada, nem se incluíam, por conseguinte, na unidade transcendental e necessária da apercepção (CRP, A 156 B 195/6).

¹⁹⁴ CRP, A 31 B 47.

¹⁹⁵ CRP, A 182 B 225.

¹⁹⁶ Cf. 2018. 91.

determinamos a magnitude do intervalo t_1 a t_2 .¹⁹⁷

Considerando que o relógio A deixa de existir em t' , acabamos por perder a referência da medida entre t' e t_1 . Após isso, só passamos a ter uma referência em t'' com a existência do relógio B, continuando até t_2 . Pelo fato de não sabermos o intervalo entre t'' e t' , pois não temos os relógios para medirmos, e somando-se isso o fato de “perdermos” a medida de t_1 até t' , já que o relógio A deixou de existir, não teríamos como saber o valor de t_1 até t_2 .

Assim, o fato de não haver uma substância entre t' e t'' , nos impossibilita a marcação do intervalo que passa entre estes dois tempos. Van Cleve pontua que esse princípio não é o mesmo nem implica o princípio de que, para representar o tempo como uma unidade, há alguma substância singular que existe em todos os tempos.

Para Cleve, nós ainda poderíamos medir o intervalo de t_1 a t_2 , desde que houvesse outro relógio que existisse, a saber, de 4:02 até 4:03. Isto nos capacitaria a verificar que todos os três relógios estavam sincronizados e a medir o intervalo de t' a t'' por meio de um terceiro.¹⁹⁸ Recorremos a seguinte passagem da *primeira analogia* para compreendermos melhor o posicionamento de Kant a esse respeito, afirma o filósofo:

As substâncias (no fenômeno) são os substratos de todas as determinações de tempo. O nascimento de umas e o desaparecimento de outras suprimiriam mesmo a única condição da unidade empírica do tempo e os fenômenos referir-se-iam então a duas espécies de tempos, nos quais, paralelamente, fluiria a existência, o que é um absurdo. Porque há *um só* tempo, em que todos os diversos tempos têm de ser postos, não como simultâneos, mas como sucessivos.¹⁹⁹

Landy aplica essa passagem de Kant na ideia de Van Cleve declarando que se o tempo está sendo marcado em dois relógios diferentes, ou substâncias, então nós não temos critérios pelos quais julgar que um tempo sendo marcado, por exemplo, no relógio A é o mesmo tempo que está sendo marcado no relógio C.²⁰⁰ Isto nos leva a compreender que somos tentados a dizer que os ponteiros do relógio A marcando 4:02 ocorre aos mesmo tempo que os ponteiros do relógio C marcando 4:02. Este é o erro ao qual Kant faz uma alerta, pois se o único modo que temos de marcar o tempo fosse com esses relógios, então se afirmássemos que as posições

¹⁹⁷ MELNICK, Arthur. *Kant's Analogies of Experience* (Chicago: University of Chicago Press, 1973.p.66.

¹⁹⁸ Cf. James Van Cleve. *Substance, Matter and Kant's First Analogy*. *Kant-Studien* 70 (1979). p. 158.

¹⁹⁹ CRP, A 188/89 B 232.

²⁰⁰ Cf. 2018. P. 93.

dos relógios se convergirem em um tempo seria dizer que dois tempos ocorreriam ao mesmo tempo, o que, para o filósofo, é um absurdo.

Se o tempo só pode ser, portanto, representado por meio de alterações da substância, então a situação de Van Cleve, na qual ele sugere que poderíamos representar o tempo através de substâncias sobrepostas não faria sentido. Assim, o argumento de Kant pretende garantir não apenas que não pode haver tempo no qual não exista substância, mas também que duas substâncias não podem nunca coexistir.

É nesse sentido que concordamos com Landy que o que a tese de Kant na primeira analogia implica é que não são absolutamente os relógios ou os objetos manifestos que são a substância da natureza, pois eles podem ser destruídos, enquanto a substância não pode, mas sim a substância subjacente (substrato), ou seja, o real na natureza é representado via um postulado teórico.²⁰¹ Compreendemos com James O'Shea que a referência à substância permanente não é uma referência a um conteúdo adicional posto por trás ou por baixo dos conteúdos mutáveis da percepção.²⁰²

De maneira oposta, o conceito de substância é a regra de que os conteúdos mutáveis encontrados na experiência sensível devem eles mesmos ser concebidos como os sucessivos caracteres de uma substância idêntica que persiste ao longo de tais mudanças.

É neste sentido que o princípio de permanência da substância, que trata a primeira analogia, não pode ser representado senão como sujeito, isto é, ele não pode ser predicado a nenhuma outra coisa. Aqui se encontra a distinção que outrora foi esclarecido, a diferença entre princípios constitutivos e regulativos. Enquanto outros princípios (os axiomas da intuição e as antecipações da percepção) fornecem regras que são constitutivas para representar um objeto (do ponto de vista da quantidade e qualidade), as Analogias fornecem apenas imperativos regulativos, pois lidam apenas com as relações entre objetos.

A conclusão de Kant na primeira analogia é que o único permanente, portanto, em relação ao que todas as relações temporais dos fenômenos podem ser determinadas é a substância no fenômeno, isto é, o *real* do mesmo que, como substrato de toda modificação, permanece sempre o mesmo.²⁰³

²⁰¹ Cf. 2018. 97.

²⁰² Cf. James O'Shea. Kantian Matters: the Structure of Substance. Act Analytica 15. 1996.p.73.

²⁰³ Cf. CRP, A 181 B 225.

Tal substância que trata a primeira analogia, portanto, não é transcendente e as suas relações causais, que trata a segunda analogia da experiência, faz parte das relações necessárias, de caráter regulativo, dos esquemas da relação.

3.4.2 Segunda analogia da experiência

A segunda analogia da experiência enuncia em seu princípio em que campo atuará, a sucessão no tempo. Tendo estabelecido regulativamente através da primeira analogia que o permanente como substrato de tudo o que se modifica é a substância, Kant parte para a análise da constatação investigada por nós ainda na Dedução transcendental de que nossa apreensão dos fenômenos é sempre sucessiva.²⁰⁴

O campo de atuação da segunda analogia, portanto, à luz do conceito de causalidade, será constituído pelos fenômenos da mudança, isto é, o “ser e não-ser sucessivos das determinações da substância que permanece”.²⁰⁵ Como então saber quais as condições que possibilitam a distinção entre uma sucessão de representações objetivas de uma sucessão meramente subjetiva, como pensava Hume? Para que entendamos o que está em jogo aqui vejamos o exemplo de Kant para elucidarmos a questão:

Se num fenômeno, que contém um acontecer, designo por A o estado precedente da percepção e por B o seguinte, B só pode suceder a A na apreensão, enquanto a percepção A não pode seguir-se a B, mas apenas precedê-la. Assim, por exemplo, vejo um barco impelido pela corrente. A minha percepção da sua posição a jusante do curso do rio segue-se à percepção da sua posição a montante e é impossível que, na apreensão deste fenômeno, o barco pudesse ser percebido primeiro a jusante e depois a montante da corrente.²⁰⁶

Em uma análise superficial, poderíamos constatar neste exemplo apenas o caso em que uma percepção se segue da outra. Todavia, essa sucessão é tomada como uma sucessão objetiva. A *ordem* pensada na apreensão é, para Kant, irreversível: quando percebo que o barco se desloca da posição A em um determinado tempo (t1) para a outra posição B (t2) e julgo isto como a percepção de uma sucessão objetiva, tenho como resultado que minha sucessão de representações só poderia ter

²⁰⁴ Cf. CRP, A 189 B 234.

²⁰⁵ CRP, B 232.

²⁰⁶ CRP, A 192 B 237.

ocorrido nesta *ordem*, isto é, não seria possível que a percepção do barco na posição A fosse antecedida, e não sucedida, pela sua percepção na posição B.

A segunda analogia evidencia algo de essencial na CRP, pois manifesta que representar-se a si mesmo como sujeito singular da experiência persistindo no tempo requer representar eventos como ocorrendo em uma determinada *ordem* temporal. Representar tais eventos como ocorrendo em uma determinada *ordem* temporal requer, para Kant, representar esses eventos como possuindo relações necessárias uns com os outros.

O caráter imprescindível do argumento de Kant na segunda analogia reside no fato de que essa sucessão só possui uma relação necessária e objetiva se for pensada como determinada por uma regra. Tal regra estaria possibilitando, assim, que para que uma sucessão *A* em *t1* - *B* em *t2* seja pensada como irreversível esta deveria incluir, de acordo com o argumento, a pressuposição de um evento precedente a partir do qual essa sucessão se segue sempre e de maneira necessária.²⁰⁷

Ao contrário de Hume, a principal preocupação do argumento de Kant diz respeito ao modo como estabelecemos a diferença de uma apreensão sucessiva de estados de um objeto e a sucessão de impressões no sentido interno (tempo) que percebe os mesmos.

Pensando com Faggion, compreendemos que o que acontece é que, diferentemente de Hume, o foco inicial de Kant é o modo como estabelecemos a diferença entre um evento ou uma sucessão de estados de um objeto e uma sucessão de impressões no sentido interno do sujeito que percebe objetos.²⁰⁸ Por isso, o exemplo do barco enfatiza o que tomamos por sucessões objetivas de estados, não de eventos.²⁰⁹

Segundo Eric Watkins, a causalidade em Kant não deve ser entendida primariamente em termos de eventos, mas antes em termos de uma substância determinando o estado de outra substância por meio de um exercício de poderes causais de acordo com sua natureza.²¹⁰ Já para Guyer, quando Kant trata de uma

²⁰⁷ Cf. CRP, A 194 B 238/239.

²⁰⁸ Cf. 2012, p. 395.

²⁰⁹ Como afirma Faggion: “isso não significa que o conceito de causa, em vez de ser aplicado a um evento, será aplicado ao precedente entre os estados que se alteram e o conceito de efeito, em vez de ser aplicado a um outro evento, será aplicado ao estado consequente da alteração” (2012, p.396).

²¹⁰ Cf. WATKINS, 2005, p. 15/16.

sucessão objetiva ele a retrata não como um certo tipo de agente mas somente ao estado de um agente em um certo tempo, ou mais precisamente para uma mudança particular no agente, o que significaria recorrer a um evento.²¹¹

Nesse sentido, tudo o que acontece (começa ser) supõe alguma coisa a que sucede, segundo uma regra. Assim, compreendemos que a distinção feita por Kant entre sucessões objetivas e sucessões subjetivas só é passível de compreensão a partir do conceito de causalidade. Enxergamos que Kant pensa esta causalidade como a determinação por uma regra, ressaltando nesta análise a sequência temporal dos fenômenos. Assim, a síntese de apreensão e a tese de que o tempo determina a multiplicidade recebida na sensibilidade ganha uma nova roupagem, por assim dizer, quando esta é tratada no princípio puro do entendimento.

Trata-se, agora, da sucessão do múltiplo na medida em que está sujeito a uma regra.²¹² Entendemos que essa determinação por uma regra exprime-se no princípio puro do entendimento, a segunda analogia da experiência.

Beck enxerga uma relação problemática na afirmação kantiana de que toda representação do múltiplo na apreensão seja sempre sucessiva. Segundo Beck, é como se Kant admitisse que a realidade perceptiva fosse formada por vários átomos numa sequência e que, num determinado momento, nós pudéssemos uni-los.²¹³

Concordamos com Longuenesse quando a autora discorda de Beck ao afirmar que na perspectiva de Kant o importante é que adquirimos uma consciência detalhada de cada um desses elementos somente por sucessivamente apreendê-los.²¹⁴ Enxergamos que a segunda analogia eleva, de certa maneira, a síntese de apreensão ao nível da discussão do conceito de causalidade.

O argumento de Kant nessa analogia toma a sucessão como objetiva enquanto determinada por uma regra. Neste sentido, a determinação de uma

²¹¹ Cf. GUYER, 2008, p. 18/19. Esse posicionamento de Guyer pode ser assumido a partir da seguinte passagem da CRP onde Kant afirma que: todo o conhecimento empírico requer a síntese do diverso pela imaginação, a qual é sempre sucessiva; isto é, as representações sempre nela se sucedem umas às outras. A sequência, porém, não é de modo algum determinada na imaginação, quanto à ordem (quanto ao que deva preceder e quanto ao que deva seguir) e a série das representações sucessivas tanto pode ser considerada de trás para diante como de diante para trás. Sendo, porém, esta síntese uma síntese da apreensão (do diverso de um fenômeno dado), então a ordem é determinada no objeto ou, falando mais exatamente, há aí uma ordem da síntese sucessiva, que determina um objeto, segundo a qual algo deve necessariamente preceder e, uma vez posto este algo, outra coisa seguir-se necessariamente (CRP A 201 B 246).

²¹² Cf. CRP A 144 B 183.

²¹³ Cf. Beck, 1978, p. 144/145.

²¹⁴ Cf. 2005. p. 160.

sucessão é alcançada com a aplicação do conceito de causalidade no domínio dos fenômenos. Assim, a objetividade desta sucessão está relacionada com a *ordem* do tempo, que não reside no próprio objeto, mas na regra para pensá-lo. A intuição interna do tempo não está no objeto da experiência e também não temos a experiência de um tempo em si.

Desta forma, podemos compreender o caráter *relacional* da determinação da ordem temporal na segunda analogia. Regras associativas subjetivas no modelo de Hume, neste sentido, são indeterminadas, pois se tornam contingentes. A determinação da relação de um estado de coisas em certo tempo não é obra do simples sentido e da intuição, mas é aqui o produto duma faculdade sintética da imaginação, que determina o sentido interno, no referente à relação de tempo.²¹⁵

Com efeito, a sucessão dos fenômenos como objetiva é pensada por Kant na maneira em que o que antecede não pode tomar o lugar ou substituir o que se segue, pois “o que em geral precede um acontecimento deverá incluir a condição para uma regra, segundo a qual esse acontecimento sucede sempre e de maneira necessária”.²¹⁶

Tendo isso em vista, os fenômenos que são apresentados na experiência, já estão todos eles *nos modos* do tempo, nas formas deste, que, como já dito, são a *permanência*, a *sucessão* e a *simultaneidade*. As percepções relacionam-se, assim, por três regras ou como Kant declara por três *analogias* que levam o entendimento a admitir as ligações dos objetos *como se*²¹⁷ fossem reais e objetivos.

As *analogias* possibilitam pensarmos *a priori* os estados de permanência, ação e interação causais com relação aos modos temporais de duração, sucessão e simultaneidade. A *analogia* trata, dessa forma, de relações *qualitativas*, nas quais, dados três membros, apenas posso conhecer e dar *a priori* a *relação* com um quarto, mas não esse quarto membro mesmo. Como se lê no seguinte trecho da CRP:

Na Filosofia, “analogias” significam algo muito diferente daquilo que representam na matemática [...] na Filosofia, a analogia não é a igualdade de duas relações quantitativas, mas sim *qualitativas*, [igualdade] na qual a partir de três membros dados apenas posso conhecer e fornecer a priori a *relação* com um quarto, mas não este quarto membro mesmo; embora possua uma regra para procurá-lo e uma característica para descobri-lo na experiência.²¹⁸

²¹⁵ Cf. CRP, B 233.

²¹⁶ CRP, B 234.

²¹⁷ Sobre isso, veremos mais detalhadamente a seguir.

²¹⁸ CRP, A 180 B 223.

Podemos compreender que as *analogias*, embora sejam incapazes de determinar plenamente o fenômeno como o aspecto *constitutivo* o determina, estas, todavia, funcionam como *regras* que levam a admitir as ligações necessárias entre as percepções.²¹⁹

O pensamento por *analogia* conclui não os próprios fenômenos, mas a *relação* destes entre si. O que está em questão, então, é uma determinação *relacional* de caráter “apenas” *regulativo*. É em *analogia* com o tempo que a ligação das percepções torna-se possível e necessária.

Vemos nesse recurso utilizado pelo filósofo uma peça indispensável da engrenagem da estrutura do pensamento transcendental, pois se este é considerado por Kant como todo conhecimento que se ocupa em geral, não tanto de objetos, mas de nossos conceitos *a priori* de objetos²²⁰ e a *analogia* diz respeito não às próprias percepções, mas aquilo que torna possível a ligação das mesmas, ou seja, seu aspecto puramente *relacional*, isto vai de encontro com o propósito da filosofia transcendental.

Como exposto, a esquematização do grupo das categorias da *relação* afirma que os fenômenos estão submetidos a três formas de ligação *no tempo* (*permanência*, *sucessão* e *simultaneidade*). Essas formas dão origem aos três princípios fundamentais das *analogias*, a saber, o princípio da *permanência* da substância, o princípio da *sucessão* no tempo segundo a lei da causalidade e, por fim, o princípio da *simultaneidade* segundo a lei da ação recíproca ou da comunidade.

Como avaliado, os princípios das *analogias* da experiência funcionam, pois, como elos de ligação entre a categoria de relação esquematizada para tornar possível a ligação das percepções *no tempo*. O pensamento por *analogias* funciona, assim, como o método de Kant para não cair no argumento empirista aos moldes de Hume que nega a exigência de um conhecimento universal e necessário validado aprioristicamente.

Lemos com Paul Guyer que quando Kant está lidando com as *analogias* da

²¹⁹ Podemos constatar que os Postulados do pensamento empírico em geral também se distanciam do aspecto *constitutivo* dos fenômenos. Como afirma Kant: “O mesmo se passa em relação aos postulados do pensamento empírico em geral, que se referem todos à síntese da simples intuição (da forma do fenômeno), à síntese da percepção (da matéria do mesmo), e à da experiência (da relação destas percepções), isto é, são somente princípios reguladores e distinguem-se dos princípios matemáticos, que são constitutivos, não quanto à certeza, que em ambos é firmemente estabelecida *a priori*, mas quanto à natureza da evidência, ou seja, quanto ao modo intuitivo deles (e, por conseguinte, também quanto ao modo da sua demonstração)” CRP, A 180 B 223.

²²⁰ Cf. CRP B 25.

experiência, ele está empenhado em investigar os princípios que devem ser requeridos em qualquer justificação do conhecimento empírico.²²¹ Isto não significa que as analogias não desempenham um papel na construção da experiência possível.

Evidentemente, a experiência, como o próprio anúncio das Analogias diz, tem um papel central na análise da determinação da relação causa, todavia, como visto, ao examinar o conceito de causalidade este não permite, por assim dizer, uma antecipação de um dado a partir da percepção de um outro, mas apenas a determinação do como estes dados se relacionam.

Desta forma, a ligação das percepções faz parte da formação de tal conhecimento, sendo que este para ser válido como apodítico deve ser fundado em princípios *a priori*. O recurso das *analogias* utilizado, nesse momento, funciona como uma determinação empírica do tempo, no qual as percepções podem ser determinadas.

Vale ressaltar que mesmo o uso empírico do entendimento tem a *necessidade* como característica, como podemos observar na afirmação de Kant:

Mesmo as leis da natureza, quando consideradas leis fundamentais do uso empírico do entendimento, implicam um caráter de necessidade, portanto, pelo menos, fazem presumir uma determinação extraída de princípios que são válidos *a priori*, e anteriormente a toda experiência.²²²

É nesse sentido que Kemp Smith defende que as *analogias da experiência* dão uma ênfase especial nos aspectos temporais da experiência e sua relação com a *necessidade*.²²³ A ligação necessária das percepções, que é um dos fatores fundamentais que torna possível a experiência para o sujeito transcendental, no entanto, não diz respeito aos próprios fenômenos, mas sim a *relação* de uns com os outros.²²⁴

Michaelson faz uma análise precisa sobre a seguinte passagem retirada dos *Prolegômenos* que nos servimos por hora: “como se relaciona a promoção da felicidade das crianças = a com o amor dos pais = b, com a prosperidade do gênero

²²¹ Cf. Guyer, P. Kant and the Claims of Knowledge, p. 2, Cambridge University Press, 1987. Podemos destacar a passagem na qual Kant chama atenção para esse aspecto: só enquanto princípios do uso empírico do entendimento, não do uso transcendental, têm estas analogias significado e valor e que, por conseguinte, só como tais podem ser demonstradas; não podemos, portanto, subsumir os fenômenos, sem mais, nas categorias, mas tão-só nos seus esquemas (CRP, A 181 B 224).

²²² CRP, B 198.

²²³ Cf. Smith, K. A commentary to Kant's "Critique of Pure Reason", p. 355, 2ed, Humanities Press International, 1992.

²²⁴ Cf. CRP, A 179 B 222.

humano = c com o desconhecido em Deus = x, o que denominamos amor”²²⁵. Michaelson afirma que se falarmos do amor de Deus à humanidade como *análogo* ao amor de um pai por seus filhos, não estamos postulando uma *analogia* entre Deus e a ideia de um pai, mas sim uma *analogia* entre duas *relações*, a saber, que a relação entre Deus e humanidade é *análoga* à relação entre pai e filho.²²⁶

Ao contrário, Munzel²²⁷ sustenta que esse exemplo de Kant apresentado nos *Prolegômenos* não pode ser considerado um conhecimento, pois não podemos concluir dele uma realidade objetiva. No entanto, lembramos que, nesse caso, Kant ainda nos *Prolegômenos*, §§ 57-60, sustenta que podemos *pensar* a causalidade por *analogia*, como se o mundo (no caso a relação entre pai e filho) se relacionasse com Deus do mesmo modo que os efeitos se relacionam com suas causas.²²⁸

Apesar deste exemplo não constituir um conhecimento *constitutivo*, concordando com Munzel, a *analogia* utilizada, aqui, ainda sustenta o caráter *relacional* do qual investigamos no momento como sendo crucial para o sistema kantiano entendendo-o, mais uma vez, como uma atividade sistemática em seu desdobramento.

Evidentemente, o recurso *analógico* usado por Kant no referido exemplo é pensado nas *relações* entre representações de gêneros diferentes (ente suprassensível - Deus)²²⁹, enquanto na análise da ligação das percepções a *analogia* faz *relações* entre representações de um mesmo gênero.

Juan Bonaccini também faz um estudo no mesmo viés que Michaelson, no entanto, utiliza outra obra como pano de fundo, a saber, a *Antropologia de um ponto de vista pragmático* (1798). Bonaccini sustenta que só podemos compreender e aplicar os princípios morais e jurídicos com base na *analogia* que fazemos entre nós e os outros indivíduos; entre nossas próprias capacidades, deveres e direitos que constatamos ou supomos existirem nos outros; entre o nosso e os diferentes estados políticos e ordenamentos jurídicos.²³⁰

²²⁵ Cf. *Prolegômenos a toda a metafísica future que se queira apresentar como ciência*, 1986, IV, nota de rodapé, pg. 153.

²²⁶ Cf. MICHAELSON, G. E. *The Historical Dimensions of a Rational Faith*. pg.112.

²²⁷ Cf. MUNZEL, 1995, pg. 304.

²²⁸ Como afirma Kant: “Não é que este amor tenha a melhor semelhança com alguma inclinação humana, mas porque podemos pôr a sua relação ao mundo como semelhante àquela que as coisas do mundo têm entre si. O conceito de relação, porém, é aqui uma simples categoria, a saber, o conceito de causa, que nada tem a ver com a sensibilidade” (*Prolegômenos*, 1989, pg. 153).

²²⁹ Com relação a entes suprassensíveis, analisaremos quando tratarmos da *analogia* enquanto símbolo esquematizado de uma *Ideia da razão* num próximo capítulo.

²³⁰ Iremos trabalhar a função da *analogia* no campo prático em nosso terceiro capítulo.

Compreendemos que Kant elabora uma análise semelhante entre as ligações das percepções e a possibilidade da própria experiência mediante a intuição interna do *tempo*, guardando algumas distinções, como se verá adiante. O que Kant faz é resgatar a intuição interna, exposta na *Estética transcendental*, como *analogia* para a compreensão de que as ligações entre as percepções não se dão entre elas mesmas, mas sim na *relação* com o *tempo*. Ou seja, não se pode dizer *a priori qual* a outra percepção e qual será a *grandeza* desta, mas somente como esta estará necessariamente ligada à primeira nos *modos* do tempo.

Kemp Smith atenta para o fato que, diferentemente da analogia matemática em que o quarto termo pode ser descoberto a partir de três termos dados, na *analogia* da experiência possuímos uma regra suficiente apenas para a determinação da relação de um termo não dado.²³¹ Isto significa dizer que a *analogia* funciona como uma regra para descobrirmos *algo* no mundo.

Evidentemente que devemos tomar esse *algo* não no sentido *ontológico*²³², enquanto realidade *em si mesma*, mas como uma exposição discursiva dos fenômenos a luz do entendimento. O que se nota na seguinte passagem:

Estes princípios autorizam-nos apenas a encadear os fenômenos segundo uma analogia com a unidade lógica e universal dos conceitos e, portanto, a servirmo-nos, no próprio princípio, da categoria; mas, na sua execução (na aplicação aos fenômenos), utilizaremos, em lugar desse princípio, o esquema da categoria, como chave do uso desta ou, de preferência, colocaremos a par da categoria esse esquema, como condição restritiva, dando-lhe o nome de fórmula do princípio.²³³

Assim, só podemos determinar a ligação das percepções através de suas relações entre si e o que fundamenta tais relações são as leis necessárias em relação ao tempo. A busca de Kant pela ligação necessária das percepções ganha assim um novo ponto, esta, além de: 1) precisar de um caráter apodítico, ou seja, não pode se dar apenas de maneira acidental; 2) dever se dar por meio dos *conceitos puros* do entendimento, as *categorias*, que, por sua vez, dependem de uma *esquemática*, por fim, 3) necessita de uma *analogia* em relação ao tempo.

As *analogias* fazem parte, portanto, de um conjunto de fatores que servem

²³¹ Cf. SMITH, K. A commentary to Kant's "Critique of Pure Reason", p. 356, 2ed, Humanities Press International, 1992.

²³² Temos em vista que a ontologia foi reformulada e possui outro arranjo na filosofia transcendental. O próprio Kant afirma explicitamente que "o nome orgulhoso de uma ontologia [...] deve dar lugar ao modesto de uma mera análise do entendimento puro" (CPR A 247 / B 303).

²³³ CRP, A 181 B 224.

a Kant como um “desmontamento”, uma “desconstrução” de uma ontologia enquanto *realidade em si* aos moldes de Hume, uma vez que estas se referem a constituição da experiência possível. Um objeto só é possível, portanto, se satisfazer essas condições. Para contribuir com essa visão de que o pensamento por *analogia* é um dos fundamentos indispensáveis na reformulação da ontologia proposta por Kant, compreenderemos agora de que forma a função analógica funciona na Dialética Transcendental.

4 CAPÍTULO 3 – O MÉTODO COMBINATIVO DE IMAGINAÇÃO E ANALOGIA COMO A RELAÇÃO INTERDEPENDENTE ENTRE SENSIBILIDADE E ENTENDIMENTO NA CRP

4.1 Conceitualismo e não-conceitualismo: um debate em aberto

Nossa tese defende dois pontos de vistas que se complementam: 1) A faculdade de imaginação não encerra suas funções no Esquematismo Transcendental e 2) O pensamento por analogia não se inicia e se encerra no capítulo dos Princípios Puros do Entendimento. Há, na verdade, uma combinação entre estes dois passos.

O capítulo final desta tese busca investigar como alguns desdobramentos do método combinativo de imaginação e analogia na filosofia transcendental de Kant permite nos inserir num debate atual e relevante. Trata-se assim de evidenciar a complementaridade entre o procedimento analógico e as funções da faculdade de imaginação à luz do estabelecimento de uma subjetividade que, para além das fissuras que nela possam ser descobertas, tem que ser possuidora deste método combinativo que permite atender à demanda das relações entre as faculdades. O pano de fundo deste capítulo parte do debate sobre a relação dependente ou não entre a faculdade da sensibilidade e faculdade do entendimento.²³⁴

A distinção feita por Kant entre faculdade da sensibilidade e faculdade do entendimento, duas fontes qualitativamente diferentes de representações, estabeleceu o paradigma filosófico dentro do qual faz sentido discutir o conteúdo não-conceitual em representações mentais.²³⁵ Para expressar sua opinião sobre Kant ser

²³⁴ Há trabalhos recentes que contemplam esse debate sobre uma interdependência ou não dessas duas faculdades no que tange à formação de representações sensíveis e conceitos. Essa discussão se concentra numa edição especial da Revista Internacional de Estudos Filosóficos (*International Journal of Philosophical Studies*). Estes artigos foram apresentados num workshop intitulado *Kant and Non-Conceptual Content* em 2009 no Departamento de Filosofia da Universidade de Luxemburgo. O primeiro capítulo é uma introdução de Dietmar Heidemann, *Kant and Non-Conceptual Content: The Origin of the Problem*, p. 1-10. Nos dois capítulos seguintes, quase metade do livro, Robert Hanna apresenta seus argumentos em favor de uma versão forte do NonConceptualism, com: *Beyond the Myth of the Myth: A Kantian Theory of Non-Conceptual Content*, p. 11-86, e *Kant's Non-Conceptualism, Rogue Objects, and the Gap in the B Deduction*, p. 87-103. Já os artigos de Brady Bowman (*A Conceptualist Reply to Hanna's Kantian NonConceptualism*, p. 104-133); Terry Godlove (*Hanna, Kantian NonConceptualism, and Benacerraf's Dilemma*, p. 134-151); Stefanie Grüne (*Is there a Gap in Kant's B Deduction?*, p. 152-177); Tobias Schlicht (*Non-Conceptual Content and the Subjectivity of Consciousness*, p. 178-207) e Hannah Ginsborg (*Was Kant a Nonconceptualist? p. 208-220*) problematizam as alegações de Hanna. Cf. FAGGION, ANDREA. Dietmar H. Heidemann (ed.), *Kant and Non-Conceptual Content*. Routledge, p.277, 2013.

²³⁵ Cf. Heidemann 2013, p. 2-4.

um não-conceitualista, os não-conceitualistas se apoiam fortemente na própria distinção entre entendimento e sensibilidade como independentes e irreduzíveis faculdades mentais. Do outro lado, intérpretes como Gunther²³⁶, defendem a tese de que a famosa passagem da CRP que afirma que “pensamentos sem conteúdo são vazios, intuições sem conceitos são cegas”²³⁷ colocaria a filosofia Crítica como conceitualista. A referida passagem, para os conceitualistas, representaria uma afirmação de Kant da exigência de conceitos para os objetos das intuições em tal intensidade que as representações sensíveis careceriam de conteúdo representacional sem a orientação do de investigação no nosso primeiro capítulo. Como demonstraremos, compreendemos que a “cegueira” das intuições deveria ser pensada de maneira menos radical do entendimento²³⁸. Essa tese teria se desenvolvido mais acentuadamente, segundo a visão conceitualista, na Dedução Transcendental dos Conceitos Puros do Entendimento²³⁹, objeto que os conceitualistas sugerem.

Os não-conceitualistas, como Robert Hanna em *Kant's Non-Conceptualism, Rogue Objects, and the Gap in the B Deduction*, sustentam que os conceitos são necessários apenas "para o propósito específico de constituir julgamentos objetivamente válidos".²⁴⁰ Lucy Allais, por exemplo, baseada na passagem em que Kant escreve que objetos podem realmente nos aparecer sem necessariamente serem reportados às funções do entendimento²⁴¹, alega que há uma clara evidência textual para pensar que a visão de Kant é que intuições nos apresentam particularidades e que elas não dependem de conceitos para fazer essa contribuição.²⁴²

Para a autora, o argumento da Dedução Transcendental não concerne ao que é necessário para intuições serem intuições (serem unificadas do modo que é

²³⁶ Cf. 2003, p. 1.

²³⁷ Cf. CRP, A51 / B76.

²³⁸ Cf. 2013, p. 344.

²³⁹ Cf. Heidemann 2013, p. 1-2.

²⁴⁰ Cf. Hanna 2013, p. 93.

²⁴¹ Como podemos notar na seguinte passagem: “As categorias do entendimento, pelo contrário, de modo algum apresentam as condições em que os objetos nos são dados na intuição; por conseguinte, *podem-nos sem dúvida aparecer objetos, que se não relacionem necessariamente com as funções do entendimento* e dos quais este, portanto, não contenha as condições *a priori*”. CRP, A 89 B 122, *grifo nosso*.

²⁴² ALLAIS, L. 2012. *Perceiving distinct particulars*. In: Baiasu; Bird, Moore, a. w. (eds.). *Contemporary Kantian Metaphysics: new essays on space and time*. London: Palgrave Macmillan, p. 41-66. Cf. 2012, p. 44.

necessário para elas serem representações singulares e imediatas que nos dão objetos), mas para intuições serem unificadas da maneira distinta que é necessária para elas serem conhecidas (*cognized*) - para elas serem apreendidas (*grasped*) como objetos, usando-se conceitos e aplicando-se conceitos a elas.²⁴³

Em linhas gerais, o Não-conceitualismo baseia-se na tese de que os sujeitos perceptivos podem representar o mundo (se referir ou descrever objetos e eventos) por meio de estados mentais cujo conteúdo, pelo menos em parte, não é determinado por nenhuma representação conceitual (discursiva)²⁴⁴. O argumento levantado por esta interpretação alega que, mesmo que o sujeito perceptivo não possua meios para representar um objeto como tal, ou seja, que este não consiga utilizar a capacidade de julgamento da faculdade do entendimento, ainda sim seria possível uma percepção determinada de um objeto. Por exemplo, é possível diferenciar entre dois tons de vermelho quando vistos lado a lado, sem dispor de meios conceituais para classificar cada um deles em um tipo específico.

Entretanto, há contra-argumentos para este exemplo. Um destes é o da estratégia demonstrativa de McDowell, segundo o qual é possível apontar para uma cor específica e produzir um conceito demonstrativo.²⁴⁵ Assim, por meio da estratégia demonstrativa, poderíamos criar um conceito apontando para especificar uma tonalidade de vermelho. Da mesma maneira, poderíamos apontar para a mão esquerda e dizer “esta mão”, que produziria, portanto, um conceito demonstrativo que especificaria esse tipo de mão, não outra. Desta forma, mesmo que alguém não consiga identificar algum objeto específico apenas numa apreensão (não conceitual), por exemplo, um Hard Disk, outro sujeito poderia apontar e explicar o que seria essa peça de computador, o que equivaleria a dizer que, afinal, esse conteúdo era capaz de especificação conceitual²⁴⁶.

Tal exemplo poderia ser enquadrado no que Robert Hanna chama de conceitualismo altamente refinado.²⁴⁷ O desafio para o não-conceitualista, como Hanna, é então demonstrar que é possível algum componente da experiência perceptiva ser irreduzível a uma função conceitual. Por oposição, o conceitualismo

²⁴³ Cf. Allais, 2012, p. 19-20.

²⁴⁴ Cf. Marques, Almeida de Oscar José. Conceptualism and Non-Conceptualism in Kant's Theory of Experience. Paper presented at the XV Kant Colloquium, UNICAMP, October 14th -16th, 2013.

²⁴⁵ Sobre isto, ver MCDOWELL, 2005, p. 93-97.

²⁴⁶ Cf. 2013, p.4.

²⁴⁷ Cf. Hanna, 2008, p. 50. Cf. 2013, p.3.

defende que toda representação objetiva é constituída por conceitos e que, sem tal condição, não haveria apreensão dos fenômenos.

4.2 O método combinativo como uma alternativa ao debate em questão

Feito essas colocações sobre o debate entre os conceitualistas e os não conceitualistas, defendemos a tese de que o método combinativo entre imaginação e analogia resguarda as funções da faculdade da sensibilidade e da faculdade do entendimento, emergindo a partir disso a síntese e a intuição interna do tempo como elementos que fazem a função de conciliar representações sensíveis e representações conceituais, o que demonstra que os esquemas transcendentais são ainda insuficientes, apesar de fundamentais, para fazer a ligação necessária entre intuições e conceitos.

O debate entre os conceitualistas e não conceitualistas, em última instância, cai sobre a unidade sintética das representações. A diferenciação que Kant fez entre representações sensíveis e intelectuais, neste sentido, está em estabelecer tipos diferentes de unidade nas representações do sujeito transcendental. Por um lado, sobre a unidade do conceito, para Kant, não há dúvida que pensamos necessariamente qualquer conceito como uma representação contida numa multidão infinita de representações diferentes possíveis (como sua característica comum).²⁴⁸ Porém, “nenhum conceito, enquanto tal, pode ser pensado como se encerrasse *em si* uma infinidade de representações”.²⁴⁹ Kant alega ainda que a unidade da intuição²⁵⁰ é a unidade de um conjunto de representações dentro de si.²⁵¹ Neste sentido, segundo Heidemann²⁵² e Bowman²⁵³, o todo da intuição é um todo cujas partes não podem ser concebidas como representações independentes, mas apenas como componentes ou limitações do todo, enquanto a unidade conceitual é a unidade de representações

²⁴⁸ Cf. CRP, A 25 B 40.

²⁴⁹ CRP, A 25 B 40. *Grifo do autor.*

²⁵⁰ Kant define uma intuição como uma espécie de representação “singular” (einzeln) e “imediate” (unmittelbar) que é “consciente” (bewußt) e tem relação com um objeto (Gegenstandsbezug). Cf. CRP, A 320 B 376. Poderíamos pensar que o critério de “relação imediata com objetos” por ser uma intuição é apenas uma formulação obscura do critério da singularidade. Mas evidentemente significa que o objeto de uma intuição está de alguma forma diretamente presente na mente, como na percepção, e que a intuição é, portanto, uma fonte, em última análise, de conhecimento imediato dos objetos.

²⁵¹ Cf. CPR, A 26/ B 41.

²⁵² Cf. Hanna 2013, p. 7.

²⁵³ Cf. Heidemann, D. *Kant and Non-Conceptual Content: The Origin of the Problem*. p. 8. 2013, p. 107 e Bowman, B. *A Conceptualist Reply to Hanna’s Kantian NonConceptualism*. p.110.

independentes que compartilham uma característica comum²⁵⁴. A pergunta que surge de imediato é: se a unidade da intuição é diferente da unidade do conceito é possível afirmar também que a unidade da intuição é independente da unidade do conceito.²⁵⁵

A resposta de Robert Hanna para a pergunta acima é sem dúvida positiva. Para fazer justiça ao seu não-conceitualismo, Hanna não está dizendo que a variedade de intuição sensível poderia suportar a intencionalidade por si mesma. Do seu ponto de vista, tal afirmação equivaleria a uma concepção "sensacionalista" de conteúdo não-conceitual. Ao contrário, o não conceitualismo é uma teoria sobre conteúdos representacionais cuja estrutura semântica e função psicológica são necessariamente distintas da estrutura e função do conteúdo conceitual e não são estritamente determinadas pelas capacidades conceituais.²⁵⁶ Assim, para Hanna, os principais objetos do conhecimento cognitivo são apenas seres materiais macroscópicos individuais.²⁵⁷

O não-conceitualismo de Robert Hanna nos conduz a pensar que o conhecimento por descrição acontece quando 'conhecendo X como F' (conteúdo conceitual) ou 'sabendo que X é F' (conhecimento proposicional), o conhecimento (conteúdo não conceitual) é sempre um contexto situado, que demonstra a perspectiva egocêntrica que está relacionada com o espaço e o tempo.²⁵⁸ Essa visão pode ser sustentada 'pela afirmação do conteúdo não conceitual que, para Hanna, é não descritível, ou seja, não conceitual. Apesar disso, este conteúdo não-conceitual é compartilhável ou comunicável. Entretanto, isto acontece apenas na medida em que outro ego ou primeira pessoa esteja em uma posição cognitiva para ser realmente diretamente perceptivamente confrontado pelo mesmo material macroscópico individual, estando em um espaço-tempo, possuindo a mesma estrutura básica

²⁵⁴ Cf. 2013, p. 6.

²⁵⁵ Compreendemos que a unidade sintética é a mesma, a atividade sintética que é diferente. Entretanto, há uma identidade da unidade sintética que é a mesma nas duas sínteses. Como podemos notar na seguinte passagem: "Só porque posso ligar numa *consciência* um diverso de representações dadas, posso obter por mim próprio a representação da *identidade da consciência* nestas *representações*; isto é, a unidade *analítica* da apercepção só é possível sob o pressuposto de qualquer unidade *sintética*. O pensamento de que estas representações dadas na intuição *me* pertencem todas equivale a dizer que eu as uno em uma autoconsciência ou pelo menos posso fazê-lo; e, embora não seja ainda, propriamente, a consciência da *síntese* das representações, pressupõe pelo menos a possibilidade desta última; isto é, só porque posso abranger o diverso dessas representações numa única consciência chamo a todas, em conjunto, minhas representações. Não sendo assim, teria um eu tão multicolor e diverso quanto tenho representações das quais sou consciente". CRP, B 133/4.

²⁵⁶ Cf. Hanna 2013, p. 20.

²⁵⁷ Cf. Hanna 2013, p. 20.

²⁵⁸ Cf. Hanna 2013, p. 41.

orientável.²⁵⁹

Segundo Bowman, esta argumentação da distinção entre conteúdo conceitual e não conceitual, que se baseia na independência de contexto versus a falta dessa independência é insuficiente e deixa lacunas. O autor explicita sua crítica em *A Conceptualist Reply to Hanna's Kantian NonConceptualism*.²⁶⁰ Em linhas gerais, Bowman propõe um externalismo ativo conceitualista como superação do não-conceitualismo de Hanna. Assim, para ele, nosso encontro com o mundo já é modelado conceitualmente e envolve uma atividade pelo menos quase conceitual por parte do observador.²⁶¹

A passagem mais explícita que parece demonstrar a possibilidade de que as intuições podem nos fornecer um objeto sem a participação do entendimento ocorre na *Logik Jäsche*²⁶²:

Em cada cognição (*Erkenntnis*) é preciso distinguir matéria, isto é, o objeto e a forma, isto é, a maneira como conhecemos o objeto. Se, por exemplo, um selvagem vê de longe uma casa cujo uso ele não conhece, ele representou diante de si exatamente o mesmo objeto que outro homem que decididamente a conhece como uma habitação construída para o homem. Mas, de acordo com a forma, essa cognição desse mesmo objeto é diferente em cada um deles. No primeiro, é mera intuição; no segundo, é tanto intuição quanto conceito.²⁶³

De maneira geral, isso significa que a afirmação não conceitualista do estado, numa exemplificação kantiana, é que o selvagem que vê uma casa à distância, por exemplo, com cujo uso ele não está familiarizado, admite que possua em sua representação o mesmo objeto que alguém que a conheça com determinação como morada estabelecida para os homens²⁶⁴.

A "mera intuição" posiciona o selvagem como possuidor de uma

²⁵⁹ Cf. Hanna 2013, p. 41. Hanna não esclarece com mais detalhes o porquê de tal conteúdo não-conceitual ser compartilhável ou comunicável.

²⁶⁰ Cf. Bowman 2013, p. 120-122.

²⁶¹ Cf. Bowman 2013, p. 120 -121.

²⁶² Cf. V, AK33. Cf. *Lectures on Logic (Log)*. Translated and edited by J. Michael Young. Cambridge: Cambridge University Press, 1992. Log, AA 09: 33. *Immanuel Kants Logik ein Handbuch zu Vorlesungen*. Texto estabelecido por Gottlob Benjamin Jäsche, Königsberg: Friedrich Nicolovius, 1800. Trad. de Guido Antônio de Almeida, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1992.

²⁶³ Tradução nossa. Segue o trecho: In each cognition (*Erkenntnis*) one must distinguish *matter*, i.e., the object, and *form*, i.e. the manner *how* we know the object. If, for example, a savage sees from far away a house whose use he does not know, he has represented before him exactly the same object as another man who decidedly knows it as a dwelling built for man. But, according to the form, this cognition of that one and same object is different in each of them. In the first, it is *mere intuition*, in the second, it is both *intuition* and *concept*.

²⁶⁴ Cf. FAGGION, ANDREA. Dietmar H. Heidemann (ed.), Kant and Non-Conceptual Content. Routledge, p.284, 2013.

representação inteiramente sensível. Neste sentido, coloca diante do selvagem o mesmo objeto que é representado por um homem civilizado que conhece seu uso. Dito isso, surge a questão: como identificar ou descrever esse objeto que é comum a ambos? Se, de fato, o selvagem o representa de uma maneira inteiramente não conceitual, seria obviamente impossível fornecer uma descrição de como (de que maneira) o selvagem o representa, porque, para descrevê-lo mesmo como uma mera impressão sensível, já precisaríamos de pelo menos esse conceito. Podemos perceber que o selvagem citado acima não necessita ter um conceito correspondente para especificar o que ele considera como uma casa para ver a mesma casa que ele veria se possuísse o conceito de 'casa'²⁶⁵.

Hanna defende que o conceitualismo não é prejudicado mesmo que seja possível demonstrar que alguns cognitores humanos realmente alcançam representações perceptivas com intencionalidade e objetividade sem realmente possuir, ou mesmo sendo capazes de possuir um conceito correspondente para a identificação do objeto percebido.²⁶⁶ Neste sentido, para Hanna, é possível ter a capacidade de usar um conceito sem também ter posse do mesmo. Assim, a posse de um conceito requer habilidades mais apuradas do que o conjunto básico e mínimo de habilidades necessárias apenas para implantação e uso do conceito.²⁶⁷ É com base nessas discussões apontadas e passagens como esta da *Logik Jäsche* que Hanna toma Kant como um não-conceitualista²⁶⁸.

Hanna compreende que o Não-conceitualismo de conteúdo tem seu lugar na teoria kantiana. Para tanto, se baseia na seguinte passagem dos *Prolegômenos*:

Que pode haver de mais semelhante e de mais inteiramente igual à minha mão ou à minha orelha que a sua imagem no espelho? E, no, entanto, não posso substituir à imagem primitiva esta mão vista no espelho; pois, se era uma mão direita, ela é no espelho uma esquerda e a imagem da orelha direita é uma orelha esquerda, que de nenhum modo pode substituir-se à outra.²⁶⁹

²⁶⁵ Cf. 2013, p. 285.

²⁶⁶ Cf. 2013, p. 286

²⁶⁷ Cf. Hanna 2013, p. 24 e Cf. 2013, p. 286.

²⁶⁸ Cf. 2013, p.286.

²⁶⁹ § 13.1998. p.54. Este exemplo se relaciona diretamente com o dos triângulos apresentado por Kant no mesmo parágrafo. Afirma o filósofo: “Duas coisas são perfeitamente idênticas em tudo o que, em cada uma, pode ser conhecido em si (em todas as determinações referentes à quantidade e à qualidade), segue-se necessariamente que, em todos os casos e relações, uma pode substituir-se à outra sem que esta substituição venha a originar a mínima diferença apreciável. É o que, na realidade, acontece com as figuras planas na geometria; mas diversas figuras esféricas mostram, porém, independentemente dessa completa concordância, interior, uma tal condição exterior que uma não pode pôr-se no lugar da outra, por exemplo, dois triângulos esféricos nos dois hemisférios, que têm por base comum um arco do equador, podem ter lados e ângulos perfeitamente iguais de maneira que nenhum deles, se for descrito só e de um modo completo, apresentará algo que não se apresente também na

Neste caso, não há, para Kant, diferenças internas que apenas um entendimento pudesse pensar e, no entanto, as diferenças são intrínsecas, como o ensinam os sentidos, porque a mão esquerda não pode ser contida nos mesmos limites que a mão direita, não obstante toda a igualdade e semelhança respectivas (elas não podem coincidir), a luva de uma mão não pode servir à outra. Qual é, pois, a solução? Estes objetos não são representações das coisas como são em si mesmas, e como o entendimento puro as conheceria, mas são intuições sensíveis, isto é, fenômenos cuja possibilidade se funda na relação de certas coisas desconhecidas em si a uma outra coisa, a saber, à nossa sensibilidade.²⁷⁰

Hanna toma essa passagem de Kant como contrapartes incongruentes para demonstrar que algum componente da experiência perceptiva é radicalmente irreduzível a uma apreensão conceitual²⁷¹. O autor acredita, portanto, que um sujeito de percepção, em uma determinada situação específica, não possui o aparato conceitual para caracterizar o conteúdo de seu estado perceptivo²⁷².

Neste sentido, a centralidade dos argumentos de Hanna a favor do não-conceitualismo de conteúdo se fundamenta na teoria de Kant de contrapartes incongruentes, por exemplo, uma mão e sua imagem espelhada, que deve mostrar que estas são qualitativamente idênticas²⁷³. Dessa forma, é possível compreender que não há diferença descritiva entre contrapartes incongruentes, o que equivale a dizer que não há diferença conceitual entre qualquer objeto e sua contraparte incongruente e, portanto, que se é possível perceber a diferença exata e real entre contrapartes incongruentes, então existe conteúdo essencialmente não conceitual²⁷⁴. Pode haver, assim, alguns objetos espaço-temporais de percepção na consciência, aos quais os conceitos puros do entendimento não se aplicam necessariamente ou necessariamente não se aplicam. Isto significa que há possibilidade de existir alguns “objetos desonestos” da experiência intuitiva humana que não são ou não podem também ser objetos da experiência conceitual humana.²⁷⁵

descrição do outro e, no entanto, um não pode colocar-se no lugar do outro (isto é, no hemisfério oposto); existe, pois, aqui uma diferença *interna* dos triângulos que nenhum entendimento pode indicar como intrínseca e que apenas se manifesta através da relação exterior no espaço. Contudo, eu quero aduzir casos mais ordinários, que é possível tirar da vida comum”.

²⁷⁰ Cf. § 13.1998. p.55.

²⁷¹ Cf. 2013, p. 5.

²⁷² Cf. 2013, p. 6.

²⁷³ Cf. 2013, p.6.

²⁷⁴ Cf.Hanna, 2013, p. 47.

²⁷⁵ Cf.Hanna, 2013, p. 95.

4.3 Analogia e imaginação: aplicando o método

Como investigado em nosso primeiro capítulo, a Dedução Transcendental assegura que os conceitos puros do entendimento são necessários e a priori como condições de possibilidade de todos os objetos da experiência²⁷⁶, o que excluiria a possibilidade de “objetos desonestos” da compreensão de Hanna e que, se admitido, abriria uma lacuna na Dedução Transcendental. A postura de Hanna admite tal lacuna, chegando o mesmo a alegar que a Dedução ‘teve’ que falhar, considerando os outros compromissos cognitivos e metafísicos mais profundos de Kant.²⁷⁷

Observamos com cautela a posição de Hanna, pois compreendemos que sua leitura aproximaria a filosofia de Kant a uma concepção de experiência aos moldes de Hume, cujo os argumentamos kantianos contra o empirista inglês apresentamos em nosso segundo capítulo.²⁷⁸ Se admitíssemos o argumento de Hanna como definitivo seria possível explicar o exemplo do cinábrio apresentado por Kant na Dedução Transcendental como um “objeto desonesto”, uma vez que este é ora, vermelho, ora preto, ora leve, ora pesado.²⁷⁹ Não há no referido exemplo apenas uma associação de percepções de objetos de maneira acidental, como o que acontece no pensamento de Hume.

Se as representações se reproduzissem indistintamente umas das outras, longe de formar um encadeamento determinado, não seriam mais do que um amontoado sem regra alguma e da qual, portanto, não poderia resultar qualquer

²⁷⁶ Mesmo com trechos retirados da primeira versão (1781) para a segunda (1787) no que se refere a passagens explícitas dos modos sintéticos, a Dedução Transcendental resguarda sua função em ambas as edições, a saber, demonstrar que conceitos puros do entendimento são necessários e a priori como condições de possibilidade de todos os objetos da experiência.

²⁷⁷ Hanna exemplifica tal caso com uma leitura da filosofia moral de Kant que, segundo o autor, a classe de objetos necessariamente desonestos é a mesma que a classe de pessoas dotadas de liberdade transcendental. Cf. Hanna 2013, p. 99.

²⁷⁸ Se não houvesse um princípio objetivo, de tal modo que fosse impossível serem apreendidos os fenômenos de outra maneira que não fossem subordinados à condição de uma unidade sintética possível dessa apreensão seria também algo de completamente acidental que os fenômenos se acomodassem num encadeamento de conhecimentos humanos. Essa visão se aproxima com a de Bowman, pois, para ele, a ideia geral de “objetos desonestos” da experiência é compatível com a afirmação de que, mesmo necessário para o projeto kantiano geral, então nossa experiência real poderia ser completamente humeana e sua aparente inteligibilidade meramente aparência. Cf. Bowman 2013, p. 110. Cf. 2013, p. 286.

²⁷⁹ Afirma Kant: “Se o cinábrio fosse ora vermelho, ora preto, ora leve, ora pesado, se o homem se transformasse ora nesta ora naquela forma animal, se num muito longo dia a terra estivesse coberta ora de frutos, ora de gelo e neve, a minha imaginação empírica nunca teria ocasião de receber no pensamento [...] se precisamente a mesma coisa fosse designada ora de uma maneira, ora de outra, sem que nisso houvesse uma certa regra, a que os fenômenos estivessem por si mesmos submetidos, não podia ter lugar nenhuma síntese empírica da percepção”. CRP A 101.

conhecimento.²⁸⁰ Para Kant, a unidade dessa associação de representações está sustentada num princípio objetivo, de tal modo que sem este seria impossível os fenômenos serem apreendidos pela imaginação²⁸¹. Dessa maneira, se nós tivéssemos apenas a faculdade de associar percepções, mantinha-se, ainda, completamente indeterminado e contingente se elas seriam susceptíveis de associação.²⁸² A visão de Hanna, assim, admitiria uma espécie de espontaneidade de nível inferior. Hannah Ginsborg²⁸³, no último capítulo de *Kant e Conteúdo Não-Conceitual*, pensa ser necessário fornecer uma leitura conceitual do papel do entendimento na constituição da experiência perceptiva que, como na visão não conceitualista, respeite o caráter primitivo da percepção em relação ao pensamento e ao julgamento.²⁸⁴

Nossa posição defende que a função do entendimento na síntese perceptiva (apreensão e reprodução) não pode consistir numa aplicação de conceitos possuídos anteriormente a qualquer material que nos seja apresentado pela sensibilidade. Assim, declarar que a síntese de apreensão e de reprodução envolve necessariamente o entendimento significa dizer que estas dependem de uma identidade da consciência como uma normatividade, o que não elimina a função destas sínteses na faculdade da sensibilidade e que, de certa maneira, é o que vincula as mesmas à receptividade da mente é justamente a intuição pura do tempo, articulada em nosso primeiro e segundo capítulo.²⁸⁵ Sem compreender nenhum

²⁸⁰ A síntese de reprodução, como visto em nosso primeiro capítulo, busca explicar a possibilidade de ligar cada apreensão sucessiva para formar uma noção mais ampla de experiência e conhecimento. A questão que nos ocupou no primeiro capítulo era a de saber como haveria uma relação direta entre a síntese de reprodução e as *analogias* da experiência. A síntese de reprodução vai de encontro com a argumentação do princípio geral das *analogias* da experiência, a saber, que a experiência só é possível pela representação de uma ligação necessária das percepções.

²⁸¹ Cf. CRP, A 121.

²⁸² Tobias Schlicht em seu capítulo *Non-Conceptual Content and the Subjectivity of Consciousness*, p. 178-207, afirma que essa unidade como princípio objetivo sustenta a consciência do sujeito tratar-se do único sujeito idêntico que só pode surgir à luz de uma associação regular de representações. Schlicht 2013, p. 164. Cf. 2013, p. 278.

²⁸³ Cf. 2013, p. 212.

²⁸⁴ Cf. Ginsborg 2013, p. 210. Cf. 2013, p. 279.

²⁸⁵ Demonstrou-se ao longo de nossa tese a importância que o tempo possui nos modos sintéticos e nas analogias da experiência. Discordamos, nesse sentido, do argumento de Lucy Allais em "*Kant's Idealism and the Secondary Quality Analogy*." *Journal of the History of Philosophy* 45 (3): 459–84 que afirma que a percepção de objetos empiricamente reais envolve esses objetos diretamente presentes à consciência, sem intermediários mentais Cf. Allais, 2011, p. 380. A própria síntese de apreensão é uma "espécie" de mecanismo de mediação e construção de representações. Charles Parsons em "*Kant's Philosophy of Arithmetic*." In *Philosophy, Science, and Method: Essays in Honor of Ernst Nagel*, edited by Sidney Morgenbesser, Patrick Suppes, and Morton Gabriel White, 110–42. London: St. Martin's Press, também segue a mesma interpretação de Allais, pois alega que uma intuição empírica imediatamente se relaciona com seu objeto no sentido de que uma experiência consciente tem a característica de fenomenologia de imediato, ou seja, de forma não inferencial e sem a presença de qualquer intermediário. Cf. Parsons 1969, p. 112.

conceito, puro ou empírico, os modos sintéticos que atuam na sensibilidade carregam, por meio do tempo, essa marca até os princípios puros do entendimento, mais especificamente, até as analogias da experiência.

Nossa tese se distancia, assim, da visão de Hanna que compreende que o conteúdo não conceitual é inerentemente normativo.²⁸⁶ Dito de outra maneira, o autor sustenta que o conteúdo não conceitual possui sua própria “espontaneidade de nível inferior” ou “normatividade”.²⁸⁷ Compreende assim também Ginsborg, quando afirma que o fato de que nossa experiência perceptiva tem conteúdo representacional, em primeiro lugar, não se deve às maneiras particulares pelas quais associamos nossas representações, mas à consciência da normatividade nessas associações.²⁸⁸

Gantborg Schlicht critica Kant por pensar que essa unificação, de uma variedade fenomenal de conteúdo sensorial ou representacional, equivale a uma síntese conceitual do conteúdo não conceitual da intuição²⁸⁹. Shlicht argumenta que se uma representação mental é apenas algo para mim se, e somente se o conteúdo intuicional for trazido para categorias por síntese espontânea, ficamos com o problema de que apenas seres humanos adultos podem ter estados fenomenalmente conscientes. Animais não humanos e bebês humanos são excluídos do leque de criaturas para as quais existe algo que é experimentar seus estados mentais, uma vez que eles carecem plausivelmente dessas capacidades conceituais.²⁹⁰

Nossa tese defende uma possível alternativa para o debate em questão. O método combinativo entre imaginação e analogia resguarda as sínteses na intuição, sujeita ao entendimento, ao mesmo tempo em que evita o excesso de intelectualização do conteúdo perceptivo mental. Sintetizar, na apreensão e na reprodução, não implica diretamente o julgamento, antes, possibilita a organização da multiplicidade por meio do tempo.²⁹¹

Não nos parece que quando Kant separou a Estética Transcendental da Analítica Transcendental e abstraiu o que era próprio da faculdade da sensibilidade e

²⁸⁶ Cf. Hanna 2013, p. 62. Cf. 2013, p. 8.

²⁸⁷ Segundo Hanna, as próprias razões da percepção. Cf. 2013, p. 75.

²⁸⁸ Cf. Ginsborg 2013, p. 218.

²⁸⁹ Cf. Schlicht, 2013, p. 197.

²⁹⁰ Cf. Schlicht, 2013, p. 198.

²⁹¹ Percebemos ao longo de nossa tese que o pensamento de Kant sobre o conceito de causalidade enquanto determinado por uma regra de sequência temporal nos direciona para a discussão das Analogias da experiência enquanto determinação objetiva de um dos aspectos da ordem do tempo, sendo eles: permanência, sucessão e simultaneidade. Ora, essa visão nos direciona para a relação intrínseca entre a faculdade de imaginação e a faculdade do entendimento.

o que pertencia à faculdade do entendimento o filósofo quis revelar um desligamento total entre essas duas faculdades.

Afirma o filósofo:

Designo por *estética transcendental* uma ciência de todos os princípios da sensibilidade *a priori*. Tem que haver, pois, uma tal ciência, que constitui a primeira parte da teoria transcendental dos elementos, em contraposição à que contém os princípios do pensamento puro e que se denominará lógica transcendental.²⁹²

Claro, passagens como esta nos conduzem a pensar uma oposição radical entre as faculdades. Entretanto, Kant revela no decorrer da obra que há uma associação necessária dos dois ‘ingredientes’ na constituição da experiência possível, como trabalhado em nossos dois primeiros capítulos. Assim, a citação acima não coloca o filósofo num emaranhado de conflitos infundáveis, apenas estabelece uma distinção cuidadosa entre as constituições e participações de cada faculdade para a constituição do conhecimento objetivo.

É natural que surjam dúvidas quando Kant declara que pela receptividade das impressões, um objeto nos é dado e que, pela espontaneidade dos conceitos é pensado algo em relação a essa representação, como uma mera determinação do espírito.²⁹³ Com efeito, o que quis dizer Kant com “mera determinação do espírito”?

Pensamos que a compreensão de Kant sobre a receptividade das impressões não pode ser desligada das intuições. Estas, por sua vez, não podem ser analisadas sem a síntese. O ato intuitivo do sujeito, como visto em nosso primeiro capítulo, especialmente por meio da síntese de apreensão, ao mesmo tempo em que envolve a intuição pura interna (tempo) também é condicionada pelo entendimento. Este age de uma maneira muito particular, sob a faculdade de imaginação produtiva.²⁹⁴

Refletindo sobre a dicotomia entre conceito e intuição (entendimento e sensibilidade) é possível então observarmos que nossas intuições não operam apenas como uma “mera determinação do espírito”, capazes apenas de nos dar objetos, mas já envolvem uma síntese de apreensão, que é um ato da faculdade de

²⁹² CRP, A 21 B 36.

²⁹³ Cf. CRP, B74 A50.

²⁹⁴ Segundo Kant, os psicólogos se limitavam a caracterizar a imaginação apenas como uma faculdade de reproduções, acreditando que os sentidos nos ofereceriam não apenas impressões, mas o próprio encadeamento destas. Contudo, “além da receptividade das impressões [...] estes exigem algo mais, a saber, uma função que os sintetize”. (CRP A 130 B 162).

imaginação produtiva. Evidente, não há ainda na intuição um julgamento deste objeto apreendido, o qual só é possível recorrendo à faculdade do entendimento, que subordina tais representações a categorias puras.²⁹⁵

Nossa preocupação com a conexão das percepções, desde a síntese de apreensão, primeira parte de nosso primeiro capítulo, encontra, aqui, seu objetivo final. Conferir validade objetiva às categorias do entendimento na Dedução Transcendental é um papel crucial na CRP, uma vez que se tal objetivo não fosse atingido todo o resto se desarticulava. Ora, a prova de que as categorias do entendimento são condições necessárias de possibilidade da experiência não se encerra e nem se inicia no referido capítulo.

Compreendemos que a estratégia argumentativa de Kant para provar tal validade se inicia com a possibilidade de percepções conectadas. A possibilidade de tal conexão tem origem ainda na Estética Transcendental, especificamente na faculdade da sensibilidade. A síntese, mediante a qual é tornada possível à própria percepção²⁹⁶, reúne as representações perceptivas para formar um todo ligado entre si. Aqui, como vimos detalhadamente ao decorrer de nossa tese, o elemento da intuição interna pura, tempo, torna-se fundamental, uma vez que, para Kant, independentemente da origem das representações, se estas chegam ao sujeito empiricamente ou formam-se de maneira *a priori*, estas, enquanto fenômenos, estão subordinadas ao tempo, correspondente ao sentido interno.²⁹⁷

Identificamos ao longo de nossa tese que a localização da intuição pura interna da sensibilidade, o tempo, está presente em todos os modos sintéticos (apreensão, reprodução e reconhecimento). Foi esta análise que nos permitiu avaliarmos as *analogias* como um procedimento que pensa os estados de permanência, ação e interação causais em *analogia* com os modos temporais de duração, sucessão e simultaneidade na condição de possibilidade da experiência possível nos *Princípios Puros do Entendimento*.

Essa investigação nos possibilitou a junção de elementos para entrarmos no debate entre conceitualistas e não conceitualistas. Ao longo deste capítulo,

²⁹⁵ Como visto em nosso segundo capítulo, a Dedução Transcendental prova de maneira geral a realidade objetiva das categorias no sentido em que estas devem ter necessariamente uma referência aos objetos da intuição sensível, contudo, com os esquemas se abre um caminho mais específico de aplicação, a saber, a intuição interna (tempo) será mediadora nesse processo.

²⁹⁶ Cf. B161.

²⁹⁷ Cf. CRP, A 99.

sugerimos o método combinativo entre imaginação e *analogia* como uma alternativa de compreender a teoria cognitiva de Kant sem extremismos. A combinação das funções da imaginação produtora, passando pelos modos sintéticos até a produção de esquemas transcendentais, com o pensamento por *analogia*, enquanto Princípio Puro do Entendimento, nos permitiram resguardar os elementos que participam e que, de uma determinada maneira, se complementam ao analisar a dicotomia da discussão entre conceitualistas e não conceitualistas.

Nossa tese, portanto, cruza-se com esse debate em termos específicos, uma vez que defendemos que há no pensamento kantiano uma relação interdependente entre as representações sensíveis, que já possuem o elemento sintético e intuitivo do tempo em sua composição e as funções do entendimento, que também funciona por meio da síntese e do tempo, especificamente em um dos seus Princípios Puros, a saber, as analogias da experiência.

Nosso objetivo neste último capítulo evidentemente não era passar por todos os argumentos que foram ou estão sendo desenvolvidos dentro do polêmico conceitualismo versus não-conceitualismo, muito menos chegar a uma conclusão definitiva sobre o assunto. O que demonstramos, através deste embate, é que o pensamento de Kant permanece um referencial crucial e até indispensável para quem trabalha com questões filosóficas hoje em dia, mesmo se elas forem formuladas em uma estrutura conceitual bastante diferente daquela que existia no tempo de Kant.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No que tange à ideia Kantiana sobre a faculdade de imaginação na CRP, as questões fundamentais que perpassaram nosso trabalho foram as relativas ao conceito de síntese e esquema. Através da análise destes dois conceitos, pudemos constatar a presença marcante da imaginação no interior da obra. Estabelecemos com a investigação do § 10 o primeiro papel da síntese designado por Kant na CRP, a saber, o ato de juntar diversas representações umas às outras e conceber sua diversidade num conhecimento.

Contudo, com tal atividade ainda não era possível formar o conhecimento sobre os objetos, uma vez que nesta primeira definição encontrar-se-ia apenas uma característica da síntese, que seria o ato de apreensão. Este ato, desenvolvido mais precisamente na edição de 1781 da CRP, nos possibilitou perceber o primeiro nível da explicação dada por Kant sobre a ligação das diversas representações em direção a formação do conhecimento e a primeira parte do aspecto subjetivo da Dedução transcendental. A apreensão sintética, como vimos, apresentou-se como a primeira forma da relação da faculdade de imaginação com o que é captado intuitivamente. Assim, mostrou-se que tal síntese envolve mais do que um aglomerado de impressões sensíveis. Sua ação, apesar de se exercer imediatamente nas percepções, possibilita o cenário da distinção de vários momentos *no tempo*, resultando na percepção do diverso enquanto contendo uma unidade da intuição.

A questão da possibilidade de ligar cada apreensão sucessiva do diverso intuído foi respondida com a explicação do outro aspecto da síntese, o ato reprodutivo. Este tipo de síntese possibilita a associação do diverso entre si, apreendido na síntese anterior. A reprodução sintética possibilita que relembremos o passado diante do presente. Não poderíamos formar conhecimento algum sem o ato de reprodução das nossas representações, uma vez que se não existisse tal operação teríamos apenas representações dispersas e nunca unificadas.

A apreensão e a reprodução das representações não seriam possíveis se não tivéssemos uma consciência capaz de perceber e viabilizar tal processo. A consciência *una*, estabelecida na síntese de reconhecimento, reúne numa representação o diverso apreendido e reproduzido. Será no ato de reconhecimento que o sujeito garantirá que tais processos sintéticos ganhem validade por meio da unidade da sua consciência. Há, portanto, um ato de reconhecimento das sínteses anteriores. Para

que o sujeito possa realizar tal processo, este necessita ter consciência da identidade dele mesmo referente às representações. Como foi observado, o princípio que permitirá a ligação das diversas representações a uma consciência *una* será o *princípio transcendental da unidade*. Unidade esta que será sempre sintética e provida pela apercepção pura. Na síntese de reconhecimento chegaríamos à parte fundamental do aspecto subjetivo da Dedução da primeira edição da CRP.

A faculdade de imaginação atua no primeiro tipo de síntese possibilitando a *apreensão* das representações através da formação do tempo. Logo depois, esta faculdade *reproduz* as representações geradas na síntese anterior por meio de imagens. Estes dois processos sintéticos dependem de uma consciência *una*, gerada pela apercepção pura, que fornece uma unidade sintética, possibilitando o reconhecimento das sínteses anteriores. Como notamos, esta unidade sintética deve reportar-se a síntese pura da imaginação como uma condição *a priori* da possibilidade de toda a composição do diverso num conhecimento. Deste modo, atribuir à imaginação os processos sintéticos de apreensão, reprodução e reconhecimento é encarregar esta faculdade, do ponto de vista da unificação das representações, de uma função essencial na formação do conhecimento.

Vimos que no § 10, ao estabelecer os três elementos fundamentais do conhecimento, Kant já atribuía à imaginação esta função de sintetizar a multiplicidade. Esta faculdade se relacionaria diretamente com os outros dois elementos indispensáveis do conhecimento, o a multiplicidade *intuída* pela sensibilidade e a *unidade* dada pelo entendimento. Neste sentido, são, pois, os conceitos puros do entendimento que encerraram a unidade necessária da síntese pura da imaginação. Desta maneira, assim como a síntese da imaginação necessita dos conceitos puros do entendimento, estes necessitam da *apreensão* e da *reprodução* dos objetos, pois, se não houvesse tais operações, os conceitos seriam vazios, sem sentido algum. Portanto, a imaginação é tratada na primeira edição da CRP como àquela responsável em associar as diversas representações, não apenas de maneira empírica, mas de maneira *a priori* e necessária.

No primeiro capítulo fundamentamos a relação que o pensamento por *analogia* tem com a atividade sintética na *CRP*, apontando para um detalhe especial no modo como Kant entende os três modos de sínteses: a *apreensão* na intuição, a *reprodução* na imagem e a *reconhecimento* no conceito. Nossa interpretação partiu da perspectiva de que a análise de tais sínteses torna-se fundamental quando se quer

alcançar o pensamento por *analogias* enquanto *princípio puro do entendimento*. Com efeito, a inspiração dessa alternativa foi a localização da intuição pura interna da sensibilidade, o tempo, em tais modos sintéticos, o que permite avaliarmos as *analogias* como um procedimento que pensa os estados de permanência, ação e interação causais em correspondência com os modos temporais de duração, sucessão e simultaneidade na condição de possibilidade da experiência possível nos *princípios puros do entendimento*.

Os resultados do primeiro capítulo nos conduziu para a investigação acerca da função do esquematismo transcendental nos *princípios puros do entendimento*, examinado no segundo capítulo, onde o lugar destinado às analogias da experiência apareceu de maneira textualmente mais explícita nos textos de Kant. Destacamos a compreensão deste princípio como um ponto fundamental na constituição da experiência possível. Houve uma discussão neste capítulo sobre a concepção de Kant acerca da doutrina humeana da causalidade em diálogo com o grupo de categorias da relação e os esquemas desta. O pensamento de Kant sobre o conceito de causalidade enquanto determinado por uma regra de sequência temporal nos direcionou para a discussão das Analogias da experiência enquanto determinação objetiva de um dos aspectos da ordem do tempo, sendo eles: permanência, sucessão e simultaneidade.

Traçamos uma leitura que abordou a faculdade de imaginação, a partir do ponto de vista da sua função sintética e da sua atividade esquemática, como fio condutor e como a complementaridade do pensamento por analogia apresentado na *Análítica Transcendental*, especificamente nos *Princípios Puros do Entendimento*, nas *Analogias da Experiência*. Com base nestas análises pudemos perceber a contribuição original que Kant deixou tanto na compreensão desta faculdade como na função do pensamento analógico para a história da filosofia.

Percebemos que o ponto central da primeira analogia diz respeito à questão do tempo. A fim de representar-se a si mesmo como um sujeito singular da experiência, persistindo no tempo, é preciso representar este tempo como uma unidade. Representar o tempo como uma unidade, como vimos, foi uma preocupação de Kant desde a *Estética Transcendental*, quando lá afirmava que “diferentes tempos são apenas partes do mesmo e único tempo”. Visando a esse alcance surgiu uma dificuldade, como conciliar esta declaração da *Estética* com “o tempo não pode ser percebido em si mesmo”, presente na primeira analogia da experiência?

Observamos que a ideia de Kant é que já que o único modo de representar o tempo é representando os estados de mudança, se fossemos capazes de representar o tempo como uma unidade, não poderia acontecer que pudesse haver um tempo no qual nada existisse. Se isto fosse possível, não haveria como determinar um antes e um depois na existência, pois durante esse lapso (entre um antes e um depois) não haveria nenhum tempo intermediário.

Nossa conclusão na primeira analogia é que o único permanente, portanto, em relação ao que todas as relações temporais dos fenômenos podem ser determinadas é a substância no fenômeno, isto é, o *real* do mesmo que, como substrato de toda modificação, permanece sempre o mesmo. Tal substância que trata a primeira analogia, portanto, não é transcendente e as suas relações causais, que trata a segunda analogia da experiência, faz parte das relações necessárias, de caráter regulativo, dos esquemas da relação.

O argumento de Kant na segunda analogia toma a sucessão como objetiva enquanto determinada por uma regra. Neste sentido, a determinação de uma sucessão é alcançada com a aplicação do conceito de causalidade no domínio dos fenômenos. Assim, a objetividade desta sucessão está relacionada com a *ordem* do tempo, que não reside no próprio objeto, mas na regra para pensá-lo. A intuição interna do tempo não está no objeto da experiência e também não temos a experiência de um tempo em si. Com essa análise pudemos compreender o caráter *relacional* da determinação da ordem temporal na segunda analogia. O pensamento por *analogia* conclui não os próprios fenômenos, mas a *relação* destes entre si.

O objetivo desta tese foi, portanto, aprofundar a reflexão kantiana acerca da imaginação e relacioná-la como uma etapa necessária no que tange o pensamento por analogia nos Princípios Puros do Entendimento. O que nos motivou a realizar essa investigação foi a compreensão do papel decisivo que esse método combinativo entre imaginação e analogia possui no interior da CRP que, numa leitura mais apressada sobre o tema em questão poderia passar despercebido, o que conduziria a um erro irrevogável para a compreensão da constituição do conhecimento legítimo na referida obra. Fundamentado o método combinativo entre e imaginação e analogia partimos para o nosso último capítulo. Neste, debateu-se sobre a concepção conceitualista e não-conceitualista da formação do conhecimento objetivo na filosofia de Kant. Defendemos que é possível, através do nosso método combinativo, defender uma harmonia entre intuições e conceitos nesse debate contemporâneo acerca da teoria

kantiana do conhecimento.

Por fim, essa tese defendeu que se a epistemologia kantiana pressupõe as condições necessárias da unidade sintética do múltiplo da intuição em uma experiência possível²⁹⁸, esse papel só é cumprido plenamente ao combinar a função sintética e esquemática da faculdade de imaginação com o princípio puro do entendimento das *analogias* da experiência.

²⁹⁸ Cf. *CRP*, A158 B197.

REFERÊNCIAS

ADICKES, E. **Kant und das Ding an sich**. Berlin: Panverlag Rolf Heise, 1924.

ALLAIS, L. **Manifest reality: Kant's idealism and his realism**. Oxford: Oxford University Press, 2015.

ALLISON, H. **Custom and Reason in Hume: a Kantian reading of the first book of the Treatise**. Oxford: Oxford University Press, 2008.

_____. **Kant's Transcendental Idealism, revised and expanded version**. New Haven: Yale University Press, 2004.

_____. **Kant's transcendental idealism: an interpretation and defense**. New Haven: Yale University Press, 1992.

_____. Things in Themselves, Noumena and the Transcendental Object. **Dialetica**, v. 32, n. 1, p. 41-76, 1978.

_____. Transcendental Affinity, Kant's Answer to Hume. *In*: BECK, Lewis White (Ed.). **Proceedings of the Third International Kant Congress**. University of Rochester, 1970. p. 203-211.

ALMEIDA, G. A. de. Consciência de si e conhecimento objetivo na Dedução Transcendental da Crítica da Razão Pura. **Analytica**, v. 1, n. 1, p. 187-219, 1993.

AMORA, K. C. Alguns elementos para a compreensão do conceito de substância em Kant. **Kant e – Prints**, Campinas, série 2, v. 7, n. 2, p. 46- 69, jul./dez. 2012.

AQUINO, T. de. **Opera Omnia**. Disponível em:
<<http://www.corpusthomisticum.org/iopera.html>>. Acesso em: 10 out. 2019.

ARISTÓTELES. **Metafísica**. Trad. Marcelo Perine. São Paulo: Loyola, 2002.

AUBENQUE, Pierre. Les origines de la doctrine pseudo-aristoteleciene de l'analogia de'letre'. **Les etudes philosophiques**, v. 1, p. 3-12, 1978.

BECK, L. W. **Essays on Kant and Hume**. New Haven and London: Yale University Press, 1978.

_____. The Second Analogy and the Principle of Indeterminacy. **Kant Studien**, v. 57, p. 199-205, 1966.

BECKENKAMP, J. O pensamento analógico na Filosofia Transcendental de Kant. **Kant e-Prints**, Campinas, série 2, v. 3, n. 1, p. 1-13, jan./jun. 2008.

_____. Simbolização na filosofia crítica kantiana. **Kant e- Prints**, Campinas: Sociedade Kant Brasileira, Seção Campinas, v. 1, n. 1, p. 1- 8, 2002.

BIRD, G. (Ed.). **A Companion to Kant**. (Blackwell companions to philosophy; 36), Malden and Oxford: Blackwell Publishing Ltd, 2006.

BLOCK, N. On a confusion about a function of consciousness. **Behavioral and Brain Sciences**, v. 18, n. 2, p. 227-287, 1995.

BOÉCIO, Severino. **De Arithmetica**. *In*: ML 63, 1145-1146.

BONACCINI, J. A. **Kant e o problema da coisa em si no Idealismo Alemão**, Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

_____. Acerca do conceito de fenômeno na crítica da razão pura. **Princípios: Revista de Filosofia, UFRN**, v. 4, n. 5, p. 159-186, 4 out. 2010.

_____. Analogia e imputabilidade na Filosofia prática de Kant. **Revista Latinoamericana de Filosofía**, [s.l.] v. 24, n. 2, 2008.

_____. **Antropologia e natureza humana**. Manuscrito inédito, trabalho apresentado no IX Colóquio Kant da Universidade Estadual de Campinas: Acerca da Natureza Humana em Kant, Campinas, 2007.

_____. Sobre o projeto kantiano de uma Filosofia Transcendental. **Educação e Filosofia**, Uberlândia, v. 27, n. especial, p. 211-232, 2013.

BOWMAN, B. A conceptualist reply to Hanna's Kantian non-conceptualism. **International Journal of Philosophical Studies**, [s.l.] v. 19, n. 3, p. 417-446, 2011.

CID, Rodrigo. Mc Taggart e o problema da realidade do tempo. **Argumentos**, n. 5, Ano 3, 2011.

CLEVE, James Van. Substance, Matter and Kant's First Analogy. **Kant –Studien**, v. 70, p. 149-161, 1979.

COHEN, H. **Kants Theorie der Erfahrung**. Berlin: Bruno Cassirer, 1918.

CRAMER, K. **Über Kants Satz: Das: Ich denke, muss alle meine Vorstellungen begleiten können**. Em *Theorie der der Subjektivität*, Frankfurt am Main Suhrkamp, 1990.

DESCARTES, R. **Principes de la Philosophie**. Ed. Adam-Tannery, IX,123.

DESCARTES, R. **Correspondance**. ed. Ch. Adam-G. Milhaud, Paris, 1936, III, p.66-68.

DUMONT, J. P. Archytas. *In*: **Les Présocratiques**. Paris: Gallimard,1988. p. 518-539

EWING, A. C. **A Short Commentary on Kant's Critique of Pure Reason**. Chicago: The University of Chicago Press, 1938.

FALKENSTEIN, L. Hume's Answer to Kant. **Noûs**, [s.l.] v. 32, n. 3, p. 331-360, 1998.

GINSBORG, H. Was Kant a nonconceptualist? **Philosophical Studies**, v. 137, n. 1, p. 65-77, 2008.

GIORGIO, T. **Kant's Critique of Pure Reason within the Tradition of Modern Logic**. Hildesheim: Olms, 1994.

GIOVANNI, S. **Riflessioni sul concetto de analogia nel pensiero moderno**. *In*: Metafore dell'invisibile. Ricerche sull'analogia, Brescia, 1984, 34-58; Werner Schulze, Zahl, Proportion, Analogie. Eine Untersuchung zur Metaphysik und Wissenschaftshaltung des Nikolaus von Kues, Münster, 1978.

GRIER, M. **Kant's Doctrine of transcendental Illusion**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

GRIFFITH, A. M. Perception and the categories: a conceptualist reading of Kant's Critique of Pure Reason. **European Journal of Philosophy**, v. 20, n. 2, p. 193-222, 2012.

GUNTHER, York H. **Essays on Nonconceptual Content**. Cambridge, MA: MIT Press, 2003.

GUYER, P. **Kant and the Claims of Knowledge**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

_____. Kant's Second Analogy: objects, events and causal laws. *In*: KITCHER, P. (Ed.). **Kant's Critique of Pure Reason: critical essays**. Lanham, Boulder, New York, Oxford: Rowman & Littlefield Publishers, Inc., 1998. p. 117-144.

_____. **Knowledge, Reason and Taste: Kant's response to Hume**. Princeton and Oxford: Princeton University Press, 2008.

HANNA, Robert. Kantian Non-Conceptualism. **Philosophical Studies**, [s.l.] v. 137, n. 1, p. 41-64, jan. 2008.

HANNA, R. Kant and nonconceptual content. **European Journal of Philosophy**, [s.l.] v. 13, n. 2, p. 247-290, 2005.

_____. Beyond the myth of the myth: A Kantian theory of non-conceptual content. **International Journal of Philosophical Studies**, v. 19, n. 3, p. 323-398, 2011.

HEIDEGGER, Martin. **Kant y el problema de la Metafísica**. México: Fondo de Cultura Económica, 1996.

HEIDEMANN, D. H. (Ed.) **Kant and Non-Conceptual Content**. London: Routledge, 2013. 227p.

HEIMSOETH, H. Metaphysische Motive in der Ausbildung des kritischen Idealismus. **Kant Studien**, [s.l.] v. 29, p. 121-159, 1924.

HENRICH, D. **Between Kant and Hegel: Lectures on German Idealism**, Harvard/Mass. Harvard University Press — “The Moral Image of The World”, em *Aesthetic Judgement and the Moral Image of the World: Studies in Kant*, Stanford: Stanford University Press 1992. p. 3-28.

HILÁRIO, F. J. **O pensamento analógico medieval**. Edição. Modelo e imagem Bulletin du centre d'études médiévales d'Auxerre | BUCEMA, Hors-série n° 2 | 2008

HÖFFE, O. **Kant's Critique of Pure Reason: The Foundation of Modern Philosophy**. Studies in German Idealism, London, v. 10, Springer, 2010.

HUME, D. **Investigação sobre o entendimento humano**. Trad. José Oscar de Almeida Marques. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

_____. **Tratado da natureza humana**. Trad. Serafim da Silva Fontes. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2002.

JACOBI, F. H. **Excertos de Über den transzendentalen Idealismus (Sobre o idealismo transcendental)**. Trad. Leopoldina Almeida. In: Gil, F. (Org), op. cit.p. 107), coord. Fernando Gil. Lisboa, Fundação Gulbenkian.

KANT, I. **Gesammelte Schriften: herausgegeben von der Deutschen Akademie der Wissenschaften**, anteriormente Königlichen Preussischen Akademie der Wissenschaften, 29 vols. Berlin: Walter de Gruyter, 1902. Disponível em: <<http://www.korpora.org/kant/verzeichnisse-gesamt.html>>.

_____. **Crítica da razão pura**. (ed. A e B) Tradução de Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão. 7. ed. Lisboa-Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010.

_____. **Crítica da Faculdade do Juízo**. Trad. V. Rohden e A. Marques. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993.

_____. **Dissertação de 1770, seguida de Carta a Marcus Herz**. Prefácio, tradução e notas de L. Ribeiro dos Santos e António Marques. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985.

_____. **Os Primeiros Princípios Metafísicos da Ciência da Natureza**. Tradução de Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1990.

_____. **Prolegômenos a toda a metafísica futura que queira apresentar-se como ciência**. Trad. Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1988.

_____. **Os Progressos da Metafísica**. Tradução de A. Morão. Lisboa: Edições 70, 1985.

_____. **Lógica Jäsche**. Trad. de Guido Antônio de Almeida. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1992.

KEMP, S. **A commentary to Kant's Critique of Pure Reason**. New York:

Humanities Press, 1962.

KITCHER, P. **Kant's Transcendental Psychology**. Oxford: Oxford University Press, 1990.

KOCH, A. F. Espaço e Tempo em Kant e Hegel. **Revista eletrônica estudos hegelianos**, [s.l.] n. 11, Ano 6, 2009.

KRÜGER, G. **Philosophie und Moral in der Kantischen Philosophie (1931)**. Tradução francesa de Marcel Regnier [Prefácio de Eric Weil]: Critique et morale chez Kant. Paris: Beauchesne, 1961.

LANDY, David. A rebuttal to a Classic Objection to Kant's Argument in the First Analogy. **History of Philosophy Quarterly**, [s.l.]v. 31, n. 4, p. 331-345, 2014.

LEBRUN, Gerard. **Kant e o fim da metafísica**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

_____. **Kant e o Fim da Metafísica**. Trad.: C. A. Ribeiro de Moura. São Paulo: M. Fonres.1993.

_____. **Sobre Kant**. São Paulo: EDUSP, 1993.

LEIBNIZ, G. W. **Novos Ensaios**. Tradução: Luiz João Baraúna. São Paulo: Abril, 1980. Coleção Pensadores, v. 19.

_____. **New Essays on Human Understanding**. trans. Peter Remnant and Jonathan Bennett, Cambridge University Press. 1996.

_____. BODEMANN, E. (Ed.). **Die Leibniz-Handschriften der Königlichen öffentlichen Bibliothek zu Hannover**. Hannover: Georg Olms Hildesheim, 1966.

_____. **Monadologia**. Discurso de metafísica e outros textos. Tradução: Marilena Chai e Alexandre da Cruz Bonilha. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

LOCKE, J. **An Essay Concerning Human Understanding**. Ed. P. H. Nidditch, Oxford University Press, 1979.

LONGUENESSE, Béatrice. **Kant and the Capacity to Judge: Sensibility and Discursivity in the Transcendental Analytic of the Critique of Pure Reason**. Tradução: C. T. Wolfe. Princeton: Princeton University Press, 2000.

LOPARIC, Z. **A semântica transcendental de Kant**. Campinas: Unicamp/CLE, 2000.

_____. **A semântica transcendental de Kant**. Campinas: Unicamp/CLE, 2002.

_____. Kant e o Ceticismo. **Manuscrito**: Revista Internacional de Filosofia, Campinas, v. 11, n. 2, p. 67-83, 1988.

_____. **A Semântica Transcendental de Kant**. Campinas: UNICAMP, Centro de

Lógica, Epistemologia e História da Ciência, 2005a.

_____. Os problemas da razão pura e a semântica transcendental. *In*: PEREZ, D. O. (org.). **Kant no Brasil**. São Paulo: Editora Escuta, 2005. p. 213-230.

MARION, Jean-Luc. **Sur la théologie blanche de Descartes**. Analogie, création des vérités éternelles et fondement. Paris, 1981.

MARQUES, A. **Organismo e sistema em Kant – ensaio sobre o sistema crítico kantiano**. Lisboa: Editorial Presença, 1987.

MARQUES, J. O. de A. Hume e a justificação experimental das máximas causais. **Controvérsia**, [s.l.] v. 7, n. 3, p. 31-39, 2011.

MCDOWELL, J. **Mind and World**: with a new introduction. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1996.

_____. Sensory consciousness in Kant and Sellars. **Philosophical Topics**, [s.l.] v. 33, n. 1-2, p. 311-326, 2008.

_____. Concepts in perceptual experience: Putnam and Travis. *In*: BAGHRAMIAN, M. (Ed.). **Reading Putnam**. London: Routledge, 2013. p. 341-346.

MCLEAR, C. The Kantian (non)-conceptualism debate. **Philosophy Compass**, [s.l.] v. 9, n. 11, p. 769-790, 2014.

MELNICK, A. **Kant's Analogies of Experience**. Chicago: University of Chicago Press, 1973.

MUNZEL, G. F. The Beautiful is the Symbol of the Morally-Good: Kant's Philosophical Basis of Proof for the Idea of the Morally-Good. **Journal of the History of Philosophy**, v. 33, n. 2, p. 301-330, 1995.

NICOLAU, C. de. **De coniecturis** I, cap. I. in Opera omnia (Felix Meiner, Hamburg), III, 1972, 7.

_____. **De docta ignorantia**. Lib. I, cap. I. Opera, Parisiis, 1514, reimpr.: Frankfurt a.M., 1962.

O'SHEA, J. Kantian Matters: the Structure of Substance. **Acta Analytica**, [s.l.]v. 15, p. 149-161, 1996.

PATON, H. J. **Kant's Metaphysic of Experience**. London: Georg Allen & Unwin, 1973.

PEREIRA, S. R. **Consciência e Autoconsciência em Kant (2015)** cf. Hume, 1739, Book I, Part IV, sec.Vi: 252.

PEREZ, D. O. **Kant e o problema da significação**. Curitiba: Editora Champagnat, (Col. Pensamento Contemporâneo 1), 2008. morais. Tradução de Déborah

Danowski. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

PHILONENKO, A. **L'oeuvre de Kant. La philosophie critique**, T. 1 [La philosophie pré-critique et La Critique de la Raison pure. Paris: Vrin, 3. ed. 1983.

PRAUSS, G. **Kant und das Problem der Dinge na sich**. 3. Bonn: Bouvier, Prefácio, 1989.

RAUSCHER, F. The Appendix to the Dialectic and the Canon of Pure Reason: The positive Role of Reason. *In*: GUYER, Paul (Ed.). **The Cambridge companion to Kant's Critique of Pure Reason**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010. p. 290-309.

ROBINSON, H. Two perspectives on Kant's Appearances and Things in Themselves. **Journal of the History of Philosophy**, [s.l.] v. 32, n. 3, jul. 1994.

ROSENTHAL, D. Two Concepts of Consciousness. **Philosophical Studies**, [s.l.] v. 49, p. 329-359, 1986.

ROUSSET, B. **La Doctrine Kantienne de l'objectivité**. Librairie Philosophique J.Paris: Vrin, [s.l.] 1967.

SANTO AGOSTINHO. De Musica. *In*: **Corpus Christianorum**. S. Latina, Turnholti, Typographi Brepols Editores Pontificii, 1970.

SANTOS, P. R. Licht dos. Algumas observações sobre a Dialética Transcendental: o fim Crítica da razão pura. **Studia Kantiana**, São Paulo, v. 5/6, p. 135-179, mar. 2008.

SCHULZE, E. G. Excerto de Aenesidemus. Trad. Sara Seruya. *In*: GIL, F. (Org.) **Recepção da Crítica da Razão Pura**. Antologia de Escritos sobre Kant (1786-1844). Lisboa: Calouste Gulbekian, 1992. p. 262-263.

SMITH, N. K. The Naturalism of Hume. **Mind**, [s.l.]v. 14, n. 54, p. 149-173, 1905.

_____. **Immanuel Kant's critique of pure reason**. London: Mac Millan and St. Martins, 1929.

_____. **Kant and the semantic problem**. Commentary to Kant's critique of pure reason. XI, [s.l.] 2000.

SNELL, B. **A cultura grega e as origens do pensamento europeu**. Trad.: Pérola de Carvalho. São Paulo: Perspectiva, 2001.

STRAWSON, P. E. **The Bounds of Sense: An Essay on Kant's Critique of Pure Reason**. London: Methuen, 1966.

_____. **The Bounds of Sense**. London: Methuen & Co., [s.l.] 1996.

TOLLEY, C. The non-conceptuality of the content of intuitions: a new approach.

Kantian review, [s.l.] v. 18, n. 1, p. 107-136, 2013.

TORRES, J. C. B. Determinação categoria e síntese da apreensão. **Studia Kantiana**, [s.l.] v. 6, n. 6/7, 2008.

TORRES FILHO, R. R. Dogmatismo e antidogmatismo: Kant na sala de aula. **Cadernos de filosofia alemã**, São Paulo, n 7, p. 67-86, 2001.

_____. **Ensaio de Filosofia Ilustrada**. São Paulo: Iluminuras, 2004.

VAIHINGER, Hans. **The Philosophy of As If" A System of the Theoretical, Practical and Religious Fictions of Mankind**. Londres, 1911.

_____. **Die Philosophie des Als Ob**. Leipzig: Felix Meiner, populär abgekürzte Version, [s.l.] 1923.

VERNEAUX, R. **Kant**: Lettre a Marcus Herz. Paris: Aubier, 1968.

WALSH, W. H. **The idea of a critique of pure reason: Kant and Hegel**. Aldershot: Gregg Revivals, [s.l.], 2011.

WATKINS, E. **Kant and the Metaphysics of Causality**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

WILLIAMS, R. De Trinitate. *In*: FITZGERALD, A. (Org.). **Diccionario de San Agustín**: San Agustín a través del tiempo. Burgos: Monte Castelo, 2001, p. 1291-1301.

WOLFF, R. P. **Kant's theory of mental Activity**. A commentary on the analytic of the Critique of pure reason. [s.l.] Cambridge/Mas, 1963.

WOLFF, R. P. **Kant's Theory of Mental Activity**: a commentary on the transcendental analytic of the Critique of Pure Reason. Cloucester, Mass[s.l.]: Peter Smith, 1997.

YOUNG, J.M. Functions of thought and the synthesis of intuitions. *In*: GUYER, Paul (Ed.). **The Cambridge Companion to Kant and Modern Philosophy**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992. P. 101-122.

ZÖLLER, G. Of empty thoughts and blind intuitions, Kant's answer to McDowell. **Trans/Form/Ação**[s.l.], v. 3, n. 1, p. 56-96, 2010.

ZÖLLER, G. Not Seeing and Seeing Nothing. Kant On the Twin Conditions of Objective Reference. (Não vendo e vendo nada. Kant sobre as duplas condições de referência). **Kant e-Prints** [s.l.], série 2, v. 8, n. 2, p. 1-21, jul./dez. 2013.